



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
PROGRAMA STRICTU-SENSU DE PÓS-GRADUAÇÃO  
GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO  
(GESTEC)  
MESTRADO PROFISSIONAL  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO 1 – GESTÃO DA  
EDUCAÇÃO E REDES SOCIAIS**

**DEBORA OLIVEIRA CAMPELO**

**EDUCAÇÃO *ON-LINE* PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS:  
POR UMA DIALOGICIDADE EM LIBERDADE**

Salvador  
2023

**DEBORA OLIVEIRA CAMPELO**

**EDUCAÇÃO *ON-LINE* PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS:  
POR UMA DIALOGICIDADE EM LIBERDADE**

Dissertação apresentada ao Programa *Stricto-Sensu* em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) – Modalidade Profissional - Área de Concentração 1: Gestão da Educação e Redes Sociais da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), como requisito para obtenção do grau de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcius Gomes  
Coorientadora: Profa. Sônia Maria da C. Pinto


Salvador  
2023

**FOLHA DE APROVAÇÃO**  
**"EDUCAÇÃO ON-LINE PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: POR UMA**  
**DIALOGIDADE EM LIBERDADE"**

**DEBORA OLIVEIRA CAMPELO**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC, em 7 de dezembro de 2023, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

  
Professor(a) Dr(a) MARCIUS DE ALMEIDA GOMES  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em Educação Física  
Universidade Federal de Santa Catarina

Documento assinado digitalmente  
 SONIA MARIA DA CONCEICAO PINTO  
Data: 02/03/2024 07:58:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor(a) Dr.(a) SONIA MARIA DA CONCEICAO PINTO  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em Difusão do Conhecimento  
Universidade Federal da Bahia

Professor(a) Dr.(a) LUZINEIDE MIRANDA BORGES  
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC  
Doutorado em Curso de Mestrado e Doutorado da UERJ  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Documento assinado digitalmente  
 LUZINEIDE MIRANDA BORGES  
Data: 11/03/2024 10:11:44-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Biblioteca Professor Edivaldo Machado Boaventura - UNEB – Campus I**  
**Bibliotecária: Luciana Santos de Menezes – CRB 5 - 1157**

C193e      Campelo, Débora Oliveira.  
Educação *on-line* para povos e comunidades tradicionais: por uma dialogicidade em liberdade / Débora Oliveira Campelo. - Salvador, 2023. 160f.: il.

Orientador (a): Prof. Dr. Marcius Gomes.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC, Campus I. 2023.

Contém referências, apêndices e anexos.

1. Ambiente virtual de aprendizagem. 2. Ensino à distância. 3. Comunidades. I. Gomes, Marcius. II. Universidade do Estado da Bahia. III. Título.

CDD: 371.35

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a espiritualidade que confluíu em energia emanando força por meio de mim, de amigos, amigas e familiares. Agradeço a minha mãe e pai e a todas que vieram antes de mim. Agradeço a minha filha e ao meu companheiro que estão ao meu lado nessa missão diária do viver.

Agradeço as minhas amigas Bruna, Cristiane, Eloide e Sônia, que sigamos nos apoiando por mais 10, 20, 30 anos.

Agradeço imensamente ao prof. Marcius Gomes, pelo seu sim e por estar comigo nesta jornada acadêmica. Pelos direcionamentos, esforços e cuidado nas orientações.

Agradeço a profa. Carla Liane por ter iniciado comigo esta jornada.

Agradeço a profa. Sonia Pinto pelos momentos de abertura de olhar e apontamentos de caminhos possíveis.

Agradeço a Wandson Passos, Walkiria Chagas e Tatiane Cerqueira e Jessica Amorim pelos conselhos e apoio na caminhada.

Agradeço de maneira especial ao prof. Diosmar Filho que foi um dos maiores incentivadores para que estivesse iniciando e concluindo este caminho.

E por fim, agradeço a todas as pessoas PCt's egressas do curso que contribuíram com a construção deste trabalho e o tornaram algo concreto. E também ao prof. Júlio Rocha pela sua abertura de portas na Faculdade de Direito da UFBA e ao Leonel S. de Jesus pela sua atenção e disponibilidade de sempre ao que eu necessitava no caminhar da pesquisa.

E de cá agradeço a aquelas pessoas que partiram durante o curso e pesquisa, mas, que participaram comigo a partir do *Orum*.

“O que é a Política Pública? São tantas coisas que a gente...  
eu cito duas para começar. Primeiro: saúde e educação...  
depois compreensão. É o que nós precisamos.  
Então... a liberdade, é coisa séria! A liberdade é coisa séria. E  
não é fácil da gente dizer “hoje eu tenho liberdade”. Aqui em  
nosso país, nossos estados, em nossas comunidades a  
liberdade ainda precisa chegar.”

Jaime Cupertino – Quilombo de Vazante, 2021.  
(em memória).

## RESUMO

A modalidade de Ensino a Distância (EaD) tem sido uma alternativa cada vez mais presente no cenário educacional, contribuindo na democratização do acesso ao conhecimento e a flexibilização da aprendizagem. Nesse contexto, a composição dos ambientes virtuais de aprendizagem para cursos na modalidade EaD é um importante desafio para garantir uma experiência de ensino enriquecedora e efetiva, que valoriza a diversidade cultural. Visando proporcionar essa experiência, a pesquisa propôs analisar a relação entre o ambiente virtual de aprendizagem do Curso de Pós-graduação Lato Sensu Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais – PCT's (2017), da Universidade Federal da Bahia, e a composição de seus artefatos, considerando as necessidades de povos e comunidades tradicionais, tendo a construção de uma dissertação como produto. No que tange a metodologia, este estudo é de natureza aplicada e utilizou o Estudo de Caso com uma abordagem qualitativa, de modo a conhecer a perspectiva dos participantes e suas particularidades. Possui um caráter descritivo de forma a apresentar uma visão ampla das características específicas trazidas por PCT's no curso EaD em questão, considerando as complexidades e particularidades das situações investigadas. A coleta de dados ocorreu por meio da observação no espaço virtual de aprendizagem do curso, acesso a documentos, envio de formulários às ex-alunas (os). E sua análise se deu por meio de interpretações e comparações que emergiram dos dados coletados, utilizando a Análise do Discurso do Sujeito Coletivo. Importante registrar que o estudo passou pelo Comitê de Ética em Pesquisa. A partir dos dados coletados concluiu-se que apesar do AVA possuir ferramentas e recursos que podem atender as particularidades de PCT's, a composição dos artefatos atendeu parcialmente a estas necessidades. E identificou, que não basta uma composição de artefatos que o atenda, mas, faz-se necessário outros elementos que deem conta do processo de construção deste espaço virtual de aprendizagem direcionada ao público a ser atendido.

Palavras-chave: educação à distância; cibercultura; povos e comunidades tradicionais; dialogicidade; *moodle*.

## RESUMEN

La modalidad de Educación a Distancia (ED) ha sido una alternativa cada vez más presente en el escenario educativo, contribuyendo a la democratización del acceso al conocimiento y a la flexibilidad del aprendizaje. En este contexto, la composición de entornos virtuales de aprendizaje para cursos a distancia es un desafío importante para garantizar una experiencia docente enriquecedora y efectiva, que valore la diversidad cultural. Con el objetivo de proporcionar esta experiencia, la investigación se propuso analizar la relación entre el entorno virtual de aprendizaje del Curso de Posgrado Lato Sensu Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais – PCT's (2017), de la Universidad Federal da Bahia, y la composición de sus artefactos, considerando las necesidades de los pueblos y comunidades tradicionales, con el objetivo de la construcción de una tesis como producto. En cuanto a la metodología, este estudio es de naturaleza aplicada y utilizó el Estudio de Caso con un enfoque cualitativo, con el fin de conocer la perspectiva de los participantes y sus particularidades. Tiene un carácter descriptivo con el fin de presentar una visión amplia de las características específicas que aportan los PCT en el curso de educación a distancia en cuestión, considerando las complejidades y particularidades de las situaciones investigadas. La recolección de datos se realizó a través de la observación en el espacio virtual de aprendizaje del curso, el acceso a documentos y el envío de formularios a antiguos alumnos. Y su análisis se realizó a través de interpretaciones y comparaciones que surgieron de los datos recolectados, utilizando el Análisis del Discurso del Sujeto Colectivo. Es importante destacar que el estudio fue aprobado por el Comité de Ética en Investigación. A partir de los datos recopilados, se llegó a la conclusión de que, si bien el EVA cuenta con herramientas y recursos que pueden satisfacer las particularidades de los PCT, la composición de los artefactos satisface parcialmente estas necesidades. E identificó que no basta con tener una composición de artefactos que lo cumpla, sino que son necesarios otros elementos para dar cuenta del proceso de construcción de este espacio virtual de aprendizaje dirigido al público para ser atendido.

Palabras clave: educación a distancia; cibercultura; pueblos y comunidades tradicionales; dialogicidad; moodle.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Objetos selecionados para análise.....	55
Quadro 2	Dimensões de análise.....	56
Quadro 3	Questões quanto as coletas de dados.....	58
Quadro 4	O ensino a distância (UFBA).....	65
Quadro 5	Identidade tradicional e etnia/povo/nação.....	71
Quadro 6	Melhor recurso e/ou ferramenta para se comunicar no AVA.....	80
Quadro 7	Uso das TIC´s por PCT´s.....	93
Quadro 8	Principais atividades e recursos do AVA – Moodle.....	97
Quadro 9	Observações de alunas em documento do curso.....	102
Quadro 10	Os diferentes tipos de interatividade.....	110

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Linha do tempo da EaD no Brasil.....	31
Figura 2	As gerações da EaD.....	94

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Raça Cor.....	69
Gráfico 2	Gênero.....	70
Gráfico 3	Orientação sexual.....	70
Gráfico 4	Características das/dos estudantes matriculadas(dos) no curso.....	70
Gráfico 5	Renda.....	72
Gráfico 6	Distribuição em Polos UAB.....	72
Gráfico 7	Distribuição geral de alunas (os) que responderam ao formulário.....	73
Gráfico 8	Distribuição em identidade tradicional.....	73
Gráfico 9	Quanto a locomoção (meios de transporte) .....	74
Gráfico 10	Características do acesso à internet.....	74
Gráfico 11	Equipamentos de uso para acesso à internet.....	75
Gráfico 12	Quanto ao uso do computador: comunitário ou particular.....	75
Gráfico 13	Classificação do uso dos aparelhos em níveis para o acesso ao curso <i>on-line</i> .....	76
Gráfico 14	Participação em cursos <i>on-line</i> antes de cursar essa pós-graduação.....	76
Gráfico 15	Conclusão de atividades por meio de tablets e smartphones/ iphones.....	77
Gráfico 16	Identificação dos PCT's em relação aos símbolos e imagens no AVA.....	79
Gráfico 17	Usabilidade do AVA – facilidade de navegação.....	79
Gráfico 18	Estrutura dos polos.....	81

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
ACCS	Ação Curricular em Comunidades e em Sociedade
ADSC	Análise do Discurso do Sujeito Coletivo
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGPC	Coordenação Geral de Promoção da Cidadania
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPE	Coordenação de Processos Educativos
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
EaD	Educação a Distância
EaD <i>On-line</i>	Educação a Distância <i>On-line</i>
EDPCT	Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais
FDUFBA	Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBD	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LBDEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NAVE	Núcleo de Avaliação Educacional
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PCT's	Povos e Comunidades Tradicionais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PROGED	Programa de Gestão de Documentos e Arquivos
SEAD	Superintendência de Educação a Distância
SEED	Secretaria de Educação a Distância

SisUAB	Sistema de Acompanhamento e Gestão da UAB
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>MEMORIAL</b> .....	15
1.1	ONDE TUDO COMEÇA... ONDE TUDO CONTINUA.....	15
1.2	SONHO QUE VIROU REALIDADE: A ACADEMIA.....	18
<b>2</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	21
<b>3</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO: CRUZANDO CAMINHOS</b> .....	26
3.1	EAD E SEU CONTEXTO HISTÓRICO: EAD PARA QUEM?.....	26
3.2	POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	33
3.3	TRADIÇÃO ORAL.....	36
<b>3.3.1</b>	<b>A leitura de mundo como tecnologia</b> .....	38
<b>3.3.2</b>	<b>Tecnologia: a pesquisa e seus entrecruzamentos</b> .....	39
<b>3.3.3</b>	<b>Educação <i>on-line</i>: fenômeno da cultura ciber</b> .....	41
<b>3.3.4</b>	<b>Educação e os povos tradicionais</b> .....	42
<b>4</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	47
4.1	O ESTUDO DE CASO E SEU PROTOCOLO.....	49
<b>4.1.1</b>	<b>Protocolo do estudo de caso para esta pesquisa</b> .....	51
<b>4.1.2</b>	<b>Visão geral</b> .....	51
<b>4.1.3</b>	<b>Apresentando o seu campo empírico</b> .....	51
<b>4.1.4</b>	<b>Observação do espaço virtual do curso</b> .....	54
<b>4.1.5</b>	<b>Envio de formulário <i>on-line</i> semiestruturado</b> .....	55
4.2	QUESTÕES DA COLETA DE DADOS.....	57
4.3	PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE RESULTADOS.....	60
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	63
5.1	A UFBA E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	64
5.2	CURSO LATO SENSU EM ESTADO E DIREITO DOS PCT'S.....	66
<b>5.2.1</b>	<b>A organização e estrutura do curso</b> .....	68
<b>5.2.2</b>	<b>Características dos estudantes matriculados no curso</b> .....	69
<b>5.2.3</b>	<b>Traçando o perfil: ampliando os caminhos de análise</b> .....	71
5.3	DISCUTINDO OS DADOS APRESENTADOS.....	77
<b>5.3.1</b>	<b>Quanto ao ambiente virtual</b> .....	78
<b>5.3.2</b>	<b>O AVA e a sua estrutura organizacional</b> .....	79
<b>5.3.3</b>	<b>Quanto a estrutura do polo</b> .....	81
<b>5.3.4</b>	<b>Quanto as atividades presenciais</b> .....	82

5.4	NA ENCRUZILHADA DAS INFORMAÇÕES.....	82
5.5	EU, PCT.....	83
5.6	TRADIÇÃO ORAL: MEIO DE MANUTENÇÃO DA TRADIÇÃO.....	86
5.7	TECNOLOGIA SOB A ÓTICA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	89
5.8	ANALISANDO A COMPOSIÇÃO DO AMBIENTE VIRTUAL DO CURSO.....	94
5.8.1	<b>Composição de artefatos no AVA.....</b>	96
5.8.2	<b>AVA UFBA: apresentando o espaço virtual do curso.....</b>	99
5.8.3	<b>Analisando o AVA: observações iniciais sobre o campo a partir do olhar dos PCT's.....</b>	102
5.9	ANALISANDO A USABILIDADE.....	103
5.10	A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA.....	109
5.11	COMPONDO UM ESPAÇO VIRTUAL DE APRENDIZAGEM PARA PCT'S: PRIMEIROS PASSOS.....	111
6	<b>CONCLUSÃO.....</b>	114
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	121
	APÊNDICE A – Trechos do Diário de Campo.....	128
	APÊNDICE B - Moodle UFBA: apresentando o espaço virtual do Curso.....	131
	APÊNDICE C - Formulário semiestruturado.....	136
	APÊNDICE D - Relatório do Estudo e Caso único.....	140
	APÊNDICE E - Etapas 1 e 2 da Análise Discurso Coletivo do Sujeito Coletivo.....	142
	APÊNDICE F - Transcrições da atividade final da disciplina Fundamentos em Educação a Distância.....	155

“A voz de minha filha  
 recolhe em si  
 a fala e o ato.  
 O ontem - o hoje - o agora.  
 Na voz de minha filha  
 se fará ouvir a ressonância  
 o eco da vida-liberdade.”

Evaristo (2017).

## 1 MEMORIAL

### 1.1 ONDE TUDO COMEÇA... ONDE TUDO CONTINUA

Diz um ditado africano que “[...] quando não souber onde ir, olhe para trás e saiba pelo menos de onde vem [...]”, já uma filósofa chamada Katiúscia Ribeiro diz que “o futuro é ancestral”. Trago estas confluências para *alafiar*, que sem o passado não se constrói um bom futuro. Por entender a importância da ancestralidade, trago uma síntese de minha história, que está inclusa na daqueles que me antecederam e com eles, sua cultura, forma de ser e existir no mundo. Ou seja, a ancestralidade se reafirma na existência da posteridade e na cultura mantida por meio de gerações, que traz como marca a oralidade.

Sabendo da importância de apresentar de onde venho e falo, é que estarei contando sobre o lugar de onde emerge a minha fala enquanto pessoa e profissional.

Minhas avós, materna Maria da Gloria Oliveira e paterna Edine Campello migraram da zona rural para urbana em finais da década de 1950. De Camamu – Bahia, veio a mãe de meu pai, e a mãe da minha mãe veio de Nazaré das Farinhas - Bahia. Chegam em Salvador em busca de uma melhor situação econômica e social.

No final da década de 1970, o filho de Edine Campello, chamado José Raimundo Campello e a filha de Maria da Gloria, chamada Balbina dos Santos Oliveira se encontram. Com o passar do tempo, se casam e constroem uma família com 04 (quatro) crianças. Eu, uma de suas filhas, nasci e fui criada em bairros periféricos de Salvador como: Arraial do Retiro e Beirú/Tancredo Neves. A história do bairro em que resido desde criança fala um pouco da história de vida de muitos dos meus ancestrais

diaspóricos. Em 1986, meus pais compraram um terreno em um bairro chamado Beirú. O nome Beirú se escreve GBÈRÙ e pronuncia-se BERÙ, este era o nome de um homem preto, que foi escravizado, trazido das terras de Oyo – Nigéria. A palavra GBÈRU, significa BROTAR, FLORESCER, DESENVOLVER.

GBÈRÙ chegou ao Brasil por volta de 1800 a 1845, na situação de escravizado, morou na localidade que era uma fazenda chamada “Campo Seco”. Após inúmeros anos de trabalho, GBÈRÙ já liberto recebeu um pedaço de terra de seus senhores onde formou um quilombo<sup>1</sup>, por isso o nome do Bairro.

GBÈRÙ, morreu sem deixar herdeiros, com isso suas terras foram reintegradas aos anteriores donos que mais tarde voltaram a ser vendidas a Miguel Arcanjo, primeiro residente da área, fundador de um dos primeiros terreiros de candomblé do bairro.

Em 1979 o então Governador Antônio Carlos Magalhães desapropriou os antigos donos para dar início a um projeto de urbanização da área. (História, 2022; História, 2007). E foi neste bairro que cresci, morei até meus 23 anos e construí a minha identidade. Quando falo de identidade não penso como algo fixo, mas, sigo na direção Stuart Hall (1997), pesquisador que estuda sobre identidade e que vê a mesma, como algo que vai se remodelando de acordo com as experiências e vivências durante o caminhar da vida e também de conhecimentos que advém de geração em geração. Trago como exemplos o pedir a bênção ao pai e mãe, tios e tias, padrinhos e madrinhas e avós e avôs, e assim por diante. Chamar de senhor e senhora pessoas mais velhas, entre outros costumes que foram passados a mim pela minha família, e que eles receberam de seus antepassados.

Outro costume que conheci através de meu pai e mãe foi a do uso dos benzedeiros e benzedeadas, sempre chamados quando uma criança não estava bem de saúde. Recordo-me que quando ficávamos sem comer direito e sem ânimo, o tão chamado “olhado”, “Seu”<sup>2</sup> Antônio era chamado. Ele era amigo da família e morador do bairro do Arraial do Retiro<sup>3</sup>, primeiro bairro ao qual tenho lembranças apesar de não serem muitas pela minha pouca idade na época. Seu Antônio era uma espécie de benzedeiro e barbeiro nas horas vagas (será que era ao contrário?). Suas rezas

---

<sup>1</sup> Espaço de resistência negra.

<sup>2</sup> O mesmo que chamar de Senhor, Sr. utilização da escrita oralizada.

<sup>3</sup> Bairro que também fazia parte da grande fazenda Campo Seco.

funcionavam. Quando ao final eu observava aquelas plantas murchas do benzimento, achava que tudo de ruim iria embora junto com elas, e me sentia melhor.

Ainda falando sobre costumes, lembro que muito dos meus ancestrais estavam presentes em minha família por meio das celebrações do Caruru de sete meninos (que meninas também estavam inclusas) nas casas das minhas tias. Os elementos de raízes africana faziam parte do dia a dia em nossa vida, até mesmo na prática do catolicismo, religião a qual boa parte da família era inserida de forma pública. Como exemplo, trago as imagens dos Santos católicos Cosme e Damião, no alto com seus doces e comidas, ou o caruru<sup>4</sup> feito na Sexta-Feira Santa, onde se deveria fazer jejum, segundo a religião católica. Estes elementos nos formaram e nos constituíram enquanto sujeitos.

Estes costumes e crenças me acompanham até hoje. Isto se torna visível cada vez que tento chamar alguém mais velho de “você” ou pelo primeiro nome, ou quando peço a benção ao meu pai e mãe, quando acredito que uma oração, um chá, um banho podem ajudar energicamente alguém, ou quando me vejo em plena Semana Santa comendo caruru. Tudo isso, e outras coisas me constituem como pessoa, e hoje passo estes costumes a minha filha e provavelmente outras pessoas.

Ao contar esta pequena síntese de uma parte de minha história, quero afirmar que os passos de minha família (mãe, pai, avó, tias e tios), fazem parte do que sou e contribuíram para me constituir enquanto pessoa que carrega em seu corpo, em sua forma de lidar com o mundo a cultura trazida por gerações. Neste momento, trago a Conceição Evaristo e seu conceito de escrevivência, que em um dos seus textos diz “[...] creio que a gênese de minha escrita está no acúmulo de tudo que ouvi desde a infância. O acúmulo das palavras, das histórias que habitavam em nossa casa e adjacências” (Evaristo, 2007, p. 16). Conceição Evaristo, a partir deste conceito busca valorizar a escrita das vivências de pessoas negras e utiliza uma escrita que se aproxima da oralidade. É a partir do conceito de escrevivência que narro minha história de vida, vivências, experiências, escutas, observações, memórias, que trago desde a infância até a idade adulta. E, com isso, apresento a motivação para pesquisa que vêm marcada por histórias protagonizadas por mulheres e homens negros, marcadas por tradições e pela oralidade.

---

<sup>4</sup> Comida feita com quiabo, azeite, amendoim, castanha, gengibre, camarão e outros temperos. Também é chamado de caruru o combinado desta comida com outras, que incluem vatapá, farofa de azeite, tipos diferentes de feijão, arroz, milho branco, entre outros itens. O tradicional caruru é uma combinação de variadas comidas que são ofertadas aos orixás nas religiões de matrizes africanas.

## 1.2 SONHO QUE VIROU REALIDADE: A ACADEMIA

Mesmo sem finalizar o ensino fundamental 2, meu pai e mãe se dedicaram para que seus filhos e filhas tivessem essa oportunidade garantida. No entanto, a entrada no ensino superior ainda não era uma realidade para nós. Em 2009, aos 29 anos, por um desejo que nunca se apagou e pela luta ancestral que meus antecessores travaram, eu consigo adentrar a universidade na licenciatura em Pedagogia na Unifacs, pela modalidade de Educação à Distância (EaD). Logo depois acesso a Universidade Federal da Bahia (UFBA), pelo Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade. Estes dois cursos foram cruciais para que eu tivesse a oportunidade de conhecer o funcionamento de um curso no ensino superior na modalidade EaD e tivesse contato de forma direta com discussões teóricas voltadas para raça/etnia, gênero, classe, sexualidade entre outras.

Foi durante o percurso destes dois cursos que iniciei um estágio remunerado na modalidade EaD pelo programa Telecentros-BR, em parceria com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que durou quase dois anos. Neste espaço foi possível mediar o processo de ensino e aprendizagem em um curso de extensão com jovens da região nordeste, onde tive a oportunidade de conhecer uma outra forma de se relacionar com a EaD. Enquanto no ensino superior como aluna, eu percebia um ensino no geral mais monótono, que trazia em determinados momentos um processo de transmissão de conhecimento e uma verticalização. No curso de extensão enquanto tutora, eu percebia um espaço de maior interação e de construção do conhecimento juntamente com os discentes. Ali percebi que iria continuar minha caminhada como pesquisadora com o desejo de entender um pouco mais sobre a EaD.

Em 2017, continuando em atividades relacionadas à educação e questões raciais e de gênero, sou selecionada para estar como bolsista Capes no curso Lato Sensu Estado e Direito de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT'S), na UFBA, pela Faculdade de Direito. E esse é o ponto exato em que nasce minha motivação para pesquisa, antes intitulada "**Educação à distância *on-line* para povos e comunidades tradicionais: limites e potencialidades**". Neste curso pude perceber uma outra dinâmica no processo de ensino e aprendizagem por conta do público, ao qual me reconheço culturalmente, nos costumes de meu pai, mãe, tios, avós e

vizinhos. Isso foi confirmado quando passei a participar dos encontros presenciais nos Polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Os discentes deste curso traziam consigo uma outra necessidade no que tange a metodologia de ensino e aprendizagem, visto que se comunicavam de forma diferenciada através de músicas, histórias, danças, instrumentos e indumentárias que estão em um outro processo de *dialogicidade*, que segundo Paulo Freire (2020) é dialogar com o mundo, para se pronunciar e transformar. A *dialogicidade* não se esgota na relação eu – tu, mas, está inserida no processo da coletividade e isso precisa ser respeitado, pensado, refletido para virar ação.

Dessa forma, como trabalhar com esta realidade em um ambiente virtual? O ambiente virtual de aprendizagem (AVA), tem dado conta da realidade de povos que têm na oralidade uma de suas características fundante?

E quanto ao acesso a estes espaços virtuais? Estas discentes possuem acesso a computador e a internet banda larga a/o? Como anda o acesso às tecnologias da informação e comunicação (TIC's)? Como anda o acesso dos povos tradicionais ao ensino superior na modalidade de educação à distância? Não pretendo responder todas as perguntas, mas, é importante refletir sobre estes questionamentos. No decorrer do texto trarei alguns dados que irão nos ajudar a pensar um pouco estes pontos.

E quanto ao docente? Vale ressaltar que o docente também precisa estar atento a toda esta realidade, de modo a buscar artefatos, recursos e uma linguagem que mais contribua com a realidade destes povos que não é hegemônica, ou seja, não é universal. Dessa forma, precisa ser dada a devida atenção ao dialogar com o mundo, com a coletividade no meio *on-line*, e isso é uma tarefa que vai exigir um esforço de conhecimento do espaço virtual (seus artefatos, recursos), e da utilização de uma linguagem que alcance essas realidades que precisam ser ouvidas.

Portanto, é importante conhecer como cidadãos e cidadãs, sujeitos de direitos, povos e comunidades tradicionais vêm utilizando estes espaços, como eles e elas enxergam e caminham por estes espaços. O que buscam? O que encontram? O que necessitam? São perguntas aguardando respostas.

Com estas perguntas iniciei as reflexões para esta pesquisa e estarei durante este trabalho apresentando alguns caminhos de resposta, já que não acredito em algo fixo, mas, busco apresentar a realidade das alunas e alunos PCT's, suas dificuldades e potencialidades no uso do AVA e, a partir disso, quiçá seja possível construir uma

abordagem didático-pedagógica mais apropriada para atender as demandas apresentadas pelos povos e comunidades tradicionais.

A partir e agora, utilizarei uma escrita mais voltada para o feminino como escolha política de escrita. E buscarei não utilizar uma escrita em primeira pessoa para não atrapalhar o entendimento da leitora.

## 2 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a utilização do espaço virtual de aprendizagem por povos e comunidades tradicionais, considerando suas experiências, realidades e especificidades diante do uso deste espaço, pensando a tecnologia que pressupõe sentido no seu uso. Para atingir esse caminho, foi explorado o entrecruzamento entre alguns conceitos como Educação à Distância, EaD *on-line*, Tecnologia, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Povos e Comunidades Tradicionais, levando em consideração a tradição oral e seu processo de transmissão de saberes, que mantém essas comunidades vivas. Com vistas a chegar ao caminho indicado por este estudo, utilizou-se também de forma transversal o conceito de dialogicidade cunhado por Paulo Freire (2020) e o de liberdade apontado por Jaime Cupertino (Terras [...], 2021) que nos apresenta a liberdade, como um pressuposto político de forma ampla, alcançando os âmbitos da educação, da saúde e do direito a terra.

Este trabalho justifica a sua importância de pesquisa, no que tange o social, acadêmico e pessoal se baseando na experiência profissional e de vida da autora, nos dados fornecidos por instituições de pesquisa e até mesmo na falta de dados que apontem pesquisas que entrecruzem os conceitos abordados.

Sob o olhar pessoal a justificativa se baseia nas dificuldades apresentadas por algumas indígenas, de terreiro e quilombolas, observadas durante os últimos anos, em formações construídas no espaço virtual em diferentes ambientes de aprendizagem. A autora percebeu dificuldades no acesso aos equipamentos, a internet banda larga, dificuldades na navegação pelos espaços de aprendizagem *on-line* e queixas sobre o acesso ao polo presencial. Para além das queixas verbalizadas por povos e comunidades tradicionais, estavam situações observadas que perpassavam por um outro caminho, que era o da necessidade de acolhimento da diversidade destes povos no que tange suas formas de dialogarem com o mundo. Era preciso não somente equipamentos, internet e saber usar o espaço, era necessário um espaço que tivesse condições de acolher as particularidades e necessidades destes povos. Um babalorixá certa vez falou sobre um ambiente virtual que utilizava “isto não foi construído pra mim”.

Sob o olhar social, é importante falar sobre a educação a distância, seu conceito, contexto histórico e informações trazidas a partir de documentos oficiais para

que se possa tratar sobre os limites e potencialidade desta modalidade.

A educação a distância é uma modalidade de ensino e aprendizagem mediada por TIC's, que possibilita a participação de indivíduos distantes geograficamente, ou com limitações relacionadas ao tempo de estudo. Ao longo das últimas décadas, a oferta de cursos *on-line* no ensino superior cresceu significativamente, tornando-se uma alternativa fundamental. Neste estudo, optamos por denominar essa modalidade como "Educação *on-line*" para melhor refletir sua natureza.

Anteriormente, a EaD ocorria por meio de cartas, rádio e televisão, com um modelo mais verticalizado de transmissão de conhecimento. Com o advento da internet e seu desenvolvimento, a EaD entrou na era da interatividade por meio de tecnologias de informação e comunicação, possibilitando a criação e uso de ambientes virtuais de aprendizagem.

A EaD no Brasil foi legitimada pela Lei Federal n. 9.394/1996 e regulamentada pelo Decreto Presidencial n. 5.622/05, permitindo sua oferta como uma modalidade educacional amplamente acessível. No entanto, a falta de políticas públicas para garantir o acesso à internet a toda a população brasileira resulta em uma exclusão digital significativa. Tendo em mente a exclusão digital, discutimos quem tem acesso à Educação *on-line* no ensino superior no Brasil. De acordo com o Censo da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) de 2019, as classes C, D e E representam a maioria dos estudantes nas instituições de ensino superior. O acesso a EaD é mais comum em instituições particulares. Além disso, o censo aponta desigualdades em termos de raça e gênero no acesso a EaD, onde a partir dos seus dados aponta uma maior quantidade de mulheres brancas.

Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (Brasil, 2022) confirmam a predominância das mulheres no acesso ao ensino superior, mas não inclui a categoria racial, o que é crucial para o desenvolvimento de políticas de inclusão. Essas informações destacam o contexto excludente da EaD no ensino superior, especialmente na modalidade EaD, tornando-se ainda mais desafiador quando se considera o acesso de pessoas negras, indígenas.

Sob a ótica acadêmica, esta pesquisa vem contribuir com a temática que carece de pesquisas direcionadas. Durante o estudo foram encontrados somente dois artigos que se direcionavam ao tema, um de forma parcial, pois, tratava somente sobre o acesso a internet e equipamentos e outro que se direcionava a

EaD e povos indígenas. Para além disso, este trabalho vem reforçar a ideia da universidade como espaço democrático, desta forma, não se pode oferecer um “pacote” fechado, é preciso deixar que a comunidade molde o universo de forma dialogada. Os ambientes virtuais de aprendizagem devem considerar a inclusão digital sob a perspectiva dos povos e comunidades tradicionais, tendo em mente que estes possuem características distintas, como a tradição oral, para a preservação de suas culturas e memória.

Visualiza-se uma abordagem inovadora e emancipadora que envolve a discussão de questões que são frequentemente consideradas de uma “minoria” diretamente com essa “minoria”. Essa abordagem oferece a oportunidade de publicizar a voz de uma população que historicamente foi invisibilizada.

Portanto, esta pesquisa se trata da educação a distância *on-line* para povos e comunidades tradicionais, que geralmente por contextos históricos são compostos por pessoas negras e indígenas, se inserindo no contexto amplo da educação a distância, explorando suas complexidades, desigualdades e oportunidades, com foco especial nas necessidades das comunidades tradicionais na pessoa de cada cursista PCT que participou deste estudo.

Sabe-se que não se esgotarão as análises e reflexões, mas, a partir deste trabalho inicial, e da construção deste produto voltado a toda comunidade, de modo especial a docentes que participam do processo de construção dos espaços virtuais. Esta dissertação apresenta sugestões de composição do espaço virtual e sugere uma abordagem pedagógica que mais se aproxima da realidade trazida nos resultados da pesquisa. Este processo subversivo, se apoiará na voz dos povos e comunidades tradicionais para construção de um novo fazer que promova processos equitativos e libertadores de se fazer a educação *on-line*.

O ponto inicial para este caminhar foi a construção de uma **questão problema** “De que maneira a composição de ambientes virtuais de aprendizagem em cursos de educação a distância, pode incorporar as particularidades e características intrínsecas dos povos e comunidades tradicionais em sua interação com o mundo, visando facilitar a conquista de uma aprendizagem efetiva?” A questão problema do estudo se desdobrou no **objetivo geral** que foi o de analisar a relação entre o ambiente virtual de aprendizagem e a composição de artefatos, levando em consideração as particularidades dos povos e comunidades tradicionais. E, para chegar a este objetivo, desdobrou-se em três **objetivos específicos**, sendo estes: apresentar o perfil

discente dos povos e comunidades tradicionais presentes no curso de pós-graduação Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais de acordo com as dimensões estabelecidas no estudo; apresentar o que é ser PCT de acordo com a visão dos PCT's e sua visão e uso da tecnologia e das TIC's; e, analisar a composição do ambiente virtual do curso a ser pesquisado, seus artefatos (ferramentas, recursos, atividades) e usabilidade a partir do olhar dos PCT's.

Com seus resultados se apresentaram caminhos traçados a partir da voz dos PCT's que oportunizou a criação deste produto para auxiliar profissionais na construção de um espaço virtual mais inclusivo que contemple suas particularidades.

No trabalho de conclusão para apresentação da pesquisa foi construído este texto ora estruturado da seguinte forma: **Memorial**, ponto de partida da pesquisadora para tratar da motivação para pesquisa. Para além de falar sobre a história de vida, revela-se aspectos da cultura a qual a mesma esteve inserida, e a importância dessa trajetória para a construção do trabalho. **Introdução**, nesse momento apresenta-se o estudo e justificativas importantes para o caminhar da pesquisa. Finaliza informando a questão problema e os objetivos do estudo.

O texto segue da seguinte forma: No referencial teórico são apresentados os principais conceitos e entrecruzamentos que subsidiaram a construção da pesquisa. Em seguida se apresenta o percurso metodológico da pesquisa, como objetivos, campo empírico, objeto. Para além disso, se encontram as justificativas para a escolha do Estudo Caso como método de pesquisa, sua abordagem, natureza, estratégias para coleta de dados e métodos de análise dos dados. O capítulo seguinte traz caminhos de respostas para os objetivos criados. Sendo assim, traçou-se o perfil dos discentes PCT's, explorando suas características dentro das dimensões estabelecidas neste trabalho. Em seguida, mergulha-se na visão própria dos Povos e Comunidades Tradicionais, sobre o que significa ser um membro dessas comunidades, de que forma eles percebem e utilizam a tecnologia e as TIC's. Por fim, faz a análise do ambiente virtual do curso em questão, examinando seus artefatos (ferramentas, recursos e atividades) com o objetivo de avaliar a usabilidade do curso e se o mesmo foi construindo atento a atender as características particulares e demandas das pessoas PCT's. Tudo isso a partir da ótica dos próprios PCTs. Com essas informações, além de se apresentar caminhos de respostas, também se apresentam caminhos de aprofundamento do estudo.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO: CRUZANDO CAMINHOS

Este capítulo trará alguns conceitos e caminhos para que seja possível entender um pouco de cada um deles e assim ir apresentando a característica complexa do campo que está sendo trabalhado aqui. Para isso, tratar sobre o contexto histórico, legitimação, institucionalização, limites e potencialidades da educação a distância é entendido como o primeiro passo. O segundo passo está em conceituar povos e comunidades tradicionais e apresentar algumas características, dentre elas a principal, que é a tradição oral. A partir deste ponto, conceitua-se tecnologia e educação *on-line* em discussão com a leitura de mundo das pessoas PCT's e passa-se a cruzar todos estes grandes caminhos com os direcionamentos educacionais trazidos em diretrizes da educação e outros documentos.

#### 3.1 EAD E SEU CONTEXTO HISTÓRICO: EAD PARA QUEM?

A educação a distância é uma modalidade de ensino e aprendizagem que é mediada por tecnologias da informação e comunicação, e é caracterizada por seus participantes estarem distantes geograficamente, ou possuírem dificuldades em relação ao tempo para estudo em horário comercial, somada as limitações relacionadas a mobilidade urbana, entre outros motivos, se adequando a meios que propiciem ações assíncronas e síncronas, esta última somente possível nas últimas décadas pelo meio *on-line*. A oferta de cursos na modalidade EAD, que prefiro chamar de educação *on-line*, nesta pesquisa, cresceu exponencialmente no ensino superior, nas últimas duas décadas. Chamar de educação *on-line*, caracteriza melhor o tipo de modalidade, visto que falar somente em EAD é universalizar, abranger um modelo de ensino, que não mais corresponde à realidade educacional a qual estamos inseridos.

Anteriormente, a EAD ocorria através de cartas, rádios e televisão. Vigorava um ensino mais verticalizado, visto que o processo ocorria como transmissão de conhecimentos e não processos interativos e compartilhados de ensino e aprendizagem. No ensino *on-line*, que surge com o advento da internet e seu desenvolvimento, há a necessidade de utilização de todo um sistema de tecnologias de informação e comunicação, síncronas e assíncronas, para que processos colaborativos e interativos ocorram, utilizando ambientes virtuais de aprendizagem.

O desenvolvimento da internet (web 2.0 – de caráter interativo) que proporcionou o surgimento de uma educação a distância, *on-line*, utilizando computadores ou aparelhos similares, proporcionou o surgimento de ciberespaços institucionais de ensino e aprendizagem.

A educação a distância é legitimada pela Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que no art. 80, assegura esta modalidade como regulamentada, com o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Tendo sido legitimada e regulamentada por decreto presidencial, a EaD passa a ser mais uma modalidade educacional a ser oferecida a população, de modo especial àquelas pessoas que pela distância geográfica não conseguem acessar o ambiente educacional.

Levando em consideração que o Brasil é um país que ainda não se encontra totalmente incluído digitalmente e não existindo políticas públicas que garantam a toda população o acesso gratuito à internet, a mesma acaba por não chegar a uma grande camada de brasileiros. Pensar a inclusão digital e a inclusão social faz-se importante para a concepção desta pesquisa. Segundo Andessen (2020 *apud* Saviani; Galvão, 2021, p. 38), 4, 5 milhões de brasileiros e brasileiras não possuem acesso à internet banda larga, 50% das pessoas que residem em áreas rurais, não possuem acesso à internet, 38% das casas brasileiras não têm acesso à internet e 58% dos brasileiros e brasileira não possuem computador.

Segundo Jacobo (2020), a veiculação de sistemas de EaD mais “sofisticados” depende da riqueza de determinado país que a utilize. Cabe trazer a discussão da mesma autora quando apresenta o momento de educação remota em que o mundo esteve inserido entre os anos de 2020 e 2021, onde fala sobre o acúmulo de riquezas em determinados países e como países ricos acessam seus espaços educacionais, e até mesmo podem mais facilmente ceder às pressões de entidades que exigem a oferta dos direitos fundamentais a população de maneira plena. Aponta também a falta de responsabilidade em relação aos países tidos como “em desenvolvimento”. Isso faz lembrar de Bleicher e Vanzin (2015 *apud* Busarello; Biegging; Ulbricht, 2015) ao dizerem que a sofisticação dos sistemas de veiculação da EaD ainda está diretamente relacionada com a riqueza de um país. Como exemplo citam que os sistemas mais “fracos” estão situados na região africana, enquanto a Ásia possui um dos mais avançados sistemas de EaD.

Diante disso, percebe-se que a EaD, que foi concebida para ser uma modalidade educacional com maior probabilidade de alcance a todas as pessoas, não fixando seus usuários aos limites do espaço e tempo, na medida em que acessam em espaços geográficos diferentes, e se flexibilize o acesso ao espaço virtual a partir de um uso assíncrono. Acaba por se tornar uma modalidade onde nem todas as pessoas no Brasil podem acessar.

A partir destas informações pergunta-se “Quem acessa a EaD em ambientes virtuais *on-line* no ensino superior no Brasil?” O censo da ABED de 2019, diz o seguinte: quem mais tem acessado as instituições de ensino superior (IES) são as classes C, D e E (pessoas que ganham até 10 salários mínimos), sendo que a classe E, tem um acesso mais expressivo nas IES públicas, chegando a 32% (ao todo chega a 88% o acesso destas classes). Ainda segundo o censo da ABED, nas IES particulares o acesso destas classes chega a 93,5%, comparando com o acesso as IES na modalidade presencial, quem mais acessa são as classes A e B (pessoas que ganham acima de 10 salários mínimos).

O censo ainda aponta que quanto à questão de raça e etnia, o acesso a IES na modalidade EaD é mais acessada por pessoas brancas. As pessoas pretas, pardas, indígenas e amarelas somam em torno de 45% (as pessoas indígenas não chegam a somar 1%). Quanto ao gênero, 75% são de presença de mulheres nestes espaços. Ou seja, quem mais acessa as instituições de ensino superior públicas na modalidade a distância são mulheres brancas, que possuem renda de até 10 salários mínimos.

O censo educacional superior INEP de 2020 (Brasil, 2022), em suas notas estatísticas, aponta o seguinte:

- a) quem acessa e conclui o ensino superior em sua maioria são mulheres;
- b) 95,6% do total de vagas no ensino superior foram ofertadas por instituições privadas em 2020;
- c) os cursos de licenciatura são os que mais matriculam;
- d) entre os anos de 2010 a 2020 o ingresso de pessoas na EaD aumentou mais de 428%;
- e) em 2020 o número de concluintes na EaD aumentou em 26,7%.

A partir da análise dos dados do INEP, confirma-se a questão de gênero para o acesso e conclusão no ensino superior, ou seja, mulheres são as que mais acessam, no entanto, o estudo não traz a categoria racial em seu Censo, o que impede verificar

quanto a raça, quantas pessoas pretas e pardas acessam o ensino superior na modalidade EaD. Este é um dado importante para os estudos na área da educação EaD, principalmente para se pensar políticas de acesso, inclusão e manutenção de estudantes no espaço educacional.

Confirma-se também a questão de classe em relação comparativa ABED e INEP ao se observar que a maior parte das vagas são ofertadas pela rede particular, pois, com isso verifica-se a necessidade de uma renda mínima para o acesso ao espaço educacional no ensino superior. Vale lembrar que acessar um curso na modalidade EaD, traz a necessidade de um computador e acesso à internet banda larga.

As informações acima vêm apresentar o contexto complexo e excludente do acesso ao ensino superior de modo especial na modalidade EaD. E, quando se pensa no acesso de pessoas negras, indígenas e as entrecruzam com a classe das estudantes, o processo se torna ainda mais excludente. É nesse sentido que a pesquisa se coloca, a pensar a educação a distância para povos e comunidades tradicionais, que em sua maioria são pessoas pretas, pardas e indígenas.

Já foi possível conhecer um pouco da história da EaD, agora buscar-se-á apresentar um pouco da institucionalização da EaD no Brasil, sua regulamentação e como ela foi construindo sua conceituação ao longo dos anos.

Com a criação da LDB n. 9.394/1996, e seu artigo 80 foi possível se conceituar de forma explícita pela primeira vez em um documento oficial a EaD, como:

[...] Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação (Brasil, 1996).

Em 2005, o Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, revoga o artigo 80 da LDB e define EaD como, “[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação [...]” (Brasil, 2005).

Durante este caminhar na educação, alguns marcos regulatórios são importantes e contribuíram para o processo de desenvolvimento da EaD no Brasil, como: a criação da CAPES, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

Tecnológico (CNPq), a criação da Secretaria de Educação a Distância (SEED)<sup>5</sup>, a própria aprovação da LDB<sup>6</sup>. Estes marcos regulatórios se fizeram importantes no que tange o rigor do processo de avaliação de cada curso e instituição que o oferta. Isso veio trazendo ao longo dos anos uma maior aceitação frente ao conservadorismo no que tange a modalidade EaD.

No ano de 2005 ocorreu a aprovação da Universidade Aberta do Brasil como uma proposta gratuita e de qualidade para as instituições de ensino superior. Dessa forma, em 2017 se acrescenta mais alguns pontos a conceituação de EaD, nesta, além de informar o meio ao qual ela pode ser disponibilizada, traz também que a mesma deve possuir “[...] pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.” (Brasil, 2016).

Estas definições ainda terão muitas adições e edições com o processo de constante desenvolvimento e avanço, não somente das tecnologias criadas e utilizadas, mas pelo olhar do profissional pesquisador que a cada dia se torna mais holístico.

É importante salientar, que também em 2017 o mesmo decreto que traz uma nova conceituação de EaD, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio, com atualização em 30 de maio, traz também inferências em seus artigos, de modo especial nos artigos 13, 14 e 16, sobre credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento dos cursos superiores, criação de polo entre outros pontos importantes, que contribuem para expansão da EaD, mas, cabe-se pensar em formas de democratizá-la.

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Art. 13. Os processos de credenciamento e recredenciamento institucional, de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos superiores na modalidade a distância serão submetidos à avaliação **in loco** na sede da instituição de ensino, com o objetivo de verificar a existência e a adequação de metodologia, de

---

<sup>5</sup> A Seed foi criada vinculada ao Ministério da Educação (MEC), em 1995.

<sup>6</sup> A primeira LDB foi criada em 20 de dezembro de 1961, sob o número de Lei nº 4.024.

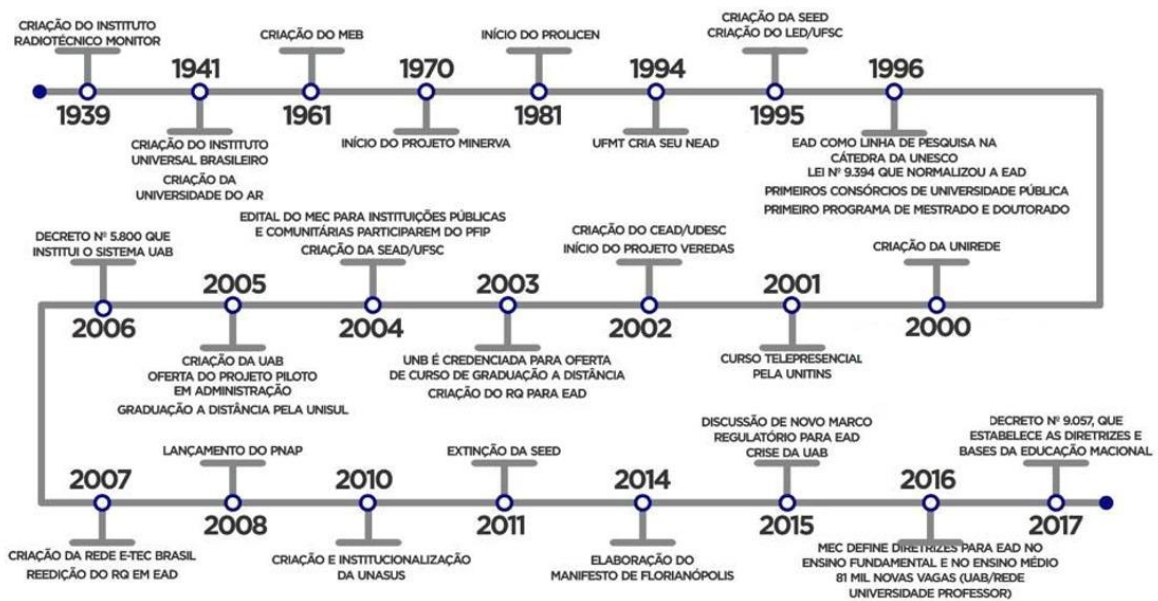
infraestrutura física, tecnológica e de pessoal que possibilitem a realização das atividades previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Pedagógico de Curso.

Art. 14. As instituições de ensino credenciadas para a oferta de educação superior na modalidade a distância que detenham a prerrogativa de autonomia dos sistemas de ensino federal, estaduais e distrital independem de autorização para funcionamento de curso superior na modalidade a distância.

Art. 15. Os cursos de pós graduação **lato sensu** na modalidade a distância poderão ter as atividades presenciais realizadas em locais distintos da sede ou dos polos de educação a distância.

Art. 16. A criação de polo de educação a distância, de competência da instituição de ensino credenciada para a oferta nesta modalidade, fica condicionada ao cumprimento dos parâmetros definidos pelo Ministério da Educação, de acordo com os resultados de avaliação institucional (Brasil, 2017).

Figura 1- Linha do tempo da EaD no Brasil



Fonte: Silva e Spanhol (2019).

No ano de 2020, com o início da pandemia que assolou todo o mundo, o acesso ao ensino na modalidade remota, mostrou de forma escancarada o grande paradoxo que é a urgência de um novo modelo educacional, que traga um sistema híbrido integrado, uma maior democratização e um ensino mais inclusivo. Pois, o que se apresentou foi a não inclusão digital de grande parte da população brasileira, e/ou a

falta de preparo de docentes e estudantes no que se refere ao uso das tecnologias da comunicação e informação.

Saviani e Galvão (2021) apresentam que 58% dos discentes passaram a ter aulas remotamente; 35% tiveram suas aulas suspensas e 26% destes discentes não possuíam acesso à internet. Com isso, deixam de forma explícita uma grande exclusão tecnológica e digital e apresentam em seus dados uma aparente falta de estrutura e preparo das instituições educacionais. Mesmo com este processo excludente, não há como negar que houve uma maior popularização de uso do ensino remoto<sup>7</sup>, o que traz também um momento de maior uso das TIC's.

A pandemia e o início das atividades remotas, trouxeram mais uma preocupação que já existia desde o início da EaD em ambientes, a tendência da conversão da educação em mercadoria. E como pontos de discussão trazem a redução de custos e aumento de lucro. Estes são alguns dos pontos que ainda perpassam a discussão sobre a EaD, o conservadorismo dos profissionais, falta de conhecimento no uso das TIC's e a transformação da educação em mercadoria, e um ritmo de trabalho grande para um salário baixo aos profissionais da educação, visando o lucro para as instituições. Mas, isso é um outro caminho que não irá ser expandido aqui, no entanto, vale a pena ser sinalizado.

Provavelmente já notou que o Brasil ainda não se encontra incluído digitalmente, não possui acesso gratuito a internet e poucos são os brasileiros que possuem computador em suas casas. Segundo a ABED e o INEP (ABED, 2021; Brasil, 2022), quem mais acessa o ensino superior na modalidade a distância, são em sua maioria mulheres brancas e quanto a questão de classe a maior parte até 10 salários mínimos. E parte das vagas disponibilizadas no ensino superior são oferecidas pelas IES particulares e que vem crescendo exponencialmente nos últimos 10 anos. Mas, como pensar na EaD como uma modalidade que pode trazer a democratização do ensino e aprendizagem a população brasileira, onde a população negra e indígena de classe baixa se encontra a margem deste processo?

A partir de 2015, com novo marco regulatório para EaD, com o surgimento de novos espaços que exigem abrangência da mesma nas universidades (as superintendências de EaD) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (2015-2030) pedindo equidade, qualidade e promoção de oportunidades de

---

<sup>7</sup> O ensino remoto utiliza plataformas no espaço virtual para disponibilização de conteúdos, atividades e para ministração da aula em tempo real/síncrono.

aprendizagem sem distinguir pessoas em relação ao seu gênero, raça/etnia, sexualidade entre outros, exige com isso uma ampliação da cidadania, para que ela seja plena, completa para povos tidos como sulbaternizados por outros grupos culturais hegemônicos, que ainda são maioria em determinados espaços em sua forma de ser construído e ofertado, pensado, estruturado, disponibilizado. Uma educação EaD democrática, pública, de qualidade e gratuita, com maior acesso a todas as pessoas, de modo especial os mais vulneráveis, objetivando a redução das desigualdades como solicitado pelas ODS, é o que se deseja.

Foi pensando na ampliação da cidadania, que conseqüentemente está incluso o acesso a direitos e a democratização de uma educação de qualidade no meio *online*, que esta pesquisa se centrou ao buscar trazer que um ambiente virtual de ensino e aprendizagem inclusivo deve ser analisado para além de um suporte tecnológico, mas, como um espaço que potencialize e oportunize “a valorização das diferentes culturas originárias dos participantes, na medida em que saberes, práticas, linguagens [...]” (Burnham; Pinheiro; Sanches, 2012, p. 164), sejam instrumentos de transformação e diálogo com o coletivo presente. Ou seja, buscou-se por meio deste trabalho um olhar não somente técnico, mas, atento às diversidades, pluralidades e equidade.

Sendo assim, é urgente refletir sobre a configuração dos ambientes virtuais de aprendizagem em cursos de educação a distância incorporando as particularidades e características intrínsecas dos povos e comunidades tradicionais em sua interação com o mundo, visando facilitar a conquista de uma aprendizagem efetiva.

### 3.2 POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferentes e que se reconhecem como tais. Estes grupos possuem formas próprias de organização social e ocupam e usam territórios e recursos naturais, como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição<sup>8</sup>. São

---

<sup>8</sup> Definição retirada do Relatório do Congresso Internacional de Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais (Rocha; Serra; Santana Filho, 2012) e confirmada pelo Relatório de Pesquisa da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais na Visão de seus Membros (IPEA, 2012).

exemplos de povos e comunidades tradicionais, os povos indígenas, quilombolas, extrativistas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, caiçaras, geraizeiros<sup>9</sup>, vazanteiros<sup>10</sup>, pantaneiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, fundos de pasto e ribeirinhos (IPEA, 2012). Estes grupos utilizam o território para sua subsistência de forma equilibrada e a partir dos conhecimentos tradicionais específicos de cada grupo, eles reconhecem o espaço como sagrado, tendo, assim, um papel importante na proteção da biodiversidade.

Até o ano de 2007 os PCT's não possuíam uma definição que abarcasse todas as suas especificidades, e isso dificultava no processo de construção de políticas públicas voltadas para este povo. A primeira lei a empregar a expressão "populações tradicionais" foi a Lei nº 9.985/2000, que instituiu o sistema de unidades de conservação da natureza (SNUC) (IPEA, 2012), no entanto, ainda era um termo muito abrangente que não estabelecia critérios de delimitação. Isso muda em 2007, com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, lançada em 7 de fevereiro de 2007, por meio do Decreto n. 6.040, que traz a definição utilizada neste trabalho (IPEA, 2012).

Povos e comunidades tradicionais, "são povos que possuem sua base fundada na ancestralidade e nos saberes tradicionais, por estarem ligados à sua identidade, enquanto povo ou comunidade. Seus saberes são transmitidos por meio da tradição oral" (Silva; Florencio; Pederiva, 2019, p. 37). No entanto, houve um aporte colonizador como mediador de seu pensamento e sua voz. Espino Relucé (2015), traz algo de extrema importância. Segundo ele, "a cidade letrada impõe condições que não deixam a expressão de vozes múltiplas em sua totalidade". Relações hierárquicas e de poder estão presentes neste processo, trazendo uma realidade de opressão dos povos no que diz respeito à sua forma de se comunicar com o mundo e à manutenção de suas tradições, onde "um aporte colonizador", permanece buscando formas de mediar a voz e o pensamentos de determinada camada da sociedade. Fanon (2008), referencia nos estudos raciais e do pós-colonialismo, apresenta em seu livro *Pele Negra e Máscaras Brancas*, as marcas do colonialismo em pessoas negras.

---

<sup>9</sup> Geraizeiros são habitantes do sertão, sobretudo da região dos Cerrados do norte de Minas, a qual é conhecida como Gerais.

<sup>10</sup> Vazanteiros são pequenos agricultores cujo plantio e colheita estão associados aos ciclos de enchente, cheia e vazante dos rios.

Se ele é malgaxe<sup>11</sup>, é porque o branco chegou, e se, em um dado momento da sua história, ele foi levado a se questionar se era ou não um homem, é que lhe contestavam sua humanidade. Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco (Fanon, 2008, p. 94).

Quando Fanon (2008) aponta a discriminação direcionada ao homem negro e o questionamento de sua humanidade, que os processos do colonialismo apresentam até hoje as pessoas não brancas, e Espino Relucé (2015) menciona a noção de mediação por meio de um aporte colonizador, que se mantém até os dias atuais, querem apresentar que as consequências da colonização ainda estão presentes e afetam a consciência do corpo, a linguagem e os espaços institucionais, eles são vistos ao passo que ainda se constroem espaços hegemônicos onde somente uma realidade é abarcada, apontando para contextos de imposição no que tange modos de pensar, ser e viver. Nesse cenário hierarquizado, as características que não se assemelhavam às do colonizador eram consideradas inadequadas para compartilhar dos privilégios e participar da distribuição do "poder" na sociedade.

O 'direito' de se expressar a partir da periferia do poder e do privilégio autorizados não depende da persistência da tradição; ele é alimentado pelo poder da tradição de se reinscrever através das condições de contingência e contraditoriedade que presidem sobre as vidas dos que estão 'na minoria' (BHABHA, 1998, p. 21).

Desta forma, é a partir do poder da tradição, que se mantém, que se reinscreve. A partir da resistência ao processo colonial, nas esferas do saber, do existir e do poder (Mota Neto, 2016 *apud* Silva; Florencio; Pederiva, 2019) e de seus processos complexos do existir e resistir que se inscreve a vida dos PCT's. E a tradição oral está inclusa neste processo de resistência e transformação, para manutenção de valores ancestrais (Silva; Florencio; Pederiva, 2019, p. 39).

Toda forma oral es siempre la representacion de uma comunidade cultural, para um grupo humano más o menos definido, es decir, tiene como referente a un grupo cultural que lo consume, recrea y/o reproduce al tiempo que comprende y se extiende em um território real e imaginário. Representa sentido de pertencia, le disse algo a los

---

<sup>11</sup> Malgaxe: habitante de Madagascar.

miembros de una comunidad y corresponde a los fueros más íntimos de esa colectividad (Espino Relucé, 2015, p.35).

Hampâté-Bâ (1982), diz que nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito do povo africano, onde possui uma grande história de tradição oral, terá validade a menos que se apoie nesta herança de conhecimentos. A tradição oral para povos e comunidades tradicionais, é de grande importância, pois, a mesma fala do lugar do homem e da mulher no seio do universo. Jan Vansina e Bokar apontam que a oralidade é uma forma de perpetuar e garantir a sabedoria ancestral. Primeiro veio a oralidade como forma de comunicação e logo depois a escrita, ambas tecnologias desenvolvidas a partir do corpo humano (Bokar; Vansina *apud* Hampâté-Bâ, 1982).

### 3.3 TRADIÇÃO ORAL

Já que está se falando de povos e comunidades tradicionais, como não tratar um pouco sobre tradição oral. Esta acontece no processo das transmissões de saberes através das gerações, onde estão inclusas as características ancestrais e espirituais de acordo com a cultura de cada povo. Espino Relucé, apresenta em uma de suas obras o seguinte:

La tradición oral siempre es la sucesión de un relato que se incluye en la vida de una colectividad como permanencia, que se transmite de generación en generación, de voz a voz, que pasa por la marca del tiempo y la presencia de generaciones que le dan ese elan histórico (Espino Relucé, 2015, p. 53).

A tradição oral é o veículo que mantém a tradição, ela se caracteriza pela sua transmissão de geração em geração, dessa forma nem toda manifestação da palavra oral é tradição oral, mas, somente aquelas que se perpetuam no tempo, ao som da voz de uma coletividade.

Aqui, se utiliza o termo “transmissão” apesar das discussões diante das teorias educacionais sobre ela, a identifique como prática esvaziada, pois, concordamos com Silva, Florencio e Pederiva (2019, p. 32), que “a sua utilização no que tange a povos e comunidades tradicionais em nada se compara o seu significado”. Visto que a transmissão, que aqui é trazida a partir das epistemologias tradicionais, apresenta

a prática e o conhecimento se movendo através do tempo, em diálogo com o mundo. Espino Relucé (2015) avalia em seus estudos sobre tradição oral e literaturas de tradição oral, dizendo o seguinte:

La transmisión oral, su circulación y su representación, cuando se enuncia, pone em evidencia las marcas del tiempo. Cuando se vuelve a decir, cuando se vuelve a narrar, la voz conjetura su próprio tiempo. Son textos de tradición oral porque pertenecen a la memoria colectiva, es decir, constituyen una representación que los hace diferentes de otros al expresar valores, percepciones maneras de vivir de quines lo producen y hacen patente su mirada sobre el devenir de la historia. En esa memoria hablada se reconoce toda una colectividad que se diferencia de otras. En ésta reposa su historia no escrita, sus saberes inmemoriales y sus afectos interminables. (Espino Relucé, 2015, p. 52).

Assim, percebe-se a tradição oral como vindo do coletivo. A linguagem existe para comunicação, porque há uma relação de ligação entre aquelas que a utilizam. É como se existisse um quebra-cabeça da consciência que precisa ser montado por meio do coletivo e não há como fazer isso que não seja através da consciência coletiva. Falar é coletividade, falar é existir para a outra pessoa (Fanon, 2008, p. 33).

Apresentando desta forma, é necessário ter em mente a contribuição grandiosa que a tradição oral traz para o fazer em todos os âmbitos da vida. São inúmeras vivências, práticas e saberes que alcançaram os povos e comunidades tradicionais.

A Oralidade é o lugar em que se vive a tradição. E a tradição é possibilitada pela fala. O enraizamento da educação, das relações sociais e da cultura na fala releva a prática da tradição oral como processo de organização de mundo, de reconhecimento de si e do outro, de posicionamento epistemológico e político (Silva; Florencio; Pederiva 2019, p. 87).

Os povos e comunidades tradicionais estão nesta disputa também no que tange a linguagem que é poder, como forma de transmitir sua visão de mundo e de suas próprias epistemologias em liberdade, pois, como disse o quilombola Jaime Cupertino do Quilombo de Vazante – Bahia, “A liberdade é coisa séria” (Terras [...], 2021).

### **3.3.1 A leitura de mundo como tecnologia**

Para ajudar e confluir nesta reflexão e discussão, Paulo Freire (1981) apresenta a importância da leitura de mundo que não está na palavra escrita, mas, que está na construção de um diálogo com o mundo, que se insere os cinco sentidos e as emoções. Ao se ler o mundo, utiliza-se não somente a oralidade, mas, o tato, o olfato, a audição, as emoções e, às vezes, o paladar. A leitura de mundo precede a leitura da palavra, como já dizia Freire (1981). Para uma leitura de mundo é necessário viver o mundo. Com isso, não se apresenta uma hierarquização na palavra falada e na palavra escrita, mas há que se estar atenta a oferecer e criar momentos em que a “palavramundo” (Freire, 1981), esteja presente. Não é no silêncio que os homens se fazem, já dizia Paulo Freire (Freire, 2020). Os homens e as mulheres se fazem na dialogicidade, aquela que se baseia no amor que é ação e escolha, na humildade, na confiança, na fé, na esperança, no pensamento crítico, no criar, no transformar, sem um diálogo horizontal não se constrói uma educação libertadora. E para que isso tudo ocorra é relevante e urgente que a “palavramundo” seja respeitada e dialogada.

A pesquisadora bell hooks (2017) grande admiradora das teorias de Paulo Freire, em um de seus livros apresenta a “pedagogia engajada” onde se baseando em Freire e no indiano Thich Nhat Hanh fala sobre:

[...] a união do corpo, da mente e espírito, ou seja, busca uma abordagem pedagógica holística sempre apresentando a educação como prática de liberdade e de bem estar, onde os conhecimentos não estão presentes somente nos livros, mas, em como se vive no mundo (Hooks, 2017, p. 27).

É importante que a educação no meio *on-line*, que ocorre por meio do uso das TIC's, possa ser pensada e utilizada atentas a estes pontos. Pois, de nada adianta o uso de mídias, por exemplo, sem que as mesmas ofereçam a seu público momentos de escuta, diálogo, reflexão, crítica, partilhas, cooperação e afeto. A usuária precisa ser cocriadora neste espaço para que mantenham seus caminhos de leitura do mundo e tenham a possibilidade de construir um caminho de sujeitos produtores e multiplicadores, para que não se caia na armadilha de um fazer fixo, universalista, hegemônico detentor de uma única norma e poder, onde o poder é impedido de transitar, ficando somente na mão de poucos.

### **3.3.2 Tecnologia: a pesquisa e seus entrecruzamentos**

É perceptível que este estudo necessita ser construído a partir do entrecruzamento de alguns principais conceitos que o embasam, pois, buscou trabalhar com o público de PCT's de um curso na modalidade de educação a distância *on-line*, no ensino superior. Assim, estão sendo apresentadas as principais pesquisadoras utilizadas pela autora e como trabalham e pensam estes conceitos.

Sendo assim, após a conceituação de PCTs, sua tradição oral e leitura de mundo que não se baseia somente na escrita, a definição de tecnologia é necessária. O conceito de tecnologia utilizada pelo estudo, advém de reflexões trazidas por Lima Junior (2011), apresentadas em sua comunicação oral no “I Colóquio Luso-Brasileiro de Educação a Distância e Ambientes Virtuais de Aprendizagem”, cujo tema foi “As interpretações da tecnologia na contemporaneidade: por uma tecnogênese dos processos tecnológicos”.

A tecnologia aqui trabalhada, é vista como um conjunto de conhecimentos que se aplicam não somente ao manejo de um equipamento ou uma atividade, mas, ao seu planejamento e sua construção. Todos os processos mediados pelo humano de acordo com seu processo histórico e social, ou seja, a tecnologia é refletida, criada, planejada e usada pelo humano. Não há como pensá-la como algo distante, por este motivo, cada tecnologia tem sua influência no processo histórico e social que foi criada. São tecnologias desde a oralidade, escrita até artefatos mais complexos e digitais (Lima Junior, 2011).

Esta visão de tecnologia também é compartilhada por Kenski (2012), acrescentando que tecnologia é poder e está vinculada a processos de mudanças da humanidade, onde conhecimento, poder e tecnologia estão imbricados. Dessa forma, ao se pensar em educação e seus processos históricos e atuais, estão presentes nesta reflexão conhecimento, tecnologia e poder, seja no seu contexto mais macro, no que tange os governos e seus caminhos de definição de conteúdo a ser abordado na escola. Como no contexto mais micro, onde a professora na sala de aula vai definir a didática e metodologia a ser utilizada. Quais serão suas ações e usos deste conhecimento e tecnologias que estão ao seu dispor.

É visível que o conceito de tecnologia é “variável e contextual” (Kenski, 2012, p. 25). Ele vai se alargando ao passo em que os processos mentais humanos e sua plástica concebem novos rumos para a tecnologia. Hoje, apresentam-se como novas tecnologias e seus fenômenos, a rede de computadores, esse emaranhado de

máquinas que se interconectam compartilhando informações, onde está presente o ciberespaço, que Levy (1999) define como:

[...] o novo meio de comunicação que surge da intercomunicação mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas, também o universo oceânico de informações que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo”, onde ocorre o fenômeno da cibercultura, conceituado também por este filósofo como “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de modos de pensamento, de atitudes e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (Levy, 1999, p.17).

Ou seja, a tecnologia altera comportamentos, “altera a forma de estar e viver o mundo, seja ele físico e ou em plataformas digitais” (Kenski, 2012 p. 21). Como se pode ver, as tecnologias da informação e comunicação ampliam o acesso as variadas informações (jornais, revistas, cinema, vídeos, televisão, redes digitais, internet [...]) e tem como base o uso da linguagem oral, da escrita e da junção entre som, imagem e movimento, o processo de produção e o seu uso vem se desenvolvendo de maneira altamente rápida nas últimas décadas (Kenski, 2012).

No que se refere as tecnologias que utilizam o ambiente virtual *on-line*, é ainda mais rápido, complexo e globalizado, pois, o ciberespaço acolhe diversos perfis de pessoas que ali constroem processos culturais no que tangem o uso do espaço, como a linguagem, seja ela escrita, sonora ou visual, de forma altamente rápida, confluindo tecnologias da informação e comunicação para a configuração da tecnologia digital (Kenski, 2012).

Nesta era da tecnologia digital, é possível transmitir e receber dados em seus variados formatos, conversar em tempo real com pessoas que estão geograficamente distantes. E atualmente, é possível ter um retorno em sites de buscas de uma forma mais dialogada, a partir da inteligência artificial, que com toda certeza será uma revolução para as próximas décadas.

### **3.3.3 Educação *on-line*: fenômeno da cultura ciber**

Mais um conceito se apresenta para que o estudo dê conta da sua complexidade e para que seja possível refletir sobre o tema proposto. A “Educação

*On-line* e Povos e Comunidades Tradicionais”, serão considerados aqui, a partir dos entrecruzamentos dos conceitos acima trazidos com o conceito de educação *on-line*.

Este estudo estará voltado a EaD *on-line*, ou seja, a modalidade da EaD que ocorre a partir do uso da internet, computadores, smartphone, tablets e outros dispositivos. E ocorrem em plataformas virtuais disponibilizadas no ciberespaço, ou seja, é um fenômeno que surge por meio da cibercultura, Santos (2009, p. 5663), conceitua a educação *on-line* como, “o conjunto de ações de ensino-aprendizagem ou atos de currículo mediados por interfaces digitais que potencializam práticas comunicacionais interativas e hipertextuais”.

Ou seja, não se pode falar da EaD utilizada no ciberespaço, pensando nos mesmos métodos e estratégias utilizadas anos atrás. A partir do uso do ciberespaço, cada pessoa entra em um ambiente social que está nos “mares” da internet, onde cada um/uma possui a liberdade de cocriar.

Em consenso com Santos (2012) na qual a educação *on-line* é um fenômeno da cibercultura, no entanto, quando pensamos em cultura ciber, constrói-se mentalmente o ideal de um processo educacional baseado em compartilhamentos, construções, interações. Mas, a educação que ocorre em ambientes virtuais pode vir a ser um espaço também de educação meramente instrucional, ou “educação bancária”, como Paulo Freire (1996) chamaria, onde se concentra uma grande quantidade de conteúdos, com atividades avaliativas somativas, que não direciona seu público para ações de compartilhamento, interação, entre outras. Desse modo, as concepções da educação podem variar mesmo ocorrendo no espaço virtual.

Assim, esta pesquisa acredita que a educação *on-line*, fenômeno da cibercultura, só pode ser considerada como tal, se ela se basear no processo da dialogicidade. Uma educação *on-line* para dialogicidade, traz o diálogo como um dos pontos principais em sua metodologia. Em um diálogo está presente a interatividade, que deve estar atenta à contribuição e partilha de mundo de outras pessoas.

A educação *on-line* tem se colocado como objeto para vários estudos e se tornado uma realidade para a educação em todos os seus níveis. No ensino superior, o crescimento na oferta de cursos na modalidade educação a distância *on-line*, é uma realidade e as instituições privadas participaram ativamente deste processo, exigindo políticas públicas que facilitem seu crescimento. Exemplo disso é o Decreto nº 9.057/2017, e a Portaria normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, que simplificam a supervisão e avaliação dos mesmos (Ricardo, 2017). Esse crescimento exige um

maior controle na supervisão das instituições de nível superior no Brasil, ou se cairá no que muitos estudos apontam na direção da educação sendo tratada como negócio, comércio de baixo custo financeiro para as grandes empresas, onde a preocupação maior está no lucro e não em uma educação de qualidade e/ou em uma eficaz experiência de ensino *on-line*.

### **3.3.4 Educação e os povos tradicionais**

Apesar da Constituição de 1988 garantir direitos universais para todas as cidadãs e cidadãos deste país, assim como direitos específicos para grupos tradicionais como os povos indígenas e os quilombolas (em seus artigos, atos e seções), a luta continua para esses povos no que diz respeito a questões territoriais, educacionais e de saúde. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2012, a criação de políticas públicas enfrentou desafios devido à falta de uma definição clara e, conseqüentemente, à limitação do conceito de quem são os Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil. Superar essas limitações foi um passo importante para garantir um acesso mais efetivo aos direitos já concedidos a esses cidadãos e cidadãs.

Além disso, o IPEA (2012) destacou que a Constituição estabelece a proteção das "manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional" (Art. 215,1o), bem como a "diversidade e a integridade do patrimônio genético do país" (Art. 225,1o, II).

Na Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento de 1992 (ECO 92), o Brasil firmou acordos que propunham medidas para preservar a biodiversidade e promover seu uso sustentável. Conforme estabelecido em um de seus artigos (Art. 8º), o país comprometeu-se a respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas tradicionais, além de "incentivar a justa e equitativa partilha dos benefícios derivados da utilização desse conhecimento, inovações e práticas".

Apesar da assinatura desses documentos, os povos e comunidades tradicionais ainda enfrentam desafios no acesso aos seus direitos universais, que são fundamentais e incluem o acesso à terra, à saúde e a educação.

Um passo importante para que se avançasse nesse sentido foi a realização, em agosto de 2004 em Luziânia/DF, do 1o Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais, do qual participaram, além de povos indígenas e quilombolas, agroextrativistas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais e caiçaras, geraizeiros,<sup>3</sup> vazanteiros,<sup>4</sup> pantaneiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, fundos de pasto, faxinais<sup>5</sup> e ribeirinhos do São Francisco. O encontro foi importante principalmente porque ajudou a definir a composição da nova Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, a qual foi criada a partir do Decreto de 27 de dezembro de 2004 e representou um passo importante para a inclusão social e política desses grupos. As competências e o funcionamento da comissão foram modificados pelo Decreto de 13 de julho de 2006, o qual muda seu nome para Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, conforme mencionado anteriormente (IPEA, 2012, p. 16).

A comissão tinha como seu principal objetivo inicial a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais, que visava reconhecer, fortalecer e garantir direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos, e culturais para as comunidades tradicionais. Tudo isso ao passo que valorizasse suas identidades, suas formas de organização e suas instituições.

Além disso, a política nacional assumiu a responsabilidade de estabelecer uma definição legal para os conceitos de povos e comunidades tradicionais, assim como para seus territórios. Esse esforço não tinha a intenção de encerrar os debates em torno desses conceitos, mas sim de estabelecer um ponto de partida comum que permitiria ao governo progredir na implementação de direitos e benefícios. Em 7 de fevereiro de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais foi oficialmente lançada por meio do Decreto nº 6.040. E, a partir daí, alguns poucos avanços ocorreram. Não cabe neste estudo tratar sobre todas as leis nesse sentido, mas, cabe trazer algumas diretrizes educacionais que surgiram após 2007.

Conforme estabelecido na Resolução CEB nº 3, datada de 10 de novembro de 1999, as escolas indígenas são oficialmente reconhecidas como aquelas situadas em territórios ocupados por comunidades indígenas, mesmo que essas áreas se estendam por territórios abrangendo diversos Estados ou Municípios vizinhos e sejam dedicadas exclusivamente ao atendimento dessas comunidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, reforça, em seu artigo 32º, o direito das comunidades indígenas de fazer uso de suas

línguas maternas. Adicionalmente, o artigo 78º estabelece que a educação escolar destinada aos povos indígenas deve adotar uma abordagem intercultural e bilíngue. O objetivo é reafirmar suas identidades étnicas, recuperar suas memórias históricas, valorizar suas línguas e sistemas de conhecimento, ao mesmo tempo em que possibilita o acesso a informações e conhecimentos valorizados pela sociedade nacional.

Em 2012 foram celebradas duas diretrizes curriculares para os povos tradicionais, a indígena e a quilombola. A indígena objetivou os seguintes pontos:

- a) orientar as escolas indígenas de educação básica e os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, desenvolvimento e avaliação de seus projetos educativos;
- b) orientar os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando tornar a Educação Escolar Indígena projeto orgânico, articulado e sequenciado de Educação Básica entre suas diferentes etapas e modalidades, sendo garantidas as especificidades dos processos educativos indígenas;
- c) assegurar que os princípios da especificidade, do bilingüismo e multilinguismo, da organização comunitária e da interculturalidade fundamentem os projetos educativos das comunidades indígenas, valorizando suas línguas e conhecimentos tradicionais;
- d) assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas indígenas leve em consideração as práticas socioculturais e econômicas das respectivas comunidades, bem como suas formas de produção de conhecimento, processos próprios de ensino e de aprendizagem e projetos societários;
- e) fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fornecendo diretrizes para a organização da Educação Escolar Indígena na Educação Básica, no âmbito dos territórios etnoeducacionais;
- f) normatizar dispositivos constantes na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, ratificada no Brasil, por meio do Decreto Legislativo nº 143/2003, no que se refere à educação e meios de comunicação, bem como os mecanismos de consulta livre, prévia e informada;
- g) orientar os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a incluir, tanto nos processos de formação de professores indígenas, quanto no funcionamento regular da Educação Escolar Indígena, a colaboração e atuação de especialistas em saberes tradicionais, como os tocadores de instrumentos musicais, contadores de narrativas míticas, pajés e xamãs, rezadores, raizeiros, parteiras, organizadores de rituais, conselheiros e outras funções próprias e necessárias ao bem viver dos povos indígenas;
- h) zelar para que o direito à educação escolar diferenciada seja garantido às comunidades indígenas com qualidade social e pertinência pedagógica, cultural, linguística, ambiental e territorial, respeitando as lógicas, saberes e perspectivas dos próprios povos indígenas (Brasil, 2012a; Brasil, 2012b).

Já em relação a educação quilombola, conforme definido pela Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, as escolas quilombolas são aquelas localizadas em territórios quilombolas. Esses territórios são caracterizados como espaços que preservam a história dos quilombos, habitados por grupos étnico-raciais com consciência comunitária, trajetórias históricas distintas e relações territoriais específicas. Eles são presumidamente associados à ancestralidade negra, resultante da resistência à opressão histórica.

A educação escolar quilombola abrange a educação ministrada tanto nas escolas quilombolas quanto nas escolas que atendem alunos originários de territórios quilombolas. Segundo resolução CNE/CEB nº08/2012, a base pedagógica desse ensino deve se fundamentar em:

- memória coletiva;
- línguas ancestrais;
- marcos civilizatórios;
- práticas culturais;
- tecnologias e formas de produção do trabalho;
- registros e narrativas transmitidas oralmente;
- festejos, usos, tradições e demais elementos que façam parte do patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo país;
- territorialidade (Brasil, 2012b).

Além da Constituição de 1988, A LDB, de 20.12.1996, também em seu art. 78, e seus objetivos reforçam pontos trazidos nas diretrizes curriculares da educação trazidas aqui, um destes pontos aparece no objetivo 1, onde trata da necessidade de reafirmação das identidades dos povos indígenas e da valorização de suas ciências.

Quanto ao ensino superior existem algumas ações afirmativas que são aquelas criadas para grupos que foram colocados à margem da sociedade que vão dar direcionamentos e exigir caminhos de acesso. Aqui citadas algumas delas, como: Lei de cotas no ensino superior nº 12.711/2012, a Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012 e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 (Brasil, 2022).

Também sobre acesso e permanência no ensino superior, tem-se a partir do âmbito da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), que atua no âmbito da Coordenação de Processos Educativos (COPE), que por conseguinte integra a Coordenação Geral de Promoção da Cidadania (CGPC), ambas instituídas objetivando ações para garantia de acesso e permanência dos povos indígenas no ensino superior. Ambas afirmam que, o conhecimento indígena deve dialogar com o

acadêmico, pautado em sua aplicação empírica na resolução de questões cotidianas enfrentadas pelos povos e no fortalecimento de seus direitos coletivos (Brasil, 2022).

Como ações foram identificados o Programa de Apoio a Formação Superior (Prolind), de professores indígenas nas licenciaturas, ocorrendo em instituições públicas. E o Programa Bolsa Permanência, criada pela Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013. Esta oferta a quantia de R\$ 900,00 (novecentos reais) para a manutenção destas pessoas nas universidades.

Cabe também trazer aqui o Plano Nacional de Educação (PNE), em seu art. 8º, que traz como uma de suas estratégias considerar as necessidades específicas das populações do campo, indígenas e quilombolas (Brasil, 2014).

É responsabilidade do Estado garantir a educação escolar em todos os seus níveis, para todos os povos e comunidades tradicionais que garantam a sua leitura “palavramundo”, sua memória, suas tradições e suas especificidades.

É fundamental que todos os grupos étnicos e comunidades tradicionais, não se limitando apenas aos povos indígenas, povos de terreiro e aos quilombolas, mas sim abrangendo a vasta diversidade de povos e comunidades já mencionados anteriormente, tenham acesso a uma educação que leve em consideração suas particularidades e características específicas. Isso deve ocorrer por meio da inclusão desses grupos nos currículos educacionais de suas respectivas regiões e estados, respeitando plenamente as particularidades de cada um e reconhecendo a importância disso para os povos e comunidades tradicionais, e também para o território como um todo. Assim, preza-se por uma educação que leve em consideração a cultura destes povos, refletindo na construção de novas formas de pensar a educação, onde este “passado-presente” torne-se parte da necessidade, e não somente formas de rememorar saudades (BhaBha, 1998, p. 27).

## 4 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa<sup>12</sup> é de natureza aplicada, construída com o método do Estudo de Caso único, com uma abordagem qualitativa. Quanto ao objetivo se classifica como descritiva e utilizou para a análise de seus dados o Discurso do Sujeito Coletivo.

Constitui-se como pergunta central da pesquisa entender como a composição dos ambientes virtuais de aprendizagem de cursos na modalidade EaD pode levar em consideração as características dos povos e comunidades tradicionais ao comunicarem com o mundo de forma a proporcionar uma aprendizagem mais efetiva?

Nesse contexto de investigação, o objetivo foi analisar a relação entre o ambiente virtual de aprendizagem, e a composição de artefatos, levando em consideração as particularidades dos povos e comunidades tradicionais e com isso criar um produto que possa auxiliar profissionais na construção de um espaço virtual mais inclusivo que contemple suas particularidades. Três objetivos específicos ajudaram neste caminho: apresentar o perfil discente dos povos e comunidades tradicionais presentes no curso de pós-graduação Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais de acordo com as dimensões estabelecidas no estudo; apresentar o que é ser PCT de acordo com a visão dos PCT's e sua visão e uso da tecnologia e TIC's; e, analisar a composição do ambiente virtual do curso a ser pesquisado, seus artefatos (ferramentas, recursos, atividades) e usabilidade a partir do olhar dos PCT's.

Pensar em uma metodologia que abarque a complexidade de pesquisar o ambiente virtual de aprendizagem de um curso levando em consideração a voz e a usabilidade dos seus cursistas, não foi fácil. Uma certeza desde o início foi que sua abordagem seria qualitativa, visto que a mesma lida com a subjetividade, conseqüentemente implica as pessoas que a empreendem. Ela traz uma ênfase na compreensão profunda e contextualizada dos fenômenos estudados, utilizando-se de métodos de coleta de dados não numéricos, como entrevistas, observações, análise de conteúdo, estudos de caso, entre outros. Segundo Goellner (2010, p. 382), “a

---

<sup>12</sup> A pesquisa passou pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual da Bahia, sendo enviado seu projeto no dia 20 de outubro de 2022, sob o número de envio 129005/2022, sob o número CAAE: 65173522.5.0000.0057. Tendo o parecer liberado em 20 de março de 2023, sob o número 5.952.739, com a sinalização de que a pesquisa ao envolver povos e comunidades tradicionais deve seguir os preceitos da Lei 13.123/15 e a pesquisadora deve estar atenta à proteção do patrimônio e conhecimentos tradicionais no momento de revelar os achados da pesquisa.

pesquisa possui em seu diferencial a possibilidade de transformar seus colaboradores em coautores e protagonistas dos processos metodológicos, por isso, ela é tão pertinente e eficaz no trato dos problemas de pesquisa no campo da educação”.

Sendo assim, entende-se como assertiva a escolha da abordagem qualitativa com uma finalidade de natureza aplicada, ou seja, aquela que se volta a intervenção no espaço empírico. Isso foi essencial para que se chegasse ao objetivo desenhado, visto que o mesmo buscou seus resultados a partir da voz e experiências das pessoas estudantes que se identificavam enquanto povos e comunidades tradicionais.

Dando seguimento ao caminho que foi essa busca, que se colocou em entender qual composição metodológica seria utilizada, foi possível analisar diferentes abordagens de pesquisa, procedimentos e instrumentos. Como desdobramento desta reflexão, se optou pelo método Estudo de Caso para conduzir a pesquisa. Por ser um método de análise qualitativa, “que busca investigar fenômenos contemporâneos dentro de um contexto de vida real” (Yin, 2015, p. 20). “É também um meio para organizar dados sociais preservando o caráter identitário do objeto social estudado” (Goode; Hatt, 1969 *apud* Bressan, 2000, p. 2). O Estudo de Caso, segundo Gil (2002, p. 54) consiste em um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira tal que venha a permitir seu amplo e detalhado conhecimento. “O método responde a questões problema explicativas e relações operacionais que ocorrem ao longo do tempo, muito mais do que a frequência ou a incidência”, segundo Bressan (2000, p. 2).

A definição do Estudo de Caso como método para a pesquisa se deu a partir da delimitação do escopo do estudo, concentrando-se exclusivamente em um curso específico intitulado "Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais" da Universidade Federal da Bahia, realizado entre os anos de 2017 a 2018. A opção por esse método permitiu uma investigação profunda e detalhada desse curso em particular, possibilitando uma compreensão holística dos desafios, potencialidades e impactos do uso do AVA, para povos e comunidades tradicionais. A escolha do Estudo de Caso buscou oferecer uma visão contextualizada e uma compreensão mais rica e abrangente dos fenômenos específicos envolvidos nesse curso.

#### 4.1 O ESTUDO DE CASO E SEU PROTOCOLO

Segundo Robert Yin (2015, p. 31) o método do estudo de caso, “é baseado em componentes que são essenciais para conduzir uma pesquisa de forma que apresente o rigor metodológico”. Os componentes apresentados são: a questão de estudo, a proposição de estudo (se houver), a unidade de análise, a lógica que une os dados à proposição e os critérios para interpretação.

Quanto a questão do estudo, este é o ponto de partida para o estudo de caso, que aqui se configura como a questão problema a ser respondido. Ela representa o problema ou o fenômeno específico que se pretende investigar. A questão deve ser de fácil entendimento. Uma questão de estudo bem formulada é precisa e orienta todo o processo de pesquisa, direcionando as ações e delimitando o escopo da investigação. É importante que a questão de estudo seja relevante, significativa e possível de ser respondida através do método escolhido.

Yin (2015) nos diz que a proposição de estudo é um outro componente importante para o caminhar da pesquisa (não entrando neste caso a exploratória), pois é a afirmação ou hipótese que irá direcionar a pesquisadora na busca investigativa durante a pesquisa no estudo de caso. A proposição representa o elo entre a questão de estudo e os dados coletados. Ela deve estar alinhada com a literatura escolhida para o estudo. Ainda segundo o autor ela ajuda a orientar a coleta e a análise dos dados, fornecendo uma estrutura para interpretar os resultados e tirar conclusões.

A unidade de análise, pode ser uma pessoa, um grupo, uma organização, uma comunidade entre outros. A escolha da unidade de análise é um dos componentes cruciais da pesquisa de estudo de caso, pois ela determina a aplicabilidade e a relevância das estratégias e teorias utilizadas na criação dos instrumentos de coleta e análise. É importante que a unidade de análise permita uma investigação profunda do fenômeno em questão. A unidade de análise deste estudo é o espaço virtual de aprendizagem (Moodle) do curso Lato Sensu Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais (2016 - 2018).

Quando se fala em ligação dos dados à proposição, devemos pensar em um componente que está diretamente ligado ao processo de coleta de dados e à forma como esses dados são conectados à proposição de estudo. Yin (2015) destaca a importância de utilizar múltiplas fontes de evidências para corroborar ou refutar a proposição. As diferentes fontes de dados podem incluir entrevistas, observações, documentos, registros e qualquer outra informação relevante para o estudo. A ligação

dos dados à proposição é fundamental para a construção de um argumento sólido e para a validação dos resultados. Deve-se atentar nesta fase para alguns pontos:

Como uma advertência, se você teve experiência limitada na condução dos estudos empíricos, pode não identificar facilmente a provável técnica analítica ou antecipar os dados necessários para o uso vantajoso das técnicas. Os pesquisadores ainda mais experientes frequentemente notam tanto como:

a) coletaram dados em demasia que não foram posteriormente usados na análise;

b) coletaram poucos dados, impedindo o uso apropriado da técnica analítica desejada.

Algumas vezes, a última situação pode até mesmo forçar os pesquisadores a retornarem à fase de coleta de dados (se puderem) para suplementar os dados originais. Quanto mais puder evitar essas situações, melhor será para você (Yin, 2015, p. 38).

Sendo assim, como trazido acima, neste estudo o que nos ligará aos dados serão os documentos do curso e da instituição que estejam ligados à sua criação e efetivação. Leituras anteriores que partiram uma revisão sistemática bibliográfica, momentos de observação do espaço virtual do curso, o formulário enviado as cursistas que estavam ativas, no curso, que foram em torno de 103 pessoas em seu total, todos estes instrumentos e estratégias fazem parte do processo de ligação dos dados a proposição da pesquisa.

A interpretação dos dados é uma etapa delicada em qualquer pesquisa de estudo de caso e se configura como um componente, denominado critérios para interpretação. É importante estabelecer critérios para interpretar os resultados obtidos. Esses critérios podem ser definidos com base em teorias existentes, comparações com casos similares ou padrões identificados durante a análise dos dados. Ter critérios significa dizer que terá uma alta confiabilidade das conclusões tiradas a partir dos resultados da pesquisa.

Estes cinco principais componentes do método do estudo de caso de Yin (questão de estudo, proposição de estudo, unidade de análise, lógica que une os dados à proposição e os critérios para interpretação) são cruciais para garantir a relevância, validade e solidez da pesquisa. Dessa forma, esta pesquisa segue as sugestões de Yin (2015) no caminhar de seu processo, buscando uma formulação cuidadosa no processo investigativo e utilizando do critério baseado em padrões identificados durante a análise e teorias existentes.

#### **4.1.1 Protocolo do estudo de caso para esta pesquisa**

Seguindo as orientações de Yin (2015, p. 87), o “protocolo não vem como um simples questionário ou um amontoado de informações que pareçam repetitiva”. Está é uma estratégia utilizada para apresentar e direcionar o estudo de caso. É no protocolo que você irá conhecer de forma mais objetiva e profunda como foram utilizados os instrumentos, procedimentos e regras gerais a serem seguidas. Segundo Yin (2015, p. 88) a criação e uso do protocolo traz para o estudo o aumento da confiabilidade, para além de como já dito, “orientar a pesquisadora na realização da coleta de dados de um caso único”.

#### **4.1.2 Visão geral**

A compreensão do caminho de acesso e uso do ambiente virtual de aprendizagem por povos e comunidades tradicionais (PCT's), fará parte da caminhada da pesquisa para que através desse momento se possa pensar em estratégias didático pedagógicas que apoiem para uma aprendizagem mais efetiva. Este caminho de compreensão perpassa pela pergunta central e objetivo da pesquisa já mencionados e seguirá apresentando seu principal objeto de estudo o curso Lato Sensu e seu AVA e trará uma visão mais próxima e detalhada sobre as principais fases da pesquisa que proporcionaram coleta de dados baseados na experiência da usuária (o).

#### **4.1.3 Apresentando o seu campo empírico**

O Curso Lato Sensu Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais com seu ambiente virtual de aprendizagem, será o campo principal de pesquisa. Segundo o Regimento do curso, o mesmo foi autorizado pela Congregação da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (FDUFBA).

CAPÍTULO I - Das Disposições Iniciais - Art. 1º - O Curso de Especialização em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais é um curso temporário e rege-se-á segundo o disposto no Regimento Geral da UFBA, no Regulamento de Cursos Lato Sensu da UFBA e neste Regimento. Art. 2º - O Curso de Especialização em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais é autorizado

pela Congregação da FDUFBA, atendendo à Resolução CNE/CES nº 01, de 3 de abril de 2011, as Resoluções nº 06/00 e nº 01/11 da UFBA [...] (UFBA, 2017a, p. 1).

Seu objetivo está direcionado a formar lideranças dos povos e comunidades tradicionais, profissionais do direito e gestores públicos que já tenham finalizado a graduação em qualquer área do saber para atuarem na defesa dos direitos de pessoas PCT's e na implementação de políticas nacionais de desenvolvimento sustentável para PCT's e:

[...] e demais normas asseguradoras dos direitos dos povos indígenas e demais povos tribais como indicada a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).  
Objetivos Específicos - Ampliar e fortalecer as atividades de estudos, pesquisas e formação especializada das lideranças dos povos e comunidades tradicionais (povos indígenas, quilombolas, pescadores e marisqueiras, ciganos, ribeirinhos, caatingueiros, povo de santo, vazanteiros etc.) (UFBA, 2017a, p. 1).

O campo de pesquisa foi o ambiente virtual de aprendizagem do curso acima citado, e os sujeitos da pesquisa são povos e comunidades tradicionais que se reconheçam indígenas, povos de religião de matriz africana e quilombolas na condição de sujeitos de direito que estiveram matriculados, neste curso, pois, se confirmou no decorrer da pesquisa uma maioria de povos e comunidades que se identificavam como tal.

Entender como se dá o uso do AVA, na modalidade de ensino EaD, ocorrendo no meio *on-line* por povos tradicionais é de suma importância, visto que os mesmos têm na luta por direito a terra, a saúde e a educação, a mesma dimensão de conquista do acesso as TIC's, que por consequência se entrelaçam com a educação no acesso aos ambientes digitais, nos cursos de modalidade EaD que ocorre em ambientes virtuais, pois, em todos estes âmbitos a dicotomia exclusão/inclusão está posta. Além de não ter sido encontrado estudos até o momento que façam o entrecruzamento da EaD *on-line*, tecnologias e povos tradicionais.

Desta forma, a composição do ambiente virtual deve contemplar as necessidades de cidadãos e cidadãs não como pessoas universais, mas, identificando as particularidades, a cultura, a linguagem, o acesso à internet, que tipo de aparelho se utiliza para adentrar o ambiente virtual e acessar seu curso, quais tipos de recursos, e formatos de entrega de atividades estão sendo utilizadas para contemplar as

realidades destas pessoas que têm na ancestralidade, na comunidade e no território a afirmação étnica, racial e de gênero.

Levando em consideração a ancestralidade, a tradição oral é uma das principais formas de preservação da identidade cultural, pela transmissão de saberes. Segundo Silva, Florencio e Pederiva (2018) é um exercício da consciência ancestral, é um elemento educativo, na medida em que estes povos permanecem reafirmando suas formas de ser e estar no mundo, ou seja, de educar, de resistir, existindo.

Ouvir dos próprios povos e comunidades tradicionais como acessam e se mantém no ensino à distância de forma *on-line* (acesso à internet, acesso a computador e outras ferramentas, utilização do espaço virtual, interação com o mesmo e sua composição) e de que forma a composição do AVA contribuiu para um ensino e para uma aprendizagem mais inclusiva é de grande relevância. Para chegar aos resultados, coube refletir e analisar os desafios e limites durante o processo de ensino e aprendizagem no caminhar do curso.

É notório que as relações de poder estão presentes a todo momento quando se fala, em tradição e academia, inclusão e exclusão, hegemonia, universalização, entre outros termos. É importante estar marcando este ponto tão relevante durante o texto.

Tendo a tradição oral como uma das formas de preservação e manutenção identitária e cultural, por ser um elemento educativo anticolonial (Silva; Florencio; Pederiva, 2018), pergunta-se como estas relações de poder estão se configurando neste processo, visto que, para acessar e se manter você precisa reconhecer e dominar uma linguagem específica e universal. Kenski (2012, p. 36), nos diz que “a capacidade de participar da rede de forma efetiva define o poder da pessoa em relação ao seu próprio desenvolvimento”.

De acordo com o pesquisador Ricardo Moura (2012, p. 66), no único artigo encontrado durante a pesquisa que faz um cruzamento parcial da temática, diz que “ao se trabalhar com povos e comunidades tradicionais não se pode oferecer um “pacote” fechado (universal), sendo fundamental deixar que a comunidade molde o universo do que será trazido de forma dialogada, contribuindo para distribuição de poder”.

Pela dimensão de luta coletiva, se pauta o reconhecimento da cultura e da língua originária, que rege as ações entre sujeitos de direito pela tradição. O que se coloca como um desafio para o ensino superior online, no que se refere em reconhecer

a oralidade uma das características dos povos e comunidades tradicionais no espaço e tempo, ou seja, em memórias, recordações, modos de vida, modos de fazer, entre o passado e o presente, entre gerações e gerações.

Trabalhar com a temática proposta traz diversos diferenciais positivos e pioneiros no que tange a questões políticas, ideológicas dos povos e comunidades tradicionais. Visto que parte da população a qual se direciona sofre pela exclusão e a violência ao direito de ser sujeito de direito.

#### **4.1.4 Observação no espaço virtual do curso**

Em um primeiro momento, fez-se uma observação no ambiente virtual para conhecer sua estética (produtos de *design* gráfico) momento de suma importância, já que estaremos tratando de povos tradicionais, onde a identidade é um importante ponto de identificação. Outro ponto a ser observado é o *design* educacional ou *design* instrucional como alguns chamam, onde a atenção estará voltada a estrutura e organização dos seus artefatos (recursos, tarefas e outros). Para uma boa observação da estrutura do AVA, ou seja, quais as ferramentas e recursos foram utilizados e qual a estrutura foi utilizada no seu *design* educacional, foi necessário fazer cópias da tela, para uma análise mais apurada (acessar as imagens no apêndice).

Para além de observar a estrutura do AVA, acessou-se a disciplina de Fundamentos de EaD, a única que trata do estudo das tecnologias de interação e comunicação, de modo a buscar na mesma, falas de discentes que tragam um pouco da sua realidade no uso das TIC's, seja pessoal ou coletiva. Foi possível encontrar uma atividade que trouxe como solicitação buscar saber um pouco sobre a realidade de PCTs e o uso da tecnologia e/ou TIC's. Dessa forma, entendeu-se como pertinente fazer o *download* das mesmas para posterior análise. Dentre as atividades foram identificadas entrevistas em vídeo, áudio com um babalorixá e um cacique e outras pessoas da comunidade. Tinham documentos em outros formatos como: textos e slides. No que tange o uso da linguagem ela se apresentou como coloquial, e também gêneros textuais diversos, como poemas e cordéis.

Diante do que foi trazido, a pesquisa se direcionou a disciplina e após analisar cada atividade buscando nelas falas de PCT's apresentando sua realidade de uso e de importância das TIC's, selecionou-se 02 atividades em formato de vídeos, onde foi necessário a transcrição de seus áudios para iniciar o processo de análise.

Quadro 1 - Objetos selecionados para análise

OBJETOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE		
Item para análise	Importância	Tratamento
Design Instrucional do Ambiente (Composição de Ferramentas e Recursos utilizados no ambiente)	Entender como o ambiente foi estruturado, sua organização e usabilidade.	Não
Atividade Final da disciplina Fundamentos de EaD	A partir das falas dos PCT's identificar a importância das TIC's e seu uso e importância no cotidiano.	Transformar em áudios no formato mp3; Transcrever os áudios.

Fonte: Da autora, 2023.

#### 4.1.5 Envio de formulário *on-line* semiestruturado

Em um segundo momento, enviou-se um formulário por meio *on-line*, construído utilizando o Google Formulário, garantindo uma abordagem mais acessível e prática para a pesquisa. Essa escolha metodológica buscou facilitar a participação dos egressos e proporcionar uma compreensão de suas experiências em relação ao curso. O formulário oportunizou conhecer o perfil dos estudantes de modo mais geral levando em consideração as dimensões escolhidas.

Conhecer como é o percurso da/do estudante PCTs, desde o acesso à internet ao uso dos ambientes virtuais, no intuito de conhecer quais os artefatos, recursos e composição do ambiente virtual que mais se adequa a sua realidade enquanto povo e comunidade tradicional é um dos pontos importantes da pesquisa. Desta maneira, foram definidas as seguintes dimensões para melhor compreensão:

Quadro 2- Dimensões de análise

DIMENSÕES DE ANÁLISE	
Dimensões	Categorias
Socioeconômica	classe, raça, identidade étnica e cultural, gênero, idade, geração.
Espacial	município que reside, município do Polo UAR
Acessibilidade tecnológica	Acesso à internet, acesso a computador, características dos níveis de inserção tecnológica, acesso ao ambiente virtual do curso.

**Fonte:** Da autora, 2023.

Por meio dessas categorias, foi possível traçar o perfil detalhado desses povos, abrangendo aspectos como gênero, raça, classe social, entre outros, além de conhecer o contexto espacial em que vivem, trabalham e se deslocam. A pesquisa esteve atenta às formas de acesso à internet e aos dispositivos tecnológicos utilizados por essas comunidades, considerando suas potencialidades e limitações. Estas dimensões de forma relevante buscaram também saber como cada pessoa se percebe enquanto PCT's e se o curso em questão levou em consideração suas especificidades.

A combinação dessas dimensões permitiu uma análise abrangente e enriquecedora, trazendo dados que facilitaram a compreensão dos desafios e oportunidades de inclusão sociodigital desses povos e comunidades, além de entender como eles e elas se vem enquanto povos e comunidades tradicionais e se o espaço virtual era acolhedor e efetivo diante das suas especificidades.

O questionário que inicialmente possuía 47 questões divididas em blocos, chegou a sua versão final com 27 (vinte e sete) questões, divididas em 06 (seis) blocos, com o desmembramento das perguntas relacionadas ao AVA, separadas das que buscavam entender o acesso à internet, equipamentos e redes sociais. Após a entrada em campo e a identificação de documentos oficiais que forneceram as informações que a pesquisa buscava se tornou mais seguro fazer esta redução, por darem uma margem de confiança.

As 27 (vinte e sete) perguntas foram configuradas como não-obrigatórias, tendo como obrigatoriedade somente nos espaços de nº de documento do registro e na assinatura do Termo de Livre Esclarecido.

Teve como característica ser um formulário semiestruturado, sendo configurado em formato de caixas de seleção e múltipla escolha. Sendo que 07 (sete) destas perguntas estavam em formato de questão aberta, com questões subjetivas, de respostas curtas e longas o que diminuiu o tempo de conclusão, se tornando menos cansativo e trazendo uma maior qualidade e menor risco de desistências durante o preenchimento do formulário. O que foi de grande importância, já que a pesquisa esteve atenta a comportamentos humanos, se fazendo necessário que uma porcentagem considerável de cursistas contribuísse para uma análise dos dados com maior confiabilidade.

O formulário foi estruturado com um texto de apresentação da pesquisa e autoria, e com o Termo de Livre Esclarecido. Foi enviado a todas as pessoas matriculadas e ativas no AVA até a finalização do mesmo. O documento construído por meio do Google formulário, foi enviado por e-mail em finais de abril de 2023. Com um período de 30 dias, foi configurado para não receber mais respostas. Foi concluído com 35 pessoas respondendo ao formulário, possibilitando iniciar o processo de coleta e análise dos dados, após separação entre as pessoas que são PCT's e não-PCT's, para um melhor tratamento dos dados e análise. Serão apresentados gráficos e tabelas que apoiem de forma a facilitar a observação dos dados. Os gráficos foram construídos a partir do próprio formulário google, as tabelas foram criadas pela autora (consultar formulário no apêndice).

## 4.2 QUESTÕES DA COLETA DE DADOS

Seguindo as orientações de Yin (2015) para construção do protocolo, será importante apresentar os caminhos utilizados para construção das questões e de que modo se pensou o delineamento da pesquisa para a obtenção de respostas que pudessem dar conta dos objetivos deste trabalho. Assim, quando se chega ao ponto “Questões de Coleta de Dados” o autor traz que as questões em primeira instância devem ser criadas para a pesquisadora e não para a pessoa a ser entrevistada (Yin, 2015, p. 94). Continua apontando caminhos para construção destas questões ao passo que estabelece níveis sendo eles de 1 (um) a 5 (cinco), apresentando-as da seguinte forma:

Nível 1: questões feitas sobre entrevistados específicos.

Nível 2: questões feitas sobre casos individuais (estas são as questões, no protocolo do estudo de caso, a serem respondidas pelo pesquisador durante um caso único, mesmo quando ele for parte de um estudo maior de casos múltiplos).

Nível 3: questões feitas sobre o padrão das descobertas entre os casos múltiplos.

Nível 4: questões feitas sobre todo um estudo – por exemplo, visitando a in- formação além da evidência do estudo de caso e incluindo outra literatura ou dados publicados que podem ter sido revistos.

Nível 5: questões normativas sobre as recomendações e as conclusões políticas, indo além do escopo estrito do estudo (YIN, 2015, p. 95).

No caso desta pesquisa, se caminhou pelos dois primeiros níveis de perguntas, visto que estamos falando aqui sobre um caso único, onde se estará levando em questão os dados de pessoas entrevistadas que sejam PCT's. Ou seja, estes dois níveis são os mais indicados para este tipo de estudo. Yin (p.95, 2015) sugere que se concentre no nível 2, para o protocolo de estudo de caso. E ainda nos informa que articular questões do nível 2, é mais importante que tentar identificar questões para o nível 1, assim sendo foca-se no nível 2 para o protocolo e pode-se seguir para o nível durante as entrevistas.

Trarei abaixo as etapas utilizadas para coleta de dados e a partir do que o nível 2 nos solicita, apresentar as questões pensadas, criadas a partir de casos individuais, ou seja, casos únicos, como é o caso desta pesquisa.

Quadro 3 - Questões quanto as coletas de dados

<b>QUESTÕES QUANTO AS COLETAS DE DADOS</b>		
<b>MATERIAL</b>	<b>QUESTÕES DA PESQUISADORA</b>	<b>RETORNOS ESPERADOS</b>
<b>Documentos</b>	<p>Como está a EaD contemporaneamente e qual o perfil destes alunos e alunas?</p> <p>Qual o caminho histórico da EaD na UFBA?</p> <p>Onde o curso está alocado?</p> <p>Como a mesma se estruturou enquanto curso (carga, horário total, disciplinas, público alvo, cidades que alcançou, parcerias,</p>	<p>Traçar um caminho histórico da EaD na UFBA até liberação do curso Lato Sensu Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais.</p> <p>Conhecer o projeto de construção do curso para entender como o mesmo se estruturou e se organizou e entender o perfil de público ao qual desejou alcançar e o que foi alcançado.</p>

	<p>estrutura dos polos, equipe de trabalho)?</p> <p>Qual o perfil das pessoas que cursaram esta especialização?</p> <p>O que as diretrizes e bases da Educação voltadas para PCT's trazem sobre o olhar suas particularidades?</p>	
<p><b>Observação no Espaço virtual</b></p>	<p>Qual a estrutura do espaço virtual?</p> <p>Quais os recursos mais utilizados em sua construção?</p> <p>Onde posso encontrar o olhar das pessoas PCT's que cursaram sobre a estrutura, recursos e ferramentas utilizadas?</p> <p>Qual a visão das pessoas PCT's que cursaram sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação?</p>	<p>Conhecer a estrutura e organização do espaço virtual (seu Design Educacional) seus recursos e organização dos artefatos existentes nele para o oferecimento do curso ao público pretendido.</p> <p>Acessar as disciplinas e buscar neste espaço atividades e ou outros materiais, em que sejam colocadas as falas das pessoas cursistas PCT's sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação para entender como estas percebem seu uso.</p>
<p><b>Formulário On-line</b></p>	<p>Bloco 1 – Perfil</p> <p>Qual o perfil social e econômico das pessoas PCT's que cursaram?</p> <p>O que representa para as pessoas PCT's que cursaram serem pertencentes a cada povo ou comunidade?</p> <p>O que representa ter a tradição oral como característica fundante para as pessoas PCT's?</p> <p>Bloco 2 – Polos</p> <p>Quanto ao polo, sua estrutura era completa de forma a atender as necessidades do público cursista?</p> <p>Bloco 3 – Acesso as TICs</p> <p>Como se dá o acesso das pessoas PCT's a internet e as tecnologias da informação e comunicação?</p>	<p>Estratégia utilizada para acessar de forma mais direta como se deu o acesso e uso do espaço virtual do Curso Lato Sensu Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais pelas pessoas PCT's, levando em consideração suas particularidades (a exemplo da tradição oral).</p> <p>Bloco 1 – Perfil</p> <p>Economicamente e quanto ao tempo se dava o acesso aos polos.</p> <p>O que é ser PCT para cada uma a partir de suas falas</p> <p>Bloco 2 – Polos</p> <p>O polo atendia de forma relevante quanto ao acesso a internet, computadores, livros, impressões e outras necessidades que se fazem necessárias para a estudante?</p>

	<p>Qual as reais dificuldades enfrentadas no uso destas tecnologias?</p> <p>Bloco 4 – AVA (Moodle UFBA) Entender como as pessoas PCT's percebiam o espaço virtual do curso e quais foram as potencialidades e dificuldades neste caminhar?</p> <p>Este espaço acolhia as características e expressões das pessoas PCT's ?</p> <p>Bloco 5 – Atividade Presencial</p> <p>Qual a importância da atividade presencial nesse caminhar do curso?</p> <p>Como se dava a expressão das pessoas PCT's neste espaço presencial?</p>	<p>Bloco 3 – Acesso as TIC's</p> <p>As pessoas cursistas tinham acesso a computadores e internet e tinham conhecimentos necessários para lidar com a estrutura montada?</p> <p>Bloco 4 – AVA (Moodle – UFBA)</p> <p>O caminhar pelo espaço virtual foi feito sem muitas dificuldades?</p> <p>Este espaço virtual levava em consideração a característica da oralidade das pessoas PCT's?</p> <p>Bloco 5 – Atividade Presencial</p> <p>No espaço presencial ocorriam momentos em que as pessoas PCT's se sentiam abertas a se expressarem livremente?</p>
--	---	--

**Fonte:** Da autora, 2023.

#### 4.3 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE RESULTADOS

Para a análise e interpretação dos dados foi importante buscar formas de apresentá-los objetivando uma identificação rápida dos seus resultados para posterior discussão dos mesmos. Sendo assim, foram utilizados gráficos, tabelas imagens. Quanto a análise dos dados subjetivos, foi utilizado o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), visto que diante de sua proposta metodológica, se mostrou o caminho mais indicado para chegar ao objetivo desejado de utilizar a voz das pessoas cursistas enquanto PCTs. Para isso, foi utilizada a visão de Fernando Lefreve (2019) sobre esta técnica de processamento de dados. Segundo Lefreve, o DSC se apresenta da seguinte forma, “[...] como técnica de processamento de depoimentos, consiste em reunir em pesquisas sociais empíricas, sob forma de discursos únicos redigidos na primeira pessoa do singular, conteúdo de depoimentos com sentidos semelhantes” (Lefreve, 2009, p. 1194).

Esta pesquisa não pretendeu e não conseguiu dar conta de todos os sentidos trazidos pelas participantes da mesma, mas buscou de forma relevante trazer o que se apresenta enquanto respostas aos questionamentos destas pessoas enquanto um

discurso coletivo, apresentando onde estas diversas vozes confluem, convergem, se fortalecem.

De forma a apresentar o rigor do fazer científico Lefreve (2009) nos apresenta três níveis, ou etapas, são elas:

- Complexidade nível I: produção individual das representações sociais (texto ou discurso narrativo das opiniões trazidas pelas pessoas colaboradoras);
- Complexidade nível II: re-produção coletiva das representações sociais (categorização, agrupamento de depoimentos semelhantes, denominação de conjuntos, reunião de conteúdo de depoimentos semelhantes em um depoimento único...);
- Complexidade nível III: ressignificação interpretativa das representações sociais ou a emergência do diálogo. (o que dos dados brutos pode ser destacado? Porque as pessoas pensam o que pensam? Qual o contexto deste pensamento? - A pesquisadora entra nesta etapa para desenvolver um rearranjo interno das informações)

A coleta dos resultados como descrição da composição do ambiente virtual do curso a ser pesquisado, e a análise das falas dos discentes sobre quais os artefatos facilitaram o processo de dialogicidade e de usabilidade, como já dito, levou em conta os princípios do Discurso do Sujeito Coletivo e também a experiência do usuário, buscando uma abordagem holística das necessidades e desejos da(o) usuária (o), buscando entender qual a experiência desejada, ou melhor, mais adequada (Tonetto, 2011).

Os caminhos percorridos da análise foram:

- observação dos dados;
- *downloads* dos materiais (AVA e Google Formulário);
- extraindo áudio dos vídeos (utilizando sites de extração *on-line*);
- transcrição dos áudios (utilizando sites de extração *on-line* e escuta e escrita do áudio pela autora);
- leitura dos dados;
- separação dos resultados;
- *downloads* dos gráficos do Google Formulário;
- construção de gráficos no *excel* a partir dos resultados;
- construção de quadros a partir dos dados;
- reconstrução de imagens;

- comparação entre respostas, identificado o maior quantitativo/padrões;
- junção das respostas a cada pergunta aberta e subjetiva para a fase 2, da análise do DSC;
- construção dos Textos do DSC.
- interpretação e análise a partir do olhar da autora e teóricos sobre as temáticas, buscando deixar a fala dos PCT's evidentes e respeitadas para além das análises e interpretações.

Buscou-se uma combinação de procedimentos e estratégias de análise que gerassem um bom desenvolvimento da pesquisa. Essas escolhas apoiam a pesquisadora no momento do campo oferecendo uma maior segurança e eficácia na coleta de dados e potencializa os resultados e a contribuição do estudo para a área de conhecimento em questão.

Este estudo ao seu final não vai trazer como verdade absoluta o que deve ou não deve ser utilizado no *design* educacional para PCT's, ou o uso das TIC's. Mas, seu esforço na análise e tratamento dos dados, buscou um caminho de apresentar, refletir e construir espaços virtuais de aprendizagem na educação *on-line* de forma flexível e diversa, entendendo que não se pode trabalhar com pacotes fechados, com padrões únicos no processo de ensino e aprendizagem. Espera-se que este trabalho não somente seja um gerador de dados, mas, que seus resultados possam ser partilhados e gerar novos estudos a partir dele buscando dar conta de suas necessidades.

Limitações e obstáculos são inerentes a todo processo de pesquisa, sendo crucial destacar esses desafios ao longo da jornada da investigação. Aponto como maior entrave da pesquisa, não ter uma bibliografia que trate do entrecruzamento dos assuntos que se relacionam neste estudo (EaD, povos e comunidades tradicionais e TIC's). Assim, o trabalho só foi possível a partir do entrecruzamento das categorias estudadas e seus caminhos relacionais.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de tratar de forma direcionada sobre o curso que foi estudado e seu espaço virtual, é relevante apresentar em qual instituição o mesmo está alocado em seu nível mais macro. Assim, apresentar a Universidade Federal da Bahia e um pouco de sua história, até chegar no ponto específico do curso e seu espaço virtual, será um caminho bonito de percorrer.

A Universidade Federal da Bahia começa a sua história no início do século XIX, mas, precisamente no ano de 1808, quando a Escola de Cirurgia da Bahia, é instituída pelo príncipe Regente Dom João VI, dando início ao primeiro curso universitário do Brasil. Ao longo do século outros cursos são iniciados, a maior parte deles na área de saúde, e em fins do século XIX o curso de Direito é criado (1891), pioneiro no país. A origem da UFBA ocorre a partir da reunião destes cursos e de outras faculdades que já estavam em funcionamento na cidade, acrescento a lista a Faculdade de Belas Artes e Agronomia (1877), a Politécnica (1932).

O processo de federalização da UFBA ocorreu no período de 1946 a 1961, quando passou a ser uma universidade integrada, com várias áreas do conhecimento, instituindo sua federalização em 1950, sob o reitorado do professor Edgard Santos.

Após conhecer um breve histórico sobre esta universidade, apresento o curso objeto da pesquisa: a pós-graduação Lato Sensu Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais, que foi oferecido na modalidade EaD, utilizando o AVA (moodle) da universidade e os polos de apoio presenciais em alguns municípios do Estado da Bahia. O mesmo foi pensado, proposto e alocado na Faculdade de Direito da UFBA. Essa pós-graduação busca aprofundar o estudo das questões relacionadas ao Estado, ao Direito e às particularidades das comunidades tradicionais. O curso foi ofertado no ano de 2017, onde foram matriculadas 150 (cento e cinquenta) pessoas, o mesmo teve sua cerimônia de certificação no ano de 2019, com xx pessoas concluintes.

O seu financiamento acontece por meio da Universidade Aberta do Brasil e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES). A gestão financeira ficou sob a responsabilidade da Superintendência de Educação à Distância (SEAD) da UFBA. Assim, a SEAD assume a responsabilidade de mediar a FADUFBA com os polos em alguns municípios do estado da Bahia, por meio dos polos de apoio

presencial, enquanto a UAB e a CAPES asseguram o fomento de determinadas ações de modo a garantir a manutenção dos cursos.

## 5.1 A UFBA E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Com a formalização da modalidade EaD, por meio da LDB, de 9.394/1996, na década de 1990, a UFBA inicia seu caminho de inserção da universidade no uso das TIC, tratando o assunto enquanto política institucional. Um dos marcos iniciais foi em 1999, onde a UFBA dá início a um projeto institucional denominado UFBANET, com o objetivo de desenvolver e implementar um ambiente que apoiasse atividades à distância.

Em 2000, é constituído o Núcleo de Avaliação Educacional (NAVE), segundo Souza (2014), este foi um dos projetos audaciosos da UFBA pelo Centro de Estudos Interdisciplinares para o setor público. O NAVE, dava suporte técnico e construía metodologias de avaliação de qualidade de EaD, para uso interno da universidade e ações desenvolvidas pelo governo do Estado da Bahia.

Mas, é no ano de 2001, que este mesmo núcleo passa a ser responsável pela implantação e coordenação do Polo de Avaliação da Universidade Virtual Pública do Brasil – UniRede. E como parte de suas atividades estava avaliar os cursos superiores à distância ofertados pela UniRede (SEAD [...], 2013). O NAVE também de modo pioneiro prospectou as iniciativas em EaD existentes na Bahia (ênfase nas licenciaturas).

Em 2005, a partir do seminário “EaD na UFBA: troca de experiências” realizado pelo Programa de Formação Continuada de Gestores da Educação - PROGED, que iniciativas se articulam em busca da institucionalização da modalidade EaD nesta instituição (Souza, 2014, p. 46).

Souza (2014), faz algumas críticas e uma destas é importante pontuar, “apesar de possuir expertise acadêmica para elaboração de instrumentos para avaliação de cursos EaD, a instituição não possuía ações estratégicas direcionadas a EaD. E mesmo acreditando que a educação a distância é imprescindível para um maior processo de inclusão de amplos segmentos da população à educação superior, isso não condiz com suas ações e muitos de seus documentos direcionadores por pelo menos até o ano de 2012. No ano de 2012, com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2012-2015), iniciam-se medidas para mudar esta realidade, e uma

das principais foi a criação da Superintendência de Educação a Distância, em 2013, órgão executivo que está ligado diretamente à reitoria, tendo como atribuições “desenvolver, coordenar, supervisionar, assessorar e prestar suporte técnico à execução de atividades na área da EaD na Universidade e/ou desenvolvidas em parceria com outras instituições” (SEAD [...], 2013).

Com a aprovação do novo Estatuto e Regimento da UFBA muitas ações trouxeram desenvolvimento no que tange o processo organizacional e estruturante.

Quadro 4 - O ensino a distância (UFBA)

► <i>O ensino a distância</i>			
Tabela 7: Indicadores de Educação a Distância (EAD) na UFBA.			
Indicadores de EAD	2014	2015	2016
Nº de cursos de Graduação	2	1	4
Nº de cursos de Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	4	3	3
Nº de alunos ativos nos cursos de Graduação	433	337	850
Nº de alunos ativos de Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	440	357	604
Fonte: UFBA, SEAD.			

**Fonte:** UFBA; SEAD, (2016?) *apud* UFBA (2017, p. 36).

A tabela acima retirada do Plano de Desenvolvimento Institucional de 2018 a 2022, informa que a universidade variava de 1 a 4 cursos ativos na área de educação a distância, com uma máxima de 850 alunas(os) ativas(os). Isso, porém vai de encontro com informações postadas no site da SEAD, pelo menos no que tange à especialização *Lato Sensu* (caminho desta pesquisa) que informa em sua lista de cursos que no ano de 2014, houveram em torno de 06 (seis) cursos ofertados; no ano de 2015, 03 (três) cursos; no ano de 2017, 10 (dez) cursos ofertados; no ano de 2018, 04 (quatro) cursos; e alguns cursos não possuíam datas de oferta, não sendo possível identificar.

## 5.2 CURSO LATO SENSU EM ESTADO E DIREITO DOS PCT'S

A especialização Lato Sensu, Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais (2017-2018), da Universidade Federal da Bahia, foi escolhida como campo empírico por utilizar um ambiente virtual de aprendizagem em 80% da construção do seu curso e por concentrar uma quantidade considerável de PCTs em suas turmas. Outro ponto importante considerado foi por ser um curso já finalizado, o que oportunizou uma avaliação de todo o percurso.

O curso foi pioneiro no país com reconhecimento da CAPES, pela sua proposta de efetivar uma educação *on-line* interdisciplinar com participação direta dos sujeitos de direito, os povos e comunidades tradicionais, no âmbito da UAB, SEAD e no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. O público a quem se direcionava de modo especial foram as lideranças de comunidade, com o objetivo de não somente formar especialistas, mas, formar “[...] servidores públicos com sensibilidade para reconhecer direitos e garanti-los; como também repensar o próprio direito enquanto instrumento de garantia de novas demandas de comunidades e grupos coletivos” (Rocha; Serra; Santana Filho, 2012).

O estímulo para este curso veio por meio dos próprios povos tradicionais e suas comunidades, nas rodas de conversas e atividades que a Ação Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS) proporcionou a docentes e discentes da FDUFBA. Segundo Rocha, Serra e Santana Filho (2012) a reflexão que ficou foi “[...] que direito nós precisamos implementar para estas comunidades? É um desafio teórico conceitual e prático das próprias comunidades demandando direitos”.

Em seu projeto de curso se justificou a sua criação e oferta trazendo pontos importantes como:

A discussão do direito dos povos e comunidades tradicionais é algo ainda incipiente. Este é um tema que merece tratamento sistemático quer nos cursos jurídicos, quer nas ciências sociais de forma geral. De certa maneira, as reflexões empreendidas introduzem a reflexão de que a emergência da categoria “povos e comunidades tradicionais” provoca reconhecimento e demanda por direitos diferenciados, inclusive coletivos, superando o modelo clássico liberal-individualista do cidadão que nasce das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII. No dizer de Boaventura de Sousa Santos existe um processo de reconhecimento de novos direitos que vêm sendo garantidos em “sistemas jurídicos constitucionais, antes fechados ao reconhecimento da pluriculturalidade e multiétnica, foram reconhecendo, um a um [...] uma variada formação étnica e cultural”. (Santos, 2003 *apud* UFBA, 2015). O novo sujeito histórico coletivo articula-se nas

exigências de dignidade, de participação, de satisfação mais justa e igualitária das necessidades humanas fundamentais de grandes parcelas sociais excluídas, dominadas e exploradas da sociedade (Wolkmer, 2005 apud UFBA, 2015).

O documento ainda justificou informando que existe uma significativa insuficiência na disponibilidade de programas de pós-graduação (tanto especializações Lato Sensu quanto mestrados/doutorados) centrados na abordagem temática mencionada. Isso resulta na lacuna de oportunidades para promover uma educação contínua entre diversos membros da sociedade, com foco especial em líderes, jovens pertencentes a povos e comunidades tradicionais, além de profissionais do setor público envolvidos na interação com essas comunidades.

De acordo com o documento de projeto inicial do curso (UFBA, 2015), os polos de apoio presencial escolhidos seriam Juazeiro, Itabuna, Paulo Afonso e São Francisco do Conde.

Todos os pólos SisUAB escolhidos encontram-se em territórios de identidade com índices de PIB e IDH crescentes, mas com extremados indicadores de desigualdades sociais, sobretudo no campo da educação, geração de emprego e renda, saúde e segurança pública. Registre-se, ainda, que as comunidades tradicionais encontram-se notadamente afastadas dos processos de definição política das citadas regiões. As decisões mais impactantes encontram-se concentradas nas mãos de setores da elite, sem possibilitar o acesso pleno de direitos dos povos e comunidades tradicionais (AUFBA, 2015).

No ano de 2017, onde um maior número de cursos Lato Sensu, na modalidade de educação a distância foram ofertados, a Faculdade de Direito da UFBA pôde matricular 150 discentes, nos polos UAB, em três municípios da Bahia, são eles: São Francisco do Conde (Região Metropolitana de Salvador), Paulo Afonso (Nordeste da Bahia) e em Itabuna (Sul da Bahia). Este curso não veio somente incluir pessoas na educação superior, ele veio para algo muito maior que é se propor a pensar a ampliação do direito, a ampliação da cidadania, para povos tidos como vulneráveis e subalternos.

A admissão no curso ocorreu por edital de seleção da seguinte forma:

CAPÍTULO IV. Da Admissão ao Curso art. 20 – O processo de seleção no Curso de Especialização em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais se dará da seguinte forma: § O processo

de seleção ao Curso de Especialização em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais será realizado pela Faculdade de Direito da UFBA; § O processo de seleção será realizado pelo exame do Curriculum vitae do candidato pontuado na escala de zero a dez, de acordo com as especificações definidas no Edital de seleção (UFBA, 2017b).

### **5.2.1 A organização e estrutura do curso**

A equipe de curso que o desenvolveu, gestou e realmente executou a maior parte de suas ações, era pequena e se baseava em:

- 01 coordenador geral;
- 01 coordenador acadêmico;
- 01 editora de AVA;
- 03 tutoras;
- 01 secretário.

Ou seja, a concepção do curso foi feita pela Escola de Direito da UFBA e todo os processos de construção, estruturação e organização, como: a metodologia a ser aplicada, os processos acadêmicos, de secretaria, edição do espaço virtual, acompanhamento da equipe de tutoria e de docentes.

Como apoio ao curso a equipe da SEAD se baseava em executar ações encaminhadas, como: envio de modelo de roteiro para sugestão de planejamento dos vídeos e outros, gravação dos vídeos roteirizados pela equipe do curso e construir imagens solicitadas para a composição do espaço virtual. Para além disso, a SEAD era o canal de publicização no que tangia os momentos de seleção da equipe e estudantes, ou seja, disponibilizava os editais para a equipe do curso executar o processo de seleção.

Cada coordenador geral, em seus cursos, deve disponibilizar/contratar docentes por meio de bolsa CAPES. Os mesmos acabam por se configurar como professor formador 1, professor formador 2 e professor conteudista. Cada professor construía o conteúdo de sua disciplina de acordo com os objetivos do curso.

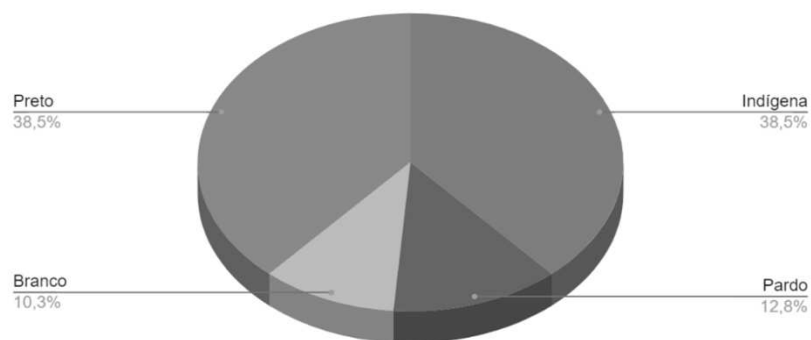
Os pagamentos de bolsas a todas estas funções e dos gastos para que ocorresse as atividades presenciais (translado e hospedagem) se dava pela CAPES.

### **5.2.2 Características dos estudantes matriculados no curso**

Nesta pesquisa o texto seguiu o seguinte recorte: povos de terreiro, quilombolas e indígenas, pois, foi a partir de grande parte da visão destes povos que estavam matriculados no curso a ser pesquisado que se coletou dados para a análise. De posse desta informação, é importante sinalizar que haviam 40 PCT's em um quantitativo de 103 discentes, que responderam o questionário de perfil acessado como documento do curso. Identificou-se também que grande parte das pessoas eram militantes, professores e educadores da rede pública e que muitas não possuíam seus territórios certificados.

Com acesso ao documento formulário de perfil do curso, foi possível traçar as principais características das/dos cursistas. O perfil apresentado foi de 40 pessoas PCT's, em um quantitativo de 103 discentes, ou seja, o maior quantitativo de estudantes eram de não PCT's, sendo elas/eles em sua maioria negras e indígenas, acima de 30 anos (70%). De acordo com os gráficos 1, 2 e 3, mais de 50% das cursistas eram mulheres cis, 71,8% das pessoas se identificaram como heterossexuais. As respostas quanto a distribuição por polos, foi equitativa, ou seja, foram coletadas informações em quantidades próximas dos três polos.

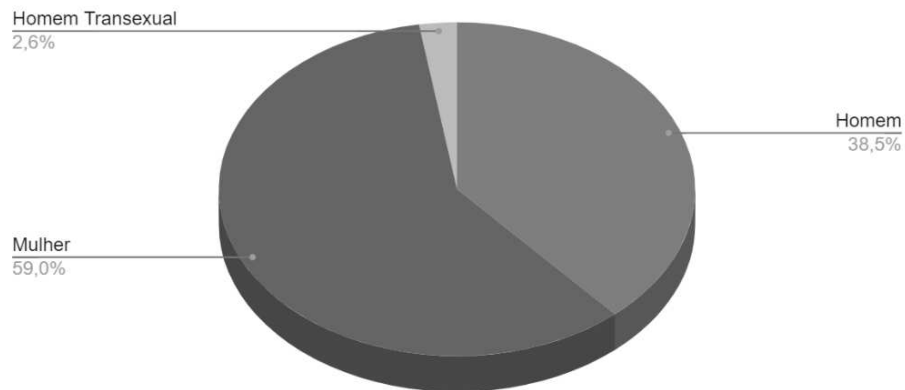
Gráfico 1 - Raça Cor



Fonte: Da autora, 2023<sup>13</sup>.

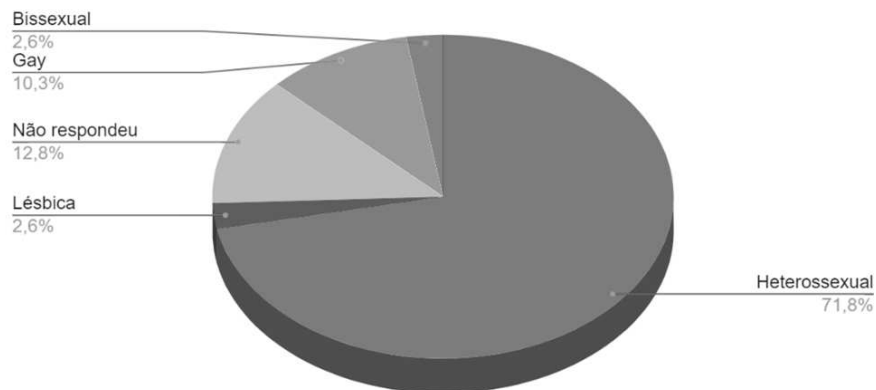
<sup>13</sup> Os gráficos 1, 2, 3 e 4 foram construídos pela autora com base no documento de perfil de alunos e alunas do curso.

Gráfico 2 - Gênero



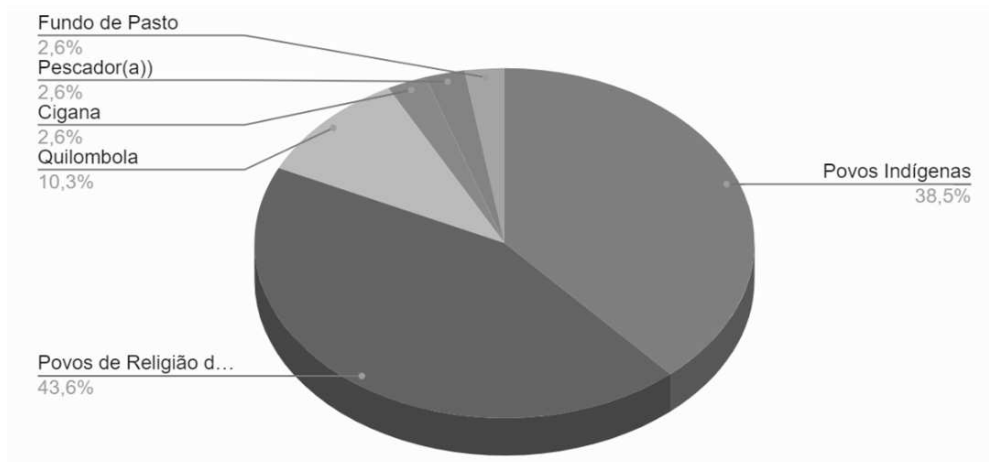
Fonte: Da autora, 2023.

Gráfico 3 - Orientação sexual



Fonte: Da autora, 2023.

Gráfico 4 - Características das/dos estudantes matriculadas(dos) no curso



Fonte: Da autora, 2023.

Dos povos tradicionais identificados acima que equivalem a 40 pessoas sujeitos de direito, identificavam-se enquanto etnia; povo e/ou nação, da seguinte forma:

Quadro 5 - Identidade tradicional e etnia/povo/nação

Identidade Tradicional e Etnia/Povo/Nação		
Quantidade	PCT's	Etnia/Povo/Nação
04	Quilombolas	–
14	Indígenas	06 Tuxá, 02 Pataxó, 05 Tupinambá, 01 Xakriabá
17	Povos de terreiro	de religiões de matrizes africanas de Candomblé e Umbanda (12 Bantu e 03 Iyórubá, os outros não responderam);
01	Pescador	–
01	Fundo de pasto;	–
03	Não responderam.	–

Fonte: Da autora, 2023<sup>14</sup>.

### 5.2.3 Traçando o perfil: ampliando os caminhos da análise

As informações acima confluem com uma das hipóteses iniciais da autora de trabalhar com PCT's indígenas, de religiões de matrizes africanas e quilombolas, o que se confirmou com os dados apresentados no tópico anterior do documento do perfil dos alunos e alunas. O documento apresenta um maior quantitativo de povos de terreiro, seguidos por povos indígenas e quilombolas, além de apresentar uma coleta de dados de forma equitativa em seus três polos UAB.

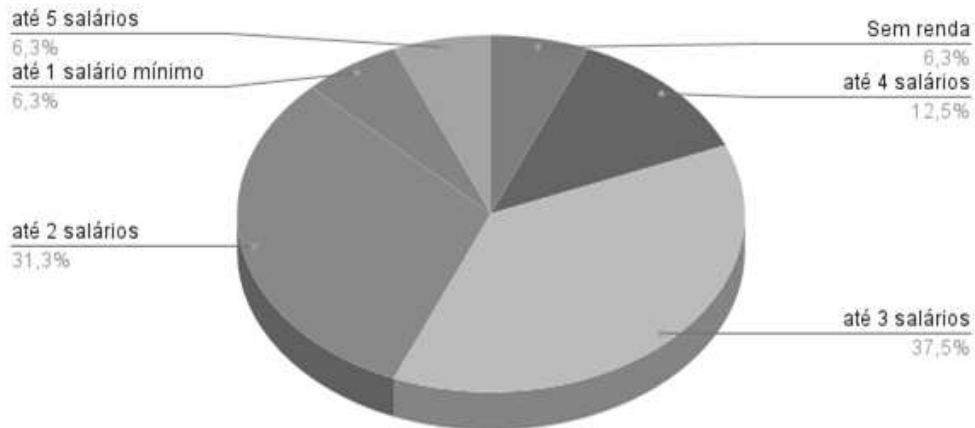
Um ponto que vale ser sinalizado é quanto ao território, visto ser uma das maiores lutas que caracterizam estes povos. Grande parte das terras das pessoas PCT's que estavam matriculadas não eram certificadas, vale a pena dizer também que grande parte são militantes pela causa e professores e/ou educadores na rede pública.

Será apresentado a partir daqui o perfil das/dos estudantes egressos matriculadas (dos) utilizando os dados coletados a partir do formulário criado e enviado por esta pesquisa (consultar apêndice). Das 40 PCT's pessoas matriculadas

<sup>14</sup> Quadro construído a partir do Formulário de Perfil dos alunos e alunas (UFBA, 2015a).

acima, 16 delas responderam ao formulário enviado por esta pesquisa, e delas serão apresentados os dados que se seguirão. Para melhor visualizar alguns dados, apresentar-se-á alguns gráficos gerados pelo formulário google e logo depois a discussão dos mesmos.

Gráfico 5 - Renda



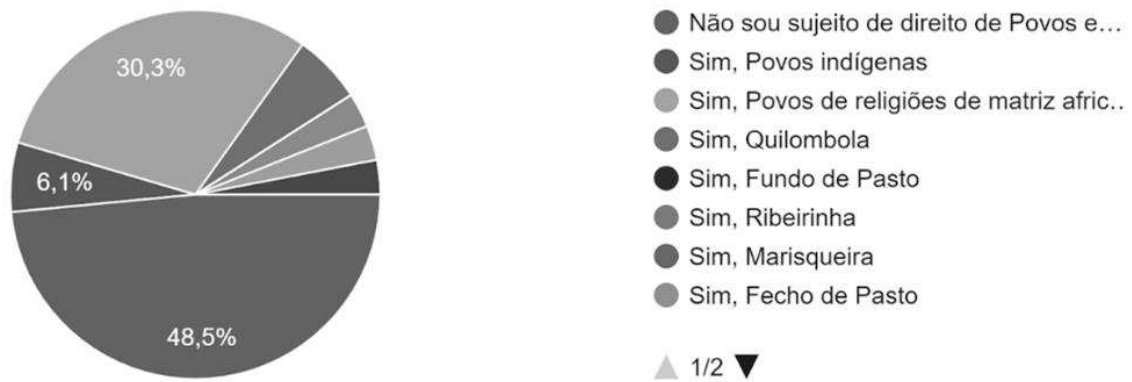
Fonte: Da autora, 2023.

Gráfico 6 - Distribuição em Polos UAB



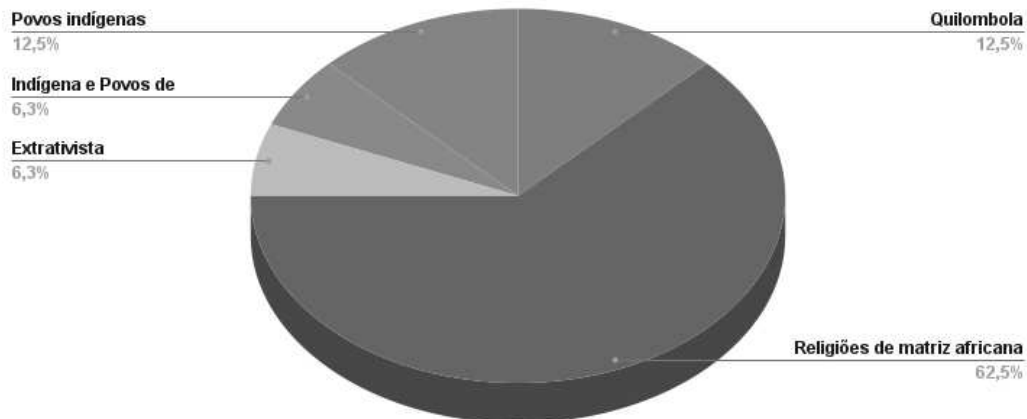
Fonte: Da autora, 2023.

Gráfico 7 - Distribuição geral de alunas (os) que responderam ao formulário



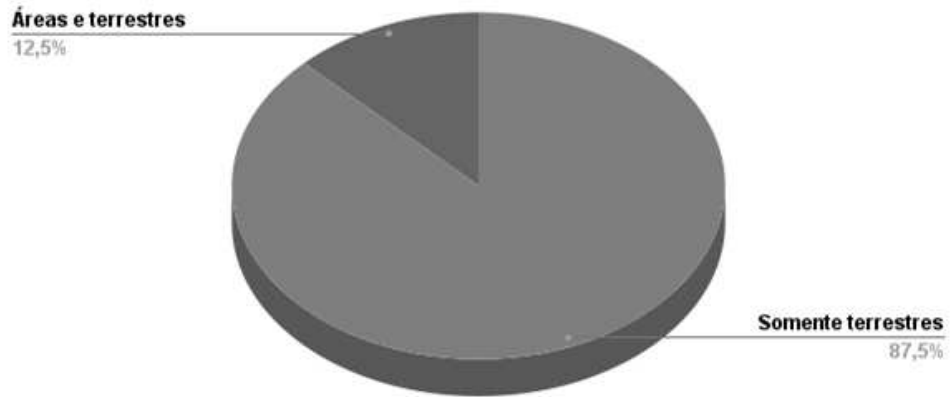
Fonte: Da autora, 2023.

Gráfico 8 - Distribuição em identidade tradicional



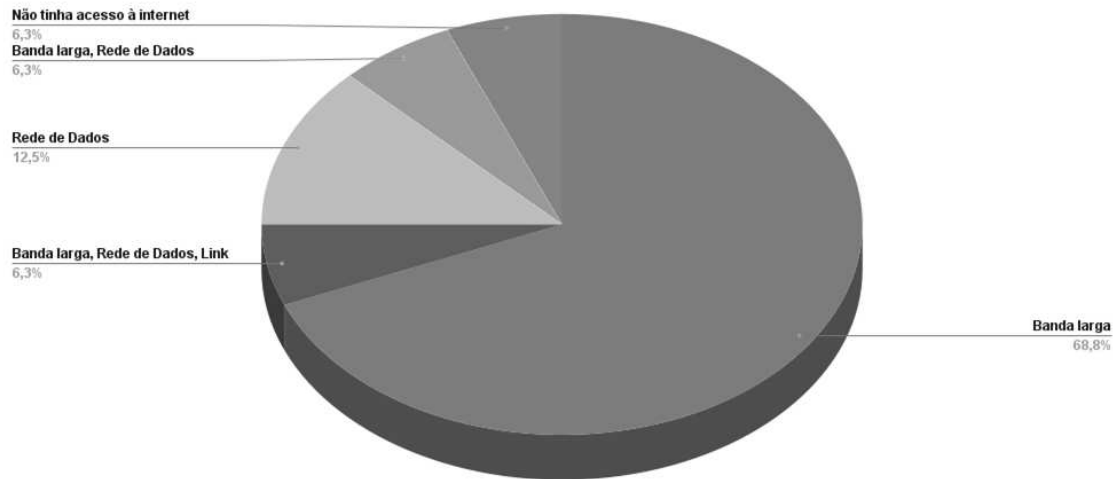
Fonte: Da autora, 2023.

Gráfico 9 - Quanto a locomoção (meios de transporte)



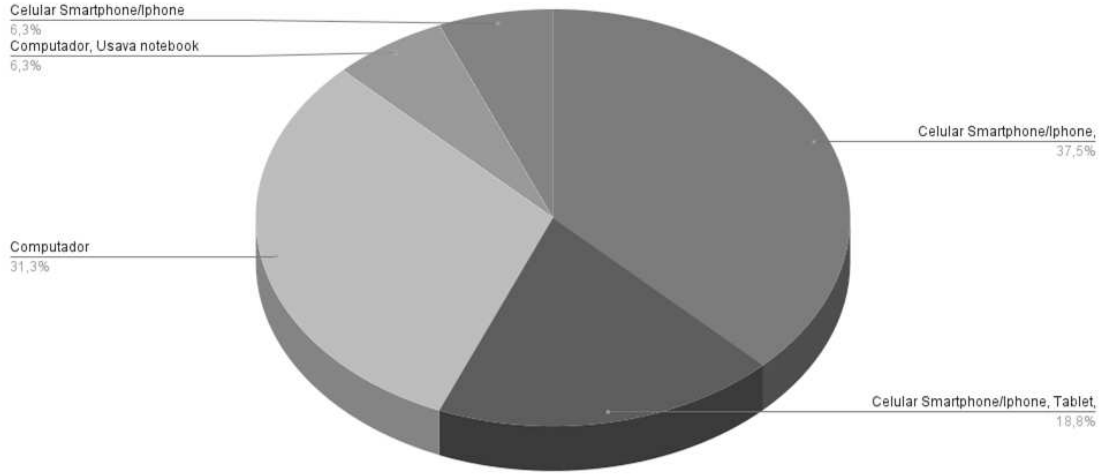
Fonte: Da autora, 2023.

Gráfico 10 - Característica do acesso à internet



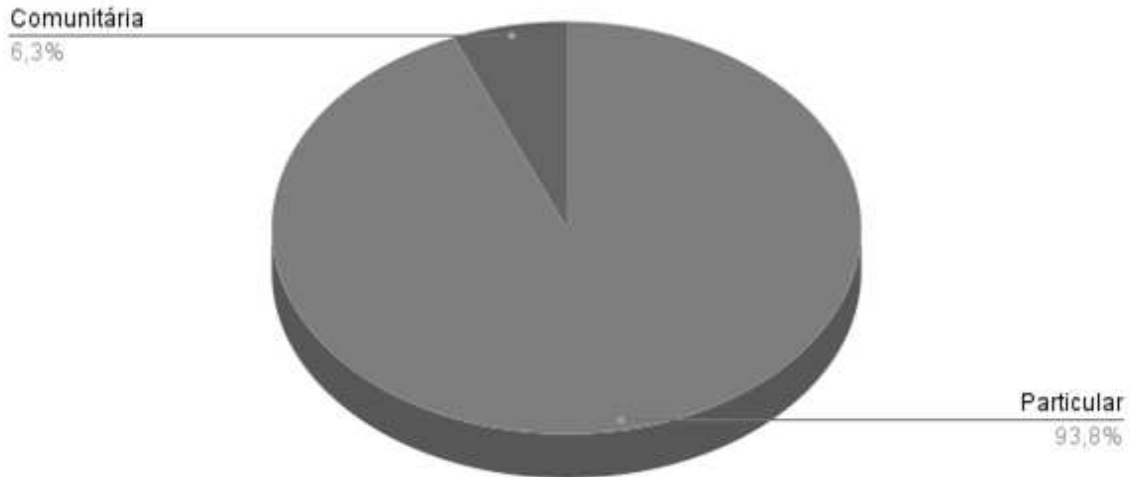
Fonte: Da autora, 2023.

Gráfico 11 - Equipamentos de uso para acesso à internet



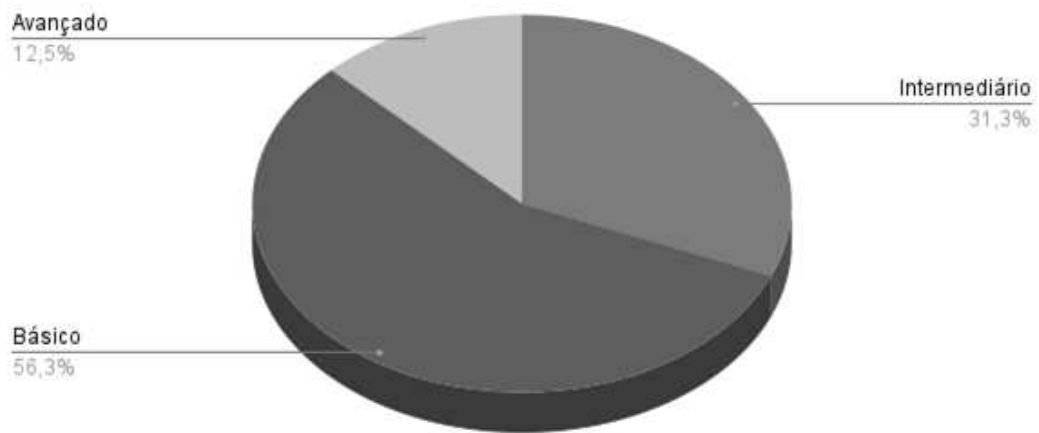
Fonte: Da autora, 2023.

Gráfico 12 - Quanto ao uso do computador: comunitário ou particular



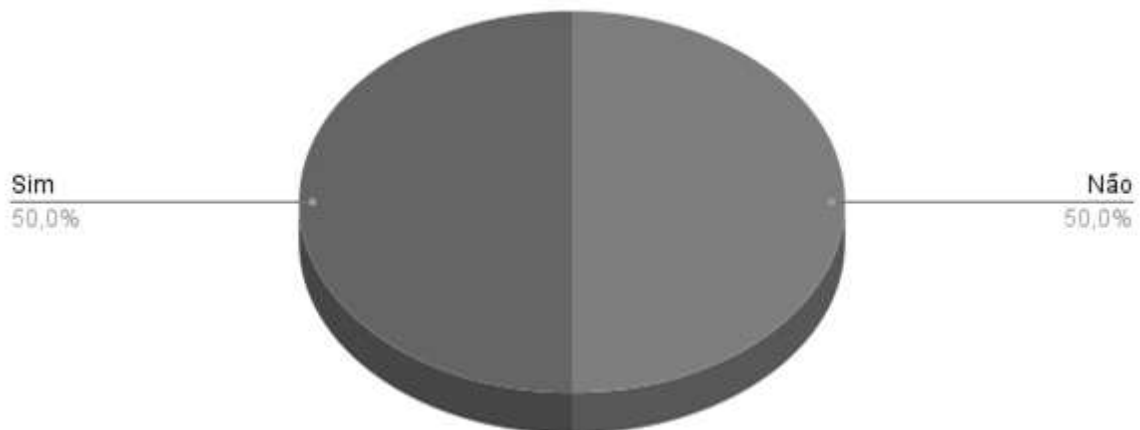
**Fonte:** Da autora, 2023.

Gráfico 13 - Classificação do uso dos aparelhos em níveis para o acesso ao curso *on-line*



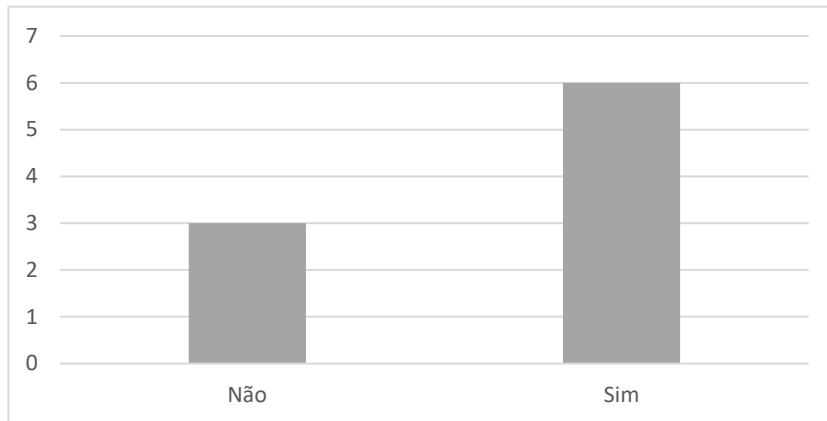
**Fonte:** Da autora, 2023.

Gráfico 14 - Participação em cursos *On-line* antes de cursar essa pós-graduação



**Fonte:** Da autora, 2023.

Gráfico 15 - Conclusão de atividades por meio de tablets e smartphone/iphones



**Fonte:** Da autora, 2023.

### 5.3 DISCUTINDO OS DADOS APRESENTADOS

Observando os dados percebe-se que foi possível ter acesso a informações de egressos dos três polos UAB, São Francisco do Conde, Paulo Afonso e Itabuna de maneira equitativa. Quanto a identidade tradicional, as que estão presentes em maior quantidade são: povos de religiões de matrizes africanas, povos indígenas e quilombolas. O que direciona a pesquisa para estes povos de modo especial.

Do total de pessoas que responderam ao documento do curso acessado para identificação do perfil 51% se identificam como negras (pretas e pardas) e 38,5% como indígenas, enquanto 10% são de pessoas que se identificam como brancas. Deste quantitativo, 59% são mulheres, 2,5% de pessoas trans, e 38,5% de homens. Quanto a orientação sexual, 71,8% das 103 pessoas são heterossexuais, 10,3% se identificaram enquanto homossexuais, 2,6% lésbicas, 2,6% bissexuais e 12,7% não responderam. Segundo o perfil, percebe-se que a maior porção de pessoas do curso eram mulheres, negras e indígenas, heterossexuais.

No formulário da pesquisa enviado pela autora para coleta de dados tem-se 35 respondentes, seguindo um equilíbrio no que se refere também aos polos UAB, onde se obteve 39,4% de São Francisco do Conde, 30,3% de Paulo Afonso e 30,3% em Itabuna. E de acordo com o Gráfico 8, 48,5% das pessoas que responderam, não eram PCT's.

Refinando os dados para somente PCT's temos a seguinte porcentagem: 62,5% de religiões de matrizes africanas, 12,5% de povos indígenas e 12,5% de quilombolas. Quanto a renda 68,8% das pessoas informaram ter uma renda de até 03

(três) salários mínimos quando cursaram a pós graduação Lato Sensu em Estado e Direito de Povos e Comunidades Tradicionais. E a acessaram o polo UAB por meio de transporte terrestre em 87,5% dos casos.

Quanto o acesso às tecnologias da informação e comunicação, identificou-se que o aparelho mais utilizado para acessar o espaço virtual do curso foi o *smartphone*, com 62,6%, em seguida do computador e notebook com 37,6%. Quanto ao acesso à internet, 68,8% das pessoas acessavam a partir de banda larga de internet, 12,5% acessavam por meio de rede de dados e 6,3% não tinham acesso à internet de forma particular, estas utilizavam a internet de forma comunitária, enquanto 93,7% utilizavam a internet de forma particular.

No que se refere ao local de acesso à internet, os respondentes (15) informaram que acessavam a internet a partir de suas casas, seguidas de 6 respostas informando o uso no espaço do trabalho, se configurando como os principais espaços de acesso ao ambiente virtual para realização das atividades. Vale refletir porque o acesso a partir do polo aparece apenas em 3 respostas.

Quanto ao uso dos aparelhos: computadores, *notebooks* e *smartphones* 56,3% das pessoas declararam fazer um uso básico do aparelho, utilizando assim, somente as funções necessárias para o uso no seu cotidiano, enquanto 31,3% informaram classificaram seu uso como intermediário, não possuindo muita dificuldade em seu uso. Já 12,4% informaram fazer um uso avançado dos aparelhos, o que significa que não possuíam dificuldades para utilização dos mesmos.

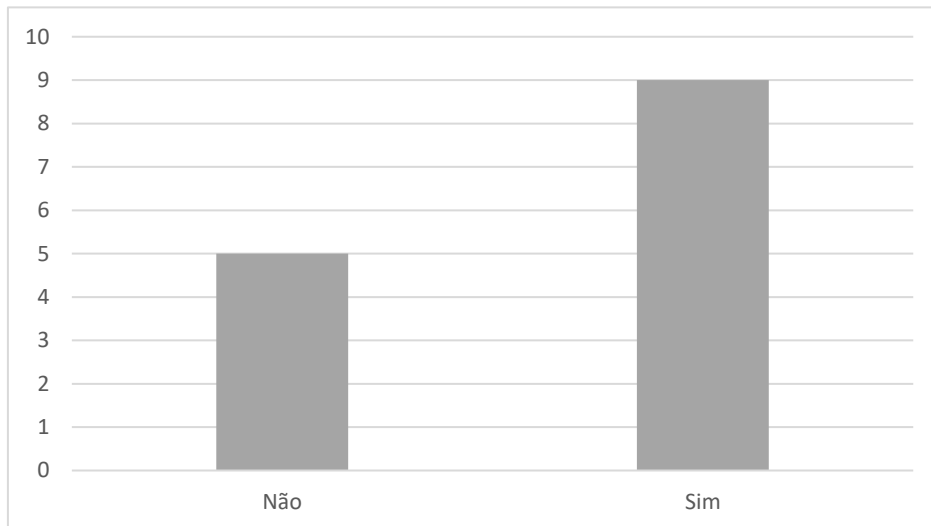
### **5.3.1 Quanto ao ambiente virtual**

Uma pergunta que não poderia faltar quando se pesquisa ambientes virtuais de aprendizagem, é se já há uma familiaridade anterior ao uso do atual espaço. Assim, o Gráfico 15, traz informações sobre a seguinte pergunta: “quando se matriculou na pós-graduação em EDPCT, você já havia feito outro curso no meio *on-line*?” 50% das pessoas responderam que “sim”, e 50% responderam que não. O que indica que 50% das pessoas egressas possuíam uma certa familiaridade com o uso de internet banda larga, navegadores, algumas ferramentas, recursos, artefatos que comumente estão presentes em cursos *on-line*, como por exemplo o Fórum.

Quanto ao ambiente virtual, perguntou-se inicialmente sobre sua estrutura organizacional, e se a mesma facilitou o seu uso no cotidiano do curso. 81% das

As pessoas respondentes informaram que “sim”, que a sua estrutura facilitou este caminho no processo de identificação de atividades e outros recursos. As respostas computadas são somente das pessoas PCT’s, que é o público a quem essa pesquisa se dirige.

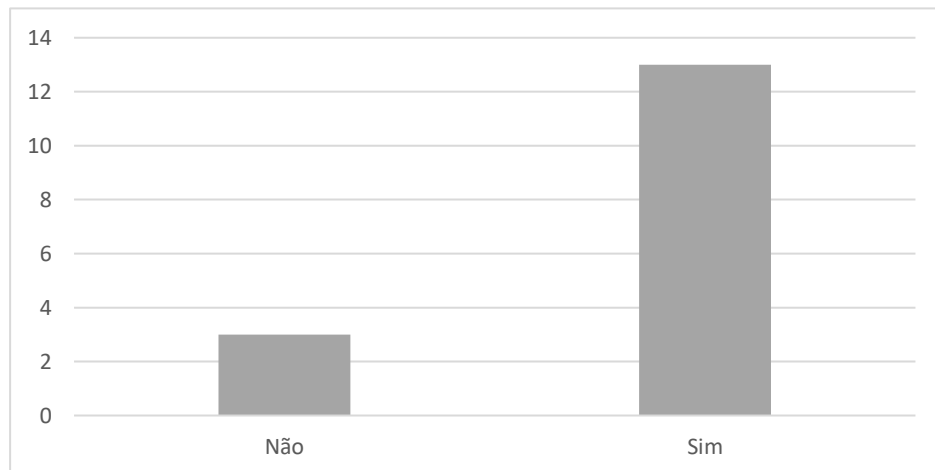
Gráfico 16 - Identificação dos PCT’s em relação aos símbolos e imagens no AVA



Fonte: Da autora, 2023.

### 5.3.2 O AVA e a sua estrutura organizacional

Gráfico 17 - Usabilidade do AVA – facilidade de navegação



Fonte: Da autora, 2023.

As questões de 17 a 24 (ver apêndice) seguem buscando entender como era o caminho das pessoas PCT’s no ambiente virtual, e diante da estrutura encontrada no AVA entendeu-se como necessário perguntar as discentes quais as ferramentas do

curso pôde proporcionar uma melhor forma de comunicar o que desejava, levando em consideração sua realidade enquanto PCT's (questão nº 21, ver no apêndice). As respostas se apresentaram da seguinte forma:

Quadro 6 - Melhor recurso e/ou ferramenta para se comunicar no AVA

<b>Melhor ferramenta / recurso para comunicar levando em consideração as particularidades do PCT</b>	
<b>Recursos e ferramentas</b>	<b>Nº e escolhas</b>
Videoconferência ou Webconferência	9
Tarefa	8
Fórum	8
Chat	6
Diário	5
Glossário	3

**Fonte:** Da autora, 2023.

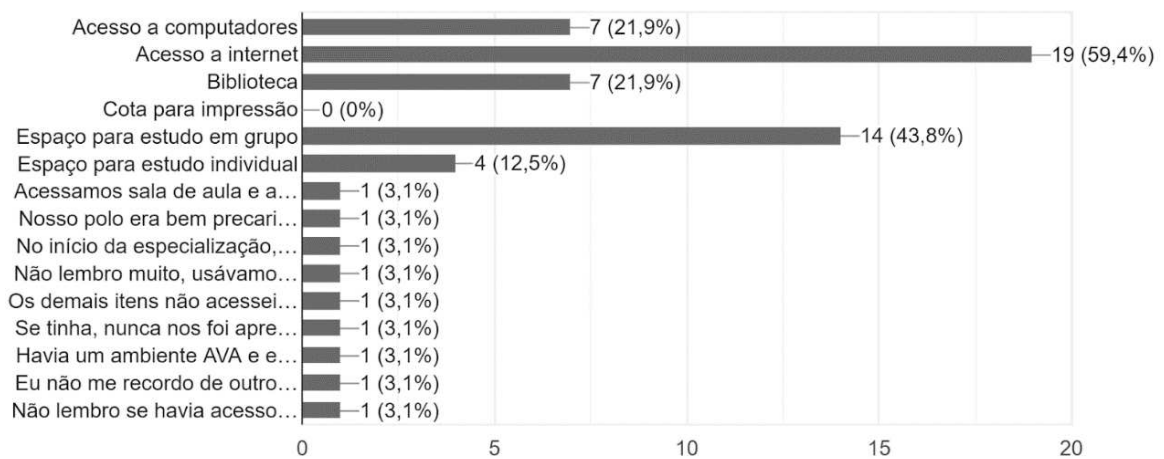
As ferramentas, recursos apontados acima foram utilizados no ambiente virtual, por isso a pergunta seguiu este caminho (exceto a videoconferência que só foi utilizada na aula inaugural). Percebe-se a maior parte das pessoas respondentes indicando a videoconferência ou webconferência como sendo o melhor espaço para comunicar o que deseja levando em consideração suas particularidades. Logo em seguida apresentam o Fórum e a atividade Tarefa (entrega de arquivo) como sendo as mais citadas como espaço para melhor se exprimir a partir de sua realidade.

Seguindo com as questões sobre o AVA, a pergunta nº 22 “o curso em suas atividades propostas, te deu meios para se manifestar como pertencente da sua cultura enquanto PCT?” De forma unânime as pessoas responderam que “**sim**”. Apesar de apontarem que nem todos os espaços traziam essa possibilidade, elas identificam o espaço virtual do AVA como um espaço possível de uso no ensino e aprendizagem EaD, onde foi possível expressar e manifestar sua cultura enquanto pertencente a seu povo e / ou comunidade tradicional.

### 5.3.3 Quanto a estrutura do polo

Quanto a estrutura do polo, a questão deixava um espaço livre para inserção de outros pontos de acordo com a memória de cada pessoa. Houveram respostas de todos os municípios de forma equânime, e nesta pergunta, optou-se por utilizar respostas de todas as 35 (trinta e cinco) pessoas para ter uma maior quantidade de pessoas respondentes, ou seja, pessoas pct's e não pct's e a partir daí conhecer um pouco sobre os polos. Desta forma, tivemos o gráfico abaixo que nos trouxe uma leitura breve das respostas.

Gráfico 18 - Estrutura dos polos



Fonte: Da autora, 2023.

Percebe-se que a maior parte das pessoas informaram que nos seus polos haviam acesso à internet gratuita, acesso a computadores e um espaço para estudo em grupo.

No entanto, foi verificada a necessidade de entender como cada polo era visto de forma separada. Assim, as 32 pessoas que responderam a esta questão informaram que os polos se estruturavam da seguinte forma:

- Itabuna: acesso à internet, acesso a computadores, espaço para estudos individuais, espaço para estudo em grupo e biblioteca.
- Paulo Afonso: acesso à internet, acesso a computadores, espaço para estudo em grupo e biblioteca.
- São Francisco do Conde: acesso à internet, acesso a computadores, espaço para estudo em grupo, sala de aula e auditório. Algumas pessoas informaram

que este polo apresentava uma grande precariedade, mas, não especificam as mesmas.

De todos os polos, o que mais apresentou respostas diferentes foi o Polo de São Francisco do Conde e chama a atenção pelas falas, pois, algumas trazem à tona falas de precariedade e necessidade de mudança para o uso.

Sobre o Polo UAB e sua estrutura pode-se concluir que eram polos que ofertavam uma estrutura básica para suas cursistas, o acesso à internet e espaços de estudo em grupo. Alguns polos possuíam biblioteca, espaço para estudo individual e acesso a computadores.

#### **5.3.4 Quanto as atividades presenciais**

Um das perguntas (nº 25), questiona se a atividade presencial era importante para sua formação e expressão de seus conhecimentos no que tange a realidade de PCT's. 90% das pessoas responderam que "sim". A atividade presencial na modalidade EaD é de suma importância para os Povos e Comunidades Tradicionais para que possam expressar não somente sua oralidade, mas, sua corporeidade, mais a frente será refletida sobre este ponto *alafiado* (confirmado) por quase unanimidade das respostas.

#### **5.4 NA ENCRUZILHADA DAS INFORMAÇÕES**

O curso Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais, possuía 40 (quarenta pessoas) que se identificavam como povos e comunidades tradicionais. Eram em sua maioria pessoas negras e indígenas, mulheres, heterossexuais e cisgênero. No entanto, a pesquisa trabalhou com um universo de 16 pessoas pct's por fazerem parte do *scopo* de pessoas que forneceram dados para análise.

Quanto a questão de renda, elas variavam de 01 a três salários-mínimos, no entanto, não moravam sozinhas, a maior parte dos dados informam, filha (o), cônjuge, mãe, pai e outros familiares. O que nos informa que quanto a classe, variava entre classe C, D e E, de acordo com seus salários.

É importante trazer novamente que para fazer e concluir um curso *on-line* na modalidade a distância, não é barato. Para que se tenha condições de concluir todas as atividades que venham a ser propostas com excelência, faz-se necessário uma

internet banda larga, que proporcione uma maior rapidez e estabilidade para construção e envio das atividades propostas em uma plataforma virtual. Nem todas as pessoas acessavam internet banda larga, algumas acessavam redes de dados, links de alguma rede de telefonia.

Quando o assunto acesso ao equipamento computador ou notebook (é grande a necessidade do uso de um computador ou notebook em muitos momentos do curso) diminuiu a porcentagem de acesso, informam que acessavam o curso na maior parte do tempo por meio de celular smartphone/iphone e tablets, seguidos de computadores e notebooks. De acordo com a coleta de dados muitas informam que concluíam suas atividades por meio de smartphones/iphones e tablets.

O uso do computador se dava em grande parte das vezes a partir de suas casas ou no espaço do trabalho. Apesar do polo dar acesso à internet com computadores, as discentes não moravam próximas ao polo e o deslocamento até ele era difícil, mesmo para aquelas que moravam no mesmo município, pois acrescenta-se não somente a distância geográfica e/ou o local, mas, também o valor para custear o deslocamento. Já que para acessarem o polo UAB, as discentes utilizavam transportes terrestres, ônibus, carros compartilhados e caronas. Mesmo assim, destacam as atividades presenciais de suma importância no processo de ensino aprendizagem.

## 5.5 EU, PCT

Existem muitas camadas quando se trata de trabalhar questões relacionados a povos tradicionais, dentro do Brasil. Uma delas é o processo de colonização dos povos indígenas, e se segue com a escravização dos povos africanos, a partir deste processo último, em um processo de resistência, existem os quilombolas e os povos de terreiro/ou povos de religião de matrizes africanas.

Estes povos trazem em seus corpos negros e indígenas a marca que os colonizadores carimbaram na história como diferentes e por isso, o “merecimento” de tratamentos desiguais. Coisas? Sim, a objetificação dos corpos ainda se mantém até os dias atuais. Há de se notar que ainda se denuncia o processo de “colonização” que ainda identificam em suas comunidades, seus terreiros.

No entanto, em seu processo de resistência e de manutenção de sua história, costumes, memórias, as tradições se mantiveram. Quando no texto 01, na análise do

discurso do sujeito coletivo, elas dizem: “Como eu me sinto viva. Cosmologia, filosofia, essência, identidade, memória de um povo, fé, tradição, a raiz onde me sustento. Minha identidade” (Sujeito da pesquisa 1).

Elas estão falando de todo esse caminho de transmissão da tradição cultural, de onde cada um/uma pode se perceber enquanto partícipes de um povo, de uma comunidade de iguais. Um povo que possui memória, história e que não pode ser apagada, é uma forma de resistir e, como disseram, de garantir direitos. Algo muito importante a ser analisado é que há uma urgência em evidenciar a palavra “Povo”, ou seja, não falamos por um, mas, por vários, falamos por um “povo”. Um povo que existiu e que existe e se torna presente por meio da memória e tradições. Está presente nos processos educacionais que se dão no caminho das transmissões de ensinamentos pela oralidade. É importante aqui, lembrar do que Paulo Freire (1981) trouxe anteriormente, “leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo.” Neste mesmo discurso ele diz o seguinte:

Os “textos”, as “palavras”, as “letras” daquele contexto se encarnavam no canto dos pássaros - o do sanhaçu, o do olha-pro-caminho-quemvem, o do bem-te-vi, o do sabiá; na dança das copas das árvores sopradas por fortes ventanias que anunciavam tempestades, trovões, relâmpagos; as águas da chuva brincando de geografia: inventando lagos, ilhas, rios, riachos. Os “textos”, as “palavras”, as “letras” daquele contexto se encarnavam também no assobio do vento, nas núvens do céu, nas suas cores, nos seus movimentos; na cor das folhagens, na forma das folhas, no cheiro das flores - das rosas, dos jasmims -, no corpo das árvores, na casca dos frutos. Na tonalidade diferente de cores de um mesmo fruto em momentos distintos: o verde da manga-espada verde, o verde da manga-espada inchada; o amarelo esverdeado da mesma manga amadurecendo, as pintas negras da manga mais além de madura. A relação entre estas cores, o desenvolvimento do fruto, a sua resistência à nossa manipulação e o seu gosto. Foi nesse tempo, possivelmente, que eu, fazendo e vendo fazer, aprendi a significação da ação de amolegar (Freire, 1981).

Paulo Freire, neste discurso em 1981, nos fala sobre a leitura de mundo daquilo que não está escrito para ser lido e que ensina profundamente no processo do educar. Assim como esta grande voz nos diz que ser povo e comunidade tradicional é pensar em uma “Grande árvore onde sou uma folha miudinha, sem ela não acesso água, energia. O sol e a chuva que antes me machucavam, hoje são meus princípios de vigor em viver”<sup>15</sup>. Pode-se observar como em variados momentos se utiliza de visão

---

<sup>15</sup> texto 01 da análise do discurso do sujeito coletivo. Todos os textos da análise do discurso do sujeito coletivo e de transcrições foram inseridas no apêndice.

de mundo para se localizar enquanto povo tradicional, e o como uma coisa não está dissociada da outra. Não há como o corpo, os sentidos e as emoções estarem dissociados da natureza, do coletivo, do “povo”, daquilo que constrói a identidade.

Segundo Silva, Florencio e Pederiva (2019, p. 37) “são povos que por suas características culturais específicas, fundadas na ancestralidade, possuem conhecimentos reconhecidos como saberes tradicionais, pois, são conhecimentos indissociados da identidade desses povos e comunidades, transmitidos predominantemente por meio da prática da oralidade. Podem ser considerados povos e comunidades tradicionais: quilombolas, povos de terreiro, quebradeiras de coco babaçu, populações ribeirinhas, povos indígenas, ciganos, pantaneiros, faxinalenses, sertanejos, seringueiros, comunidades pesqueiras, comunidades de fundo de pasto entre outros”.

Pertencer a essas comunidades proporciona uma plataforma para a construção da identidade pessoal e coletiva, além de oferecer oportunidades de crescimento e desenvolvimento humano em diversas esferas. A experiência de pertencimento a comunidades de terreiro, povos indígenas e comunidades quilombolas se manifesta como uma intersecção complexa e interdependente de elementos culturais, cosmológicos e filosóficos que permeiam a vida e a identidade de seus membros. Este conceito engloba um conjunto de dimensões que, quando analisadas de forma holística, oferecem uma compreensão profunda da vivência dessas comunidades e seu papel na sociedade.

De acordo com a análise do discurso do sujeito coletivo foi possível identificar algumas dimensões do ser povo e comunidade tradicional, são elas:

- **cosmologia e identidade:** a vivência nessas comunidades está intrinsecamente ligada a uma cosmologia específica que orienta a percepção do mundo e da existência pessoal. A identidade individual e coletiva é fortemente moldada por essa cosmovisão, que abrange crenças, rituais e práticas que estabelecem um senso profundo de conexão com o universo;

- **memória e tradição:** as tradições orais desempenham um papel central na preservação da memória coletiva dessas comunidades, transmitindo narrativas históricas, valores culturais e conhecimentos ancestrais de geração em geração. Essa memória coletiva é fundamental para a construção da identidade e da coesão desses grupos;

- **fé e espiritualidade:** a fé desempenha um papel central na vida dessas comunidades, permeando todas as dimensões da existência. Ela se manifesta em rituais, cerimônias e práticas espirituais que fortalecem o senso de identidade e conectam os membros com suas crenças mais profundas.

Essas comunidades são as raízes nas quais seus membros encontram sustento cultural, emocional e espiritual. Como trazido no texto 01, do sujeito coletivo, assim como uma árvore depende de suas raízes para acessar recursos vitais, os PCT's dependem de sua cultura e tradição para prosperar e enfrentar desafios. Ser PCT frequentemente envolve um compromisso ativo de resistência contra processos históricos de colonização, marginalização e invisibilidade. A busca por direitos e políticas públicas adequadas é parte integrante dessa luta contínua.

A relação com os territórios sagrados é um aspecto fundamental e os impactos das históricas práticas coloniais que deslocaram essas comunidades de suas terras geram uma dívida histórica que ainda requer reparação. A imposição de estereótipos e a invisibilidade são estratégias que visam separar essas comunidades de suas raízes culturais e territoriais.

Em suma, a vivência nas comunidades de terreiro, povos indígenas e comunidades quilombolas é profundamente enraizada em elementos culturais, espirituais e históricos que moldam a identidade individual e coletiva, enquanto simultaneamente servem como um ponto de partida para a resistência, a busca por direitos e o fortalecimento da cultura e da memória desses grupos.

## 5.6 TRADIÇÃO ORAL: MEIO DE MANUTENÇÃO DA TRADIÇÃO

No início deste trabalho foram trazidos aspectos teóricos sobre a tradição oral, de acordo com pesquisadores e pesquisadoras da área. Mas, por primar por apresentar os PCT's por meio do pensamento reflexivo e epistêmico deles e delas, foi trazido aqui o que é a tradição, a partir de sua ótica. Para isso, foram utilizadas a fala do corpo coletivo e por meio do texto de análise do sujeito coletivo foi possível identificar não somente como a conceituam, mas, apresentam elementos importantes para um maior aprofundamento.

No texto 06, da análise do discurso do sujeito coletivo, identificam a **tradição oral** como a base da comunicação da comunidade, é aquela que conduz a permanência das tradições e a identificam como a forma mais eficaz de continuidade.

Apontam o uso da oralidade também como uma forma de resistência, ao passo que veem seu uso como um ato de respeito as epistemologias não ocidentais.

É importante ressaltar a oralidade como tecnologia novamente aqui, onde afirmam a sua necessidade para manutenção das tradições. E exigem o reconhecimento da sua característica em outras esferas da sociedade. Para ilustrar este ponto dão o exemplo dos editais de políticas públicas, serviços públicos judiciários, já que os povos e comunidades tradicionais possuem na oralidade sua principal fonte documental (texto 06). Já que a característica da oralidade é trazida como indissociada de sua identidade, deve-se encontrar meios de se trabalhar com as formas de ser e estar no mundo dos PCT's, entendendo que há de se buscar meios de incluir cada um/uma de acordo com suas particularidades.

A tradição oral é uma expressão cultural essencial que desempenha um papel fundamental na conservação e transmissão de conhecimentos, valores, narrativas e identidades dentro de uma comunidade. Ela constitui um modo de comunicação que se fundamenta principalmente na transmissão oral de informações de uma geração para outra, profundamente enraizada nas práticas culturais e sociais de uma sociedade específica. Esse conceito abarca alguns elementos interligados que são cruciais para a compreensão de sua relevância e impacto, são eles:

- **base da comunicação:** a tradição oral serve como a base primordial da comunicação dentro de uma comunidade, fornecendo os meios pelos quais as pessoas se comunicam, compartilham experiências, conhecimento e valores. Ela cria uma rede de interações sociais que sustentam a coesão da comunidade;

- **vetor de memórias:** a tradição oral atua como um vetor de memórias coletivas, preservando a história, mitos, lendas e narrativas que moldaram a identidade cultural de um grupo. Ela assegura que as tradições sejam transmitidas de geração em geração, garantindo sua continuidade ao longo do tempo;

- **vida e resistência cultural:** a tradição oral é uma expressão viva da cultura e uma forma de resistência contra influências externas que podem ameaçar a identidade cultural. Ela é um veículo para a preservação do patrimônio cultural e da ancestralidade, resistindo às mudanças e pressões culturais contemporâneas;

- Ela representa a força vital da existência de um povo, permitindo-lhes sobreviver e manter suas tradições.

- **socialização comunitária:** a oralidade é um meio de socialização dentro da comunidade, onde as pessoas se reúnem para ouvir e contar histórias, compartilhar conhecimentos e fortalecer laços sociais. Ela promove a coesão e a coexistência harmoniosa entre os membros da comunidade;

- **continuidade eficiente:** a tradição oral é uma forma altamente eficaz de garantir a continuidade das práticas culturais, pois permite que as gerações mais jovens aprendam diretamente com os mais velhos. Ela é um mecanismo vital para a transmissão intergeracional de valores e conhecimentos;

- **respeito à memória e epistemologias não ocidentais:** a tradição oral valoriza e respeita a memória histórica e as epistemologias não ocidentais, oferecendo perspectivas únicas sobre o mundo e o conhecimento que muitas vezes são marginalizadas em contextos dominados pela cultura escrita;

- **interculturalidade e diversidade:** no processo de identificação entre pares a tradição oral oferece oportunidades para compartilhar diferentes culturas e tradições, promovendo a interculturalidade e o enriquecimento mútuo entre comunidades e grupos culturais diversos;

- **desafios e reconhecimento:** o desafio atual reside em garantir que a oralidade seja reconhecida e valorizada nas políticas públicas e nos serviços públicos judiciais, reconhecendo que as práticas culturais tradicionais sejam documentadas e fortalecidas por meio da oralidade;

- **complementaridade à escrita:** embora a escrita apresente também um papel importante na preservação da memória dos povos, a tradição oral oferece uma diversidade e expressividade únicas que a produção escrita não pode replicar. Ela é um pilar vital na manutenção cultural e deve ser respeitada em seu uso em espaços que garantam direitos aos PCT's em contextos diversos.

De modo a concluir muito do que foi trazido sobre a tradição oral e seu uso pelas comunidades e povos tradicionais, se resume no trecho da Análise do Discurso do Sujeito Coletivo, trazido abaixo.

A escrita é muito importante para a memória dos povos diante da sociedade ocidental, mas, certamente a produção escrita jamais traduzirá a diversidade e a expressividade que a oralidade proporciona, visto que é um pilar de manutenção cultural, forma de resistência em busca de uma garantia de direitos constitucionais (Sujeito coletivo da pesquisa 06).

## 5.7 TECNOLOGIA SOB A ÓTICA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

No decorrer do curso “Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais”, tive a oportunidade de participar de atividades presenciais. Em uma dessas ocasiões, conversei com algumas alunas sobre o desafio de acessar algumas tecnologias em suas comunidades para continuação dos estudos no formato EaD em meio *on-line*. Para concluir o curso, era essencial o uso de equipamentos de informação e comunicação, além de acesso a internet.

Uma das alunas, Helena<sup>16</sup>, que é uma mulher indígena, compartilhou que sua comunidade estava localizada a uma distância considerável da cidade. Para comparecer ao Polo UAB, onde as atividades presenciais ocorriam, ela dependia de caronas que estavam disponíveis apenas uma vez na semana.

Ao trazer isso, ela aponta as dificuldades para acessar um local onde os encontros bimestrais ocorriam. Com o desenrolar da conversa ela informa que na sua comunidade só há computador e internet para uso coletivo, dessa forma, precisava aguardar o uso das demais companheiras que também estudam. Isso demonstrava que alguns pontos são importantes a serem considerados em atividades com PCT's, um deles seria o de não se calcular o tempo logado no espaço virtual. Pensar que muitas irão acessar e fazer o *download* dos materiais para leitura *off-line*, e que suas participações em outros espaços do ambiente virtual podem não ocorrer tão seguidamente, devido ao uso comunitário dos equipamentos. E que atividades síncronas necessitam ser agendadas com bastante antecedência.

Um diálogo conduzido por Helena com o cacique de sua comunidade indígena como parte de uma atividade na disciplina Fundamentos de Educação a Distância apresenta pontos importantes de reflexão sobre tecnologia e TIC's e sua utilização por povos tradicionais. Esse diálogo reforça a ideia de que a comunicação para comunidades tradicionais não se limita a troca de informações, mas, envolve a criação de significados. Para ilustrar, nos brinda com exemplos de tecnologias de comunicação utilizadas por meio do som das ondas médias batendo nas tabocas e do uso das palmeiras para produzir sons de baixa frequência, permitindo a comunicação em longas distâncias nas matas para orientação.

Procuramos um meio mais rápido de nos comunicar, principalmente

---

<sup>16</sup> Todos os nomes de alunos e alunas informados neste trabalho é fictício, ou seja, não correspondem com a realidade.

nas violências que tem nas aldeias, ter que informar rapidamente a polícia, rapidamente ao governo o que acontece. Também na saúde, ter que informar quando alguém adocece. O telefone, ele funciona, mas é um meio caro e nem sempre funciona. A internet, ela veio com várias ferramentas de uso, não só de voz, mas de áudio, de áudio-vídeo, audiovisual, tudo. Você consegue enviar vídeo muito mais rápido de qualquer tipo de coisa, com clareza. Então, aqui na aldeia, a gente já vem há um tempo que nós vinha cobrando e exercendo essa questão da comunicação.” (Transcrição 01 – parte de uma atividade da disciplina Fundamentos de EaD – ver no apêndice).

Um ponto importante trazido acima, no diálogo com o Cacique, é a necessidade não apenas de se comunicarem, mas de terem acesso a uma comunicação rápida e eficaz por meio das TIC’s. Os argumentos apresentados são de extrema relevância e urgência, pois, refere-se aos direitos fundamentais de cada ser humano. Um dos primeiros pontos levantados pelo Cacique é a presença da violência na região.

A luta pelo território não é algo novo para PCT’s, e eles continuam incansavelmente lutando e arriscando diariamente suas vidas. Como resultado, muitos indígenas, povos de terreiro e quilombolas enfrentam ameaças à sua vida e sofrem diversos tipos de violência. Os outros pontos tocados pelo cacique, são saúde e educação. Na Constituição de 1988, em seu artigo 6º diz o seguinte:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988).

Portanto, torna-se evidente que o acesso à tecnologia de informação e comunicação para as pessoas PCT’s perpassam pelo acesso aos direitos sociais que são fundamentais para uma vida digna. Pode-se até arriscar afirmar que os povos e comunidades tradicionais ainda caminham por uma margem tênue de cidadãos e não-cidadãos? Uma espécie de cidadania limitada.

Isso aponta para a necessidade de ampliação da cidadania, necessita ser legitimada por meio de acesso a saúde, educação, proteção do seu bem viver e meios de comunicação e tecnologias da informação de forma gratuita, contínua e acessível a todas.

O entrevistado destaca a importância da internet e a apresenta em comparativo com o telefone, tecnologias que se organizam em tempos e espaços diferentes e suas potencialidades e limitações. Ele sinaliza:

A internet, ela veio com várias ferramentas de uso, não só de voz, mas de áudio, de áudio-vídeo, audiovisual, tudo. Você consegue enviar vídeo muito mais rápido de qualquer tipo de coisa, com clareza (Transcrição 01 – parte de uma atividade da disciplina Fundamentos de EaD – ver no apêndice).

Este é um ponto importante, já que ele pontua e se concentra na importância do uso daquilo que não é escrito, daquilo que não é fixo, ele se concentra naquilo que é voz, que é expresso pelo corpo. Ele se concentra naquilo que é flexível, expressivo e que fala, trazendo a dialogicidade de Paulo Freire (2020) e o comunicar com o mundo a partir de uma outra ótica.

Os PCT's apresentam em suas falas a importância da internet para acessar editais, assinar documentos, participar de reuniões e outras questões que são burocráticas e importantes para o caminhar da atividade da comunidade. Para além disso, se confirma na voz de uma outra mulher indígena (ver apêndice) por meio do diálogo oportunizado pela atividade da disciplina Fundamentos de EaD, tudo o que foi trazido pelo Cacique em relação a violação de direitos que a comunidade sofre, questões relacionadas a saúde e educação e a importância da internet para estas situações e a rapidez em que ele deve atuar ou atua.

Os diálogos apresentados pela aluna Helena em sua aldeia, apresentam pontos que convergem em diversas falas, sobre o uso das TIC's, como: a articulação de reuniões; o acesso à educação e como instrumento de luta e de denúncia.

A tecnologia da internet com seu ciberespaço, onde conecta variadas pessoas a vários pontos desse "mar", leva com maior rapidez a informação necessária, e no caso da população indígena estes pontos que necessitam de uma rápida comunicação estão ligados a organizar e comunicar momentos de reunião, denunciar violências sofridas pela comunidade, acessar espaços educacionais e informações que as mantenham no espaço escolar, ou seja, acesso a conhecimentos que estão fora da comunidade.

O aluno Danilo, que assim como a aluna anterior apresentou uma atividade que foi transcrita para este trabalho, oportuniza conhecer a visão sobre tecnologia a partir de uma outra ótica, que é a dos povos de terreiro, a partir de um diálogo com um Babalorixá sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no terreiro que ele atua.

O Babalorixá menciona o uso do site e de um blog em seu terreiro, que contém apenas fotos da estrutura e são utilizados para comunicar algumas atividades sociais. Ele encara as TIC's como "faca de dois gumes" reconhecendo que possui aspectos positivos e negativos. Para ele, a superexposição do seu espaço religioso não é algo desejável, pois considera o espaço do terreiro e os eventos religiosos que ocorrem ali como parte dos segredos e das tradições sagradas de sua religião.

No entanto, ele também reconhece o potencial da internet e dos computadores como ferramentas úteis. Ele os vê como meios que podem facilitar a comunicação entre as pessoas, mencionando, por exemplo as atividades sociais que ocorrem em seu espaço localizado em uma zona rural de uma cidade na Bahia.

O Babalorixá expressa algo muito importante, que coaduna com aquela expressão de Pierre Levy (2010), sobre "fazer sentido". Diz o seguinte:

Porque para mim eu tenho que seguir um caminho para chegar lá. E o computador me permite que eu pule isso. Ele já me dá tudo pronto (Transcrição 4 - parte de uma atividade da disciplina Fundamentos de EaD – ver no apêndice).

Neste ponto, ele não fala somente sobre comunicar, aqui, ele fala sobre o uso da tecnologia em todos os âmbitos da vida. É preciso fazer sentido para o uso, é preciso ter utilidade para quem usa.

Durante a leitura dos diálogos feitos por Helena e Danilo com seus pares, pôde-se notar pontos de vista diferentes sobre a tecnologia e as TIC's em seus territórios tradicionais, foram elas:

Quadro 7 - Uso das TIC's por PCT's

<b>O uso das TIC's por PCT's</b>	
<b>Principais usos</b>	<b>Desenvolvimento das ações</b>
<b>Acesso aos direitos</b>	Segurança, Saúde e Educação.
<b>Espaço de denúncia e luta</b>	Luta pelo direito à vida, à liberdade, à segurança e a Terra. Denunciando as violências sofridas pelas comunidades. Organizando de reuniões.
<b>Acesso à informação</b>	Informações de fora das comunidades seja, para educação ou outro âmbito da vida.
<b>Publicização de ações</b>	Festas, Ações comunitárias.
<b>Atividades burocráticas e administrativas</b>	Acesso a editais, assinatura de editais e outros documentos.
<b>Acesso à Educação</b>	Acessar escolas e a universidade.

<b>Manutenção da Cultura</b>	“Por fazer as pessoas se animar, usar os trajes, e fazer rituais, e filmar, e querer divulgar o que tem de bom”
<b>Ameaça à cultura e conhecimento tradicionais</b>	Essa tecnologia não está destruindo, mas, está distorcendo... formando uma “nova religião”, onde está se perdendo o sagrado.

**Fonte:** Da autora, 2023.

Um ponto de destaque que gerou divergências entre os participantes da atividade foi a forma como os povos tradicionais utilizam e percebem as TIC's em suas comunidades. Para uma das perspectivas, as tecnologias, notadamente as TICs, podem ser ferramentas para preservar e fortalecer as tradições. Nesse sentido, elas podem motivar os membros da comunidade a se reunirem em um local específico, vestirem-se adequadamente, dançarem e realizarem rituais, mantendo assim a tradição viva.

Por outro lado, uma visão oposta argumenta que as TIC's estão sendo usadas de maneira prejudicial, distorcendo o que é considerado sagrado. Essa perspectiva teme que as tradições e conhecimentos transmitidos de geração em geração sejam alterados, de modo a ocorrer uma perda daquilo que é sagrado, como mencionado pelo Babalorixá, que descreveu a tecnologia como uma "faca de dois gumes".

É importante ressaltar que, na religião de matriz africana, existem segredos que não devem ser compartilhados com todas as pessoas, sendo restritos apenas aos iniciados na religião. No entanto, todas as perspectivas convergem no uso das TICs para fins pessoais, como uma maneira de apresentar a beleza das tradições presentes em suas festas e atividades abertas ao público.

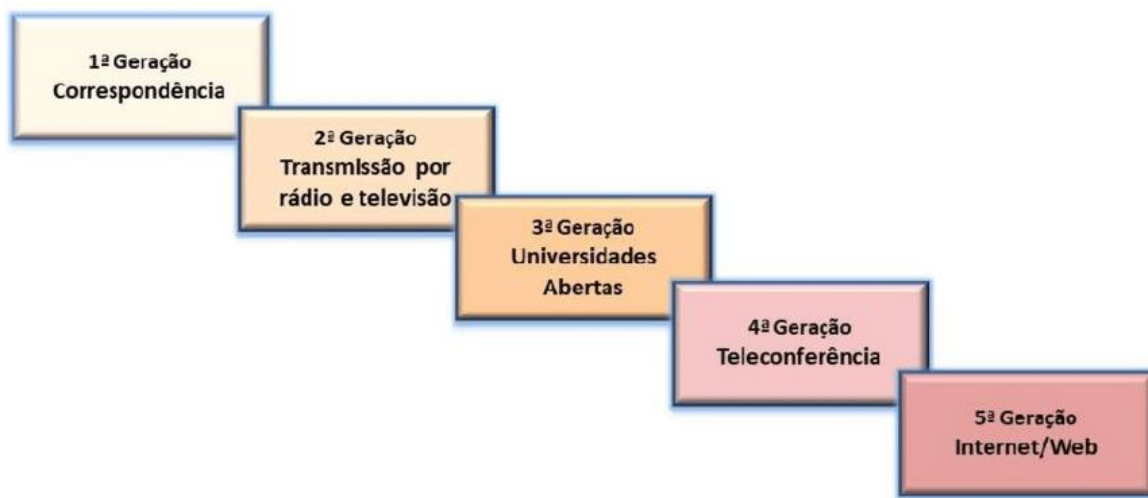
## 5.8 ANALISANDO A COMPOSIÇÃO DO AMBIENTE VIRTUAL DO CURSO

A inclusão da Educação *On-line* na terceira geração da EaD traz consigo uma série de transformações significativas em relação ao que conhecíamos até então. É importante analisar essa questão à luz do que foi discutido anteriormente (no início deste texto), levando em consideração o contexto da educação *on-line*. Aqui, podemos identificá-la como um fenômeno da cultura que se constrói no ciberespaço, moldando uma maneira única de comunicação e interação, onde se constrói um modo próprio de falar e de estar.

Assim como Edmêa Santos (2005, p. 106) “discorda-se, mas, não se ignora, as literaturas que apresentam e incluem a educação *on-line* como parte do processo de

construção evolutiva na terceira geração (1985 a 1995), onde se inicia o uso do computador e da internet”. A partir da década de 1990, inicia-se uma outra forma de viver a formação na EaD, que antes ocorria sem muita interação, nem proximidade entre as pessoas participantes, e o que é mais importante, as tecnologias até então, não davam condições de que atividades síncronas (em tempo real) ocorressem entre as pessoas participantes de um determinado curso, formação.

Figura 2 – As gerações da Ead



Fonte: Baseado em Moore e Kearsley (2007) apud Passos (2018, p. 24).

É a partir da educação *on-line* que se iniciam os processos educacionais em plataformas virtuais, que aos poucos vão se modernizando e apresentando novas formas de estar em um processo formativo a distância, que incluem recursos que propiciem dialogicidade, aquela que Paulo Freire (2020) nos traz e que expressa a vivência e o comunicar com o mundo. Nessa dialogicidade a que esta pesquisa se refere, estão inclusas a interatividade, a participação, intervenção, a cooperação, a cocriação.

Um ambiente virtual de aprendizagem é disponibilizado no ciberespaço por meio de softwares particulares ou livres. Este espaço virtual concentra uma diversidade de recursos, ferramentas e artefatos. Estes que vão ajudar no processo de organização do estudo, e apoiar na ação educacional pedagógica de modo a facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Estes processos podem ocorrer em tempo real ou distintos, sendo chamados de síncronos ou assíncronos.

É preciso entender que estes espaços devem ser construídos para acolher grupos plurais de pessoas, que ali estabelecem relações sociais complexas. No entanto, estão neste espaço com pelo menos um objetivo em comum. Estes ambientes virtuais, devem possuir uma composição em seus artefatos que propiciem momentos de participação, cooperação, intervenção, interação, cocriação, construção, reconstrução de conhecimentos e práticas, de modo a promover um espaço de educação *on-line*.

Segundo a autora Edmêa Santos (2005, p. 9) o próprio ciberespaço é um grande AVA, “devido a sua natureza aberta e flexível” e sua grande produção de informações e saberes criados por pessoas e grupos, em diversas partes do mundo.

É importante ressaltar que estes espaços virtuais devem ser facilitadores e apoiadores, pois, quem dá sentido a todos os seus recursos e ferramentas é a ação humana. Por este motivo concorda-se com Pinheiro e Sales (2012, p. 38) quando dizem que as tecnologias digitais “são utilizadas pelo homem (e mulher) em funções de seus objetivos, limites e potencialidades, este sim, determinantes de um maior ou menor grau de emancipação”. E como Burnham, Pinheiro e Sanches (2012, p.166) que defendem um olhar de afastamento a um tipo de visão que venha prezar pela defesa “de uma análise puramente técnica de utilização e de reprodução de ferramentas digitais”. Este afastamento é “uma ação necessária para a construção de uma investigação crítica e coerente dos ambientes virtuais que proporcionam aprendizagem”.

Com os conhecimentos dos pontos trazidos acima, é possível iniciar a análise do espaço virtual de aprendizagem sob a ótica dos povos e comunidades tradicionais, que participaram e estavam ativos no curso de pós-graduação lato sensu em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais, que teve início no ano de 2017, na escola de Direito da UFBA, disponibilizada por meio do ambiente virtual de aprendizagem (moodle) UFBA.

### **5.8.1 Composição de artefatos no AVA**

O Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pelo curso foi o *Moodle*. O *moodle* é um sistema de gestão de aprendizagem, criado pelo Martin Dougiamas. Para sua criação ele se apoiou nos princípios do construtivismo social. Com isso, é um dos poucos ambientes virtuais de aprendizagem utilizados aqui no Brasil que

oferece ferramentas e recursos que possibilitam espaços complexos de interação, como processos de colaboração, cooperação e (co) autoria.

O *Moodle* pode ser potencializado pedagogicamente para além de repositórios de textos escritos ou imagéticos, no sentido de promover a interatividade, a cooperação, colaboração e autonomia. O AVA Moodle é um ambiente de comunicação que se caracteriza por suas interfaces interativas e colaborativas que possibilitam a você aprender não apenas com o material didático, mas com todos os envolvidos no processo, em conjunção com os diferentes acontecimentos, contextos sociais, históricos, culturais e afetivos presentes nesse lugar, potencializando a produção de sentido. (Rocha; Rangel; Souza, 2017, p. 42).

Observando a estrutura do AVA, buscou-se estar atenta a composição de artefatos<sup>17</sup>, ou seja, quais as ferramentas e recursos foram combinados para o uso no processo de ensino e aprendizagem? Qual a estrutura foi utilizada no seu *design* educacional?

O *design* educacional ou instrucional é de acordo com Silva e Spanhol (2018, p. 118):

[...] aquele que deve orientar o planejamento do processo de ensinar e aprender e que não se limita a uma visão pedagógica, integra gestão, comunicação, tecnologias entre outras concepções sob o desafio de integrar os múltiplos saberes, para oferta de educação significativa.

Ou seja, o AVA fornece um espaço com um aglomerado de recursos e ferramentas, mas, é o *design* educacional que a partir do objetivo de cada ação pedagógica, e de acordo com seu público irá planejar e organizar qual composição é mais eficaz para um determinado curso. O momento de planejar esse desenho do espaço é de suma importância, pois, é a partir do olhar desta profissional que serão promovidas soluções não somente técnicas, mas, pedagógicas (Silva; Spanhol 2018).

Abaixo segue uma tabela que apresenta algumas atividades e recursos existentes no AVA (Moodle – UFBA), e que comumente são utilizados em cursos virtuais<sup>18</sup>.

#### Quadro 8 - Principais atividades e recursos do AVA – Moodle

<sup>17</sup> Dá-se o nome de artefatos neste trabalho ao conjunto de recursos, ferramentas, atividades, tarefas e outros, utilizadas no ambiente virtual de aprendizagem. E em alguns momentos poderá aparecer como representando algum deles também.

<sup>18</sup> O espaço de webconferência não estava ativo no ambiente virtual do curso durante grande parte do período de desenvolvimento do curso.

<b>TABELA DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E RECURSOS</b>	
<b>Atividades-Recursos</b>	<b>Possibilidades Pedagógicas</b>
Fórum	<p>O fórum permite que participantes tenham discussões assíncronas, ou seja, discussões que acontecem durante um longo período.</p> <p>Existem vários tipos de fóruns que você pode escolher, como o fórum padrão onde qualquer um pode iniciar uma discussão a qualquer momento; um fórum onde cada estudante pode postar apenas uma discussão; ou um fórum de perguntas e respostas onde os estudantes devem primeiro fazer um post para então serem autorizados a ver os outros posts de outros estudantes. Um professor pode permitir que arquivos sejam anexados aos posts dos fóruns. As imagens anexadas são exibidas no post do fórum.</p> <p>Participantes podem assinar um fórum para receber notificações de novos posts do fórum.</p>
Chat	<p>Chat é uma interface de comunicação síncrona que promove aproximação em “tempo real” entre professor e alunos. É utilizada para integração, esclarecimentos de dúvidas.</p>
Tarefa/ Entrega e arquivo	<p>Esta atividade permite a atribuição de um professor para comunicar tarefas, recolher o trabalho e fornecer notas e comentários.</p> <p>Os estudantes podem apresentar qualquer conteúdo digital (arquivos), como documentos de texto, planilhas, imagens ou áudio e vídeos. Alternativamente, ou adicionalmente, a atribuição pode exigir dos estudantes a digitação do conteúdo diretamente no editor de texto. Uma tarefa também pode ser usada para lembrar aos estudantes das atribuições 'mundo real' que eles precisam para completar off-line, tais como obras de arte e, portanto, não necessita de qualquer conteúdo digital. Os estudantes podem submeter trabalhos, individualmente ou como membro de um grupo.</p> <p>Ao analisar os trabalhos, os professores podem deixar comentários de feedback e fazer upload de arquivos, como marcar apresentações dos estudantes, documentos com comentários ou feedback de áudio falado. Atribuições podem ser classificadas de acordo com uma escala numérica ou customizada ou um método de classificação avançada, como uma rubrica. Notas finais são registradas no livro de notas.</p>
Glossário	<p>O glossário permite aos participantes criar e manter uma lista de definições, como um dicionário, ou coletar e organizar recursos ou informações.</p> <p>Um professor pode permitir que arquivos sejam anexados aos termos do glossário. As imagens anexadas são exibidas no termo. Os termos do glossário podem ser pesquisados ou listados alfabeticamente ou por categoria, data ou autor. Os termos podem por padrão serem aprovados ou depender da aprovação de um professor antes de serem visualizadas por alguém.</p> <p>Se o filtro de auto-ligação do glossário estiver ativado, os termos do glossário serão automaticamente vinculados</p>

	quando as palavras e/ou frases do conceito aparecerem no curso. Um professor pode permitir comentários nos termos do glossário. Os termos também podem ser avaliados por professores ou estudantes (avaliação por pares). Avaliações também podem ser agregadas para formar a nota final que será registrada no livro de notas.
Questionário	Questionário – atividade assíncrona que consiste em um instrumento de composição de diversos tipos de questões, tais como: múltipla escolha, resposta breve, associativo e verdadeiro ou falso
Wiki	Wiki é uma interface assíncrona para trabalho em grupo, em que se desenvolve um texto <i>on-line</i> colaborativo
Diário	É um espaço que pode promover a reflexão do aluno e orientação por um mediador. É o espaço onde o aluno pode registrar determinado assunto, tema de trabalho, o seu trajeto no curso, ou os atalhos que encontrou no percurso da sua caminhada de aprendizagens de acordo com as orientações do professor. Essa reflexão não pode ser vista por outros alunos e o professor pode dar um feedback para o aluno
Recursos	Recursos Moodle permitem incluir conteúdos num curso por meio de livro, página, arquivos em vários formatos, como imagens, vídeos, PDFs, planilhas, slides, links, hipertextos, intratextos. Além disso, possibilitam disponibilizar arquivos em pastas para que os(as) estudantes tenham acesso.
Webconferência (BigBlueButtonBN)	O espaço de webconferência do BigBlueButton (BBB) para Moodle permite que você crie a partir do Moodle salas de webconferência para aulas online e em tempo real usando o BBB. Usando o módulo BBB para Moodle você pode especificar título, descrição, período de utilização, grupos e detalhes sobre a gravação da sessão.

**Fonte:** Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle – UFBA, [200-]); (Rocha; Rangel; Souza, 2017, p. 48-49).

### 5.8.2 AVA UFBA: apresentando o espaço virtual do curso

Para que seja possível entender o que foi trazido por meio dos PCT's através da análise é necessário conhecer como o espaço virtual de aprendizagem do curso foi construído.

O ambiente virtual do curso Lato Sensu Especialização em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais da UFBA<sup>19</sup>, foi composto com os seguintes recursos:

#### a) quanto aos blocos laterais:

<sup>19</sup> As imagens da estrutura do curso está no apêndice.

• **Bloco de acessibilidade:**

a) neste espaço as cursistas podiam modificar a aparência do AVA em relação ao contraste e tamanho da fonte. Ideal para pessoas de baixa visão.

b) no que tange a acessibilidade o espaço também era composto de um recurso para leitura de libras.

Ao lado esquerdo se concentravam todos os blocos do curso, onde poderiam ser encontradas informações que eram usadas de modo geral por cursistas, docentes e outros. Os blocos disponibilizados eram:

• **Bloco de boas-vindas**

Vídeo de boas-vindas do Reitor da universidade.

• **Bloco calendário**

Este indicava as atividades e eventos que ocorreriam no espaço virtual ou que fossem cadastrados para que todas estivessem atentas a agenda.

• **Bloco Atividades**

Onde a cursista poderia acessar todos os tipos de atividades construídas que estivessem visíveis no curso.

• **Bloco de usuários *on-line***

Este bloco propiciava a estudante identificar quem estaria *on-line* no mesmo momento que ela, o que buscava facilitar uma maior interação para um momento síncrono em algum recurso.

• **Bloco próximos eventos**

Informava qual evento estaria mais próximo a ocorrer. Isso incluía atividades.

**b) quanto a estrutura central do curso**

No seu espaço central, o curso inicialmente possuía o vídeo de boas-vindas do reitor e coordenador do curso. Após um mês de curso, este vídeo foi substituído por uma grande imagem em formato de rede de pesca, com símbolos que se comunicassem com o público, como: búzios<sup>20</sup>, ofá<sup>21</sup>, cocar<sup>22</sup>, oxê<sup>23</sup>, maracá<sup>24</sup>, enxada, machado e pá<sup>25</sup>. Todos estes símbolos fazem parte da cultura e identidade de algum dos povos e comunidades que ali estavam inseridos enquanto cursistas.

<sup>20</sup> Conchas utilizadas para comunicação sagrada pelos povos de terreiro e outras religiões de matriz africana

<sup>21</sup> Arco e flecha utilizado por Oxóssi, orixá das religiões de matriz africana.

<sup>22</sup> Adorno utilizado por várias etnias indígenas. O cocar também pode identificar hierarquias.

<sup>23</sup> Machado utilizado pelo orixá Xangô.

<sup>24</sup> Um chocalho indígena.

<sup>25</sup> Instrumentos que representavam os agricultores.

Após essa grande imagem, segue-se um pequeno texto de boas-vindas e após o texto, se seguiram espaços direcionados para cada assunto, na seguinte ordem:

#### **Coordenação do curso**

- Secretaria do curso,
- Fórum de gestão geral,
- Fórum de professores e tutores,
- Fórum de acompanhamento de tutoria e a coordenação geral acadêmica.

#### **Informações sobre o curso**

- Regimento interno do curso,
- Cronogramas

#### **Espaço de interação**

- Fórum de boas-vindas,
- Quadro de notícias,
- Memória fotográfica,
- Repositório.

#### **c) estrutura das disciplinas**

Logo abaixo deste espaço mais geral, iniciam-se as disciplinas do curso disponibilizadas em formato de tópicos. A estrutura de quase todas as disciplinas era igual (exceto TCCI e TCCII) e seguiu a seguinte organização:

- vídeo de apresentação da disciplina, trazia o objetivo principal da disciplina, sua organização e estrutura (unidades, conteúdos, atividades);
- boas-vindas ao curso, apresentava o objetivo principal da disciplina, sua organização e estrutura (unidades, conteúdos, atividades);
- uma barra de identificação que servia também para organização dos conteúdos e materiais. Na barra, se apresentava o código da disciplina, o nome da mesma, o nome de docentes.

Logo abaixo a barra organizadora, era inserido um texto construído pelo(a) professor(a) dando boas-vindas e apresentando o espaço. Esta ação é importante para pessoas que utilizam dos recursos de acessibilidade, pois, ajuda na utilização do recurso de leitura de tela.

Após o espaço anterior, vem a disponibilização dos materiais direcionadores da disciplina como:

- plano de disciplina;

- texto orientador ou Ebook;
- espaço de leitura (com os materiais básicos e complementares para leitura);
- uma página para multimídias (onde eram disponibilizados links de vídeos e outros).

Seguindo, encontra-se o Espaço de interação, que é composto de:

- Fórum tira-dúvidas,
- conversatório,
- Fórum do cafezinho.

Depois do espaço de interação, iniciam-se as unidades temáticas. Dentro das unidades temáticas foi disponibilizado um vídeo para cada unidade, onde se apresentava o objetivo de cada uma delas e suas atividades. Também dentro de cada unidade, eram inseridas as atividades e uma pasta de leitura complementar direcionada.

#### **d) os recursos e ferramentas (artefatos) utilizados na composição do curso**

Para atividades somativas:

- Fórum;
- Tarefa/Entrega de arquivo.

Para avaliações processuais:

- Para autoavaliação e avaliação da disciplina: pesquisas de avaliação (questionário);
- Chat;
- Diário.

As entregas das atividades na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I e II, foram as mais variadas. Estas disciplinas possuíram uma estrutura diferente, Sua estrutura incluiu o uso do Diário e Chat para que o espaço pudesse ser adaptado para um contato mais direto com a/o discente, possibilitando uma orientação próxima para a conclusão de curso.

Em seus materiais de estudo o curso teve uma grande variedade na oferta destes produtos ao combinar vídeos, áudios, apresentações de *power point*, textos, entre outros. No entanto, no que tange a atividades pontuadas (somativas) todas as disciplinas (exceto Trabalho de Conclusão de Curso I e II) apresentaram um modelo

fixo de entrega de arquivos de textos formais para atividades avaliativas e fóruns. Endereço do AVA: <https://www.moodle.ufba.br/>

### 5.8.3 Analisando o AVA: observações iniciais sobre o campo a partir do olhar dos PCT's

Ao iniciar esta pesquisa um dos primeiros documentos a ser analisado foi o Formulário que fornecia dados que apoiaram está pesquisa a traçar o perfil inicial dos PCT's. Mas, para além disso, no espaço reservado para observações identificou-se uma boa surpresa. Algumas alunas de povos indígenas e de terreiro, apontaram observações e sugestões que chamaram a atenção. Aqui, a pesquisa apresenta três destas observações, são elas:

Quadro 9 - Observações de alunas em documento do curso

Descrição	Observação
<b>Aluna 1</b>	É preciso desenvolver uma metodologia de ensino que atenda melhor as especificidades dos PCT's.
<b>Aluna 2</b>	Falta fazer ajustes metodológicos para que nossa realidade seja respeitada.
<b>Aluna 3</b>	Precisa mudar a didática para alcançar uma educação intercultural.

**Fonte:** Da autora, 2023.

A metodologia de ensino e a didática são duas áreas interligadas, mas distintas, no campo da educação. Enquanto a Metodologia de Ensino lida com detalhes práticos, como planejamento de aulas, escolha de recursos, design de atividades e estratégias para envolver os alunos, a Didática trata de conceitos mais amplos, como teorias de aprendizagem, abordagens pedagógicas, filosofias educacionais e análise crítica do processo educacional.

A proposta desta pesquisa não é se ater a questões teóricas e de discussão sobre especificamente cada uma destas temáticas. Assim, neste estudo a direção estará para a parte mais da prática metodológica, mas, sabendo que elas estão interligadas em todos os momentos, por isso buscou-se apresentar uma abordagem que ajude neste caminho.

## 5.9 ANALISANDO A USABILIDADE

Seguindo com a leitura dos dados coletados e destas observações, se identifica a necessidade deste estudo partindo dos próprios sujeitos de direito, que perceberam

que algo deveria ser ajustado. Mas, o que seria? Para entender um pouco mais sobre as observações acima, é importante trazer aqui as percepções das mesmas sobre o espaço virtual por meio da Análise do Discurso Coletivo realizada.

De acordo com o texto 02, do discurso do sujeito coletivo, o espaço virtual se apresentou com uma interface de fácil usabilidade, chegam a compará-la com a linha do tempo de algumas redes sociais de uso massivo entre as pessoas de todo mundo. Essa comparação é excelente pois, pode-se trabalhar dois conceitos importantíssimos, o da **usabilidade** e outro que a antecede, que é o do **hipertexto**. É por meio do hipertexto que se vivencia no meio digital a era da informação diversa, rápida e interconectada. Essa “linha do tempo” das redes sociais aqui trazida remete a um espaço, com fotos, vídeos, links, textos. O hipertexto é como uma enorme colcha colorida de fuxicos, onde as diferentes partes chamadas de “fuxico”<sup>26</sup> se ligam a outras para formar o todo. A palavra fuxico também remete a comunicação.

Segundo Daniella Silva (2022) esta arte tem início aqui no Brasil no período colonial, quando acessar tecidos era muito difícil pela população, em especial a população negra e indígena, diante do contexto histórico da época.

Assim, as mulheres se juntavam com pequenos retalhos que conseguiam recolher para costurar colchas para seu uso, e durante este demorado processo, conversavam sobre suas vivências e experiências, “fuxicavam” sobre a vida.

Como uma colcha de fuxico, o hipertexto conecta, costura informações diversas. E como um bom “fuxico”, ele possibilita o diálogo potencializado, que no caso do hipertexto, por estar no meio digital ele possui uma potência ainda maior por conta do aporte digital, de seu navegar no ciberespaço. Segundo Levy (2010) o hipertexto se conceitua como:

Tecnicamente, um hipertexto é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos, ou parte de gráficos, sequências sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como em uma corda com nós, mas, cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular. Navegar em um hipertexto significa, portanto, desenhar um percurso em uma rede que pode ser tão complicada quanto possível. Porque cada nó pode, por sua vez, conter uma rede inteira (Levy, 2010, p. 33).

---

<sup>26</sup> A palavra “**fuxico**” é de origem africana e significa “remendo”. Além deste significado ela possui outro relacionado a comunicação, a passagem de informações variadas entre as pessoas.

É a partir do hipertexto, essa colorida “colcha de fuxicos”, que se observou os processos de usabilidade. Esta, informa por meio de sua composição estética e de seus artefatos, se facilitam a leitura e navegação da cursista nos espaços virtuais de aprendizagem. Edméa Santos (2005), em sua tese de doutorado, apresenta 05 (cinco) características básicas definidas por Jacob Nielsen (1994) para uma boa usabilidade em projetos e interfaces em ambientes *on-line*. São elas:

1. **fácil acesso:** neste aspecto ela deve ser simples tanto no acesso quanto em sua composição e estrutura. Sem poluições visuais e sonoras;

2. **uso eficiente:** de forma que busque a otimizar e maximizar o tempo de interação no ambiente, a partir de uma condução clara e transparente e objetiva;

3. **memorizável:** criação de estratégias estéticas que facilitem a memorização. Uso de estratégias iconográficas. Padronização dos ícones das interfaces, cores dos elementos. É sugerido a troca de padrões em interfaces digitais de aprendizagem somente na mudança de módulos. A troca de padrões do ambiente deve ser feita com muita cautela pois, pode comprometer a interatividade;

4. **minimizadora de erros:** prever possíveis dificuldades de acesso e navegação é importante. Por isso, é de extrema relevância criar espaços que contenham tutoriais, Helps e outras estratégias que apoiem as cursistas no percurso;

5. **satisfaz o cliente:** criar interfaces que façam analogias ao perfil do público que está cursando, seja ele cognitivo e /ou cultural.

Faz-se importante prezar pelo equilíbrio ao se criar uma interface *on-line* de aprendizagem de forma a estas características não se cristalizarem como sendo padrões fixos a serem seguidos.

É importante retornar aqui ao ponto da comparação feita pelos PCT's, onde trouxeram a semelhança do espaço virtual do curso, a uma linha do tempo de uma rede social como o *Instagram* e o *Facebook*. Este momento se torna relevante pois, é aí que eles/elas apresentaram a visão inicial do acesso. No entanto, o AVA é composto por inúmeros recursos que acolhem informações de forma a organizar os conteúdos das disciplinas e não “poluir” está “linha do tempo”. Isso acaba por fazer com que no caminhar do texto da análise do discurso do sujeito coletivo se apresentasse algo que para alguns pode parecer díspare, mas, que é bastante compreensível, levando em consideração as características do ambiente virtual.

Trechos texto 02, do discurso do sujeito coletivo (disponível de forma completa no apêndice).

[...] foi uma experiência bacana, o ambiente virtual foi altamente facilitador no processo de formação, objetivo, de fácil acesso, muito bem organizado, linguagem simples e direta. Bem intuitivo, contribuiu para a minha permanência e conclusão do curso. A disposição das informações obedecia a uma organização que permitia navegar de forma intuitiva, como uma linha do tempo do Instagram ou Facebook. As notificações por e-mail facilitavam o cuidado com os prazos para postar as atividades e o acompanhamento das respostas dos demais cursistas. Não tive muitas dificuldades.

No início, ocorreram algumas dificuldades, pois o material era disponibilizado pela plataforma e eu tinha uma resistência a essa modalidade de ensino, nem sempre sabia os locais certos para postagem das atividades, precisava clicar em muitos links para conseguir. (Sujeito coletivo da pesquisa 02).

De acordo com o que foi trazido, de modo geral o processo organizacional e distribuição dos materiais não foi um processo limitador, ou que trouxesse dificuldades, pelo contrário, a maior parte dos sujeitos de direito conseguiam navegar de forma tranquila pela organização feita por tópicos pelo curso e a distribuição dos recursos e ferramentas eram bem visíveis e de fácil identificação por cada uma/um. Porém no decorrer do texto são trazidos dois pontos importantes no que tange as limitações e pontos para maiores reflexões, são eles:

- resistência a modalidade de ensino;
- excesso de atividades em algumas disciplinas.

Trecho texto 2, do discurso do sujeito coletivo

O acesso pelo *moodle* se mostrou sem grandes dificuldades, mas, o excesso de atividades em determinadas disciplinas pesou, um pouco o curso. Com alguns ajustes nas atividades e depois as participações nos fóruns contribuíram para o desenrolar do curso, pois facilitava acessar os professores. Acredito que o ambiente virtual precisa ser mais dinâmico, dar destaque as informações importantes para o curso e facilitar ainda mais a interlocução entre colegas, monitoria, professores e coordenação. E o portal poderia ter mais conteúdo, principalmente videoaula (Sujeito coletivo da pesquisa 02).

A fala dos PCT's seguem sugerindo caminhos para o espaço virtual ao trazerem os seguintes pontos:

- atividades que facilitem o acesso ao docente;
- ambiente mais dinâmico;
- destacar informações importantes;
- facilitação da interlocução entre todas as pessoas que estejam envolvidas no curso;
- uma quantidade maior de videoaula.

De forma a apresentar as contribuições trazidas, o texto 03, do discurso do sujeito coletivo, vem complementar a fim de afunilar a análise sobre o ambiente virtual ao passo que necessita identificar quais das ferramentas utilizadas para realização de tarefas possibilitou que cada um/cada uma pudesse se expressar enquanto PCT's e levasse em consideração a sua característica fundante que é a oralidade.

Trecho do texto 3, do discurso do sujeito coletivo.

As ferramentas são maravilhosas, eu adorei interagir nos fóruns, tudo era muito fácil de acessar. No entanto, não me recordo de ter sido utilizado o uso de gravação de áudio, mas somente de material escrito, subjetivos onde discutíamos sobre o assunto. Até certo ponto eu diria que deu, sim, pois havia a possibilidade de fazer registros usando a linguagem verbal e não verbal. Era um espaço que permitia realizar ótimas produções, através de apresentações de trabalho e diálogos interativos pena que o excesso de atividade e minha carga horária não colaboraram. Utilizamos a oralidade nas atividades presenciais (Sujeito coletivo da pesquisa 03).

As alunas ressaltam as limitações e as oportunidades de uso da linguagem não verbal identificadas durante a experiência. Embora não tenha sido explicitamente mencionado, é possível inferir a presença de meios de uso da oralidade em alguns contextos.

O sujeito coletivo menciona que a modalidade predominante nos fóruns *on-line* era a escrita, com os colegas criando textos longos. Isso sugere que a comunicação era principalmente textual. Além disso, o autor observa que não se recorda do uso de gravações de áudio, indicando uma falta de oportunidade para a expressão oral nesse contexto. Por outro lado, o uso de linguagem verbal e não verbal é apontada reconhecendo que, em certo ponto, havia a possibilidade de sua utilização, sugerindo que, mesmo dentro das limitações da plataforma, os participantes conseguiram explorar diferentes formas de expressão, ampliando a experiência de comunicação. No entanto, destaca o momento das atividades presenciais como sendo o espaço que ofereceu oportunidades para a comunicação oral.

O excesso de atividade e uma carga horária exaustiva para além do curso, não colaboraram plenamente para aproveitar as oportunidades de interação e produção oral. Isso ressalta a importância de considerar a gestão do tempo e o excesso de atividade como pontos que afetam a participação em ambientes de aprendizado. Em conclusão, se destacam as limitações, como a predominância da escrita, mas reconhece a presença da linguagem verbal e não verbal em certos momentos.

Percebe-se que no texto 3, do sujeito coletivo o respondente em dúvida sobre os caminhos de usabilidade do espaço virtual. E identifica alguma limitação em sua expressão como PCT's, no que tange a forma que foi construída a atividade, e não a ferramenta ou recurso utilizado. Logo em seguida, o texto informa que uma ferramenta possibilitava uma melhor forma de comunicar por meio da linguagem, fosse ela verbal ou não verbal.

O Fórum possibilita o uso de uma linguagem verbal e não verbal, ao passo que podem ser inseridos links e arquivos para enriquecer as contribuições nele feitas, no entanto, é um espaço que não se sugere o uso de textos longos, por ser um espaço que abriga inúmeras pessoas discutindo um determinado assunto, é importante que se busque textos coesos, curtos ou medianos para que a leitura ocorra de forma fácil e rápido.

A entrega de arquivo também possibilita a inserção de outros formatos de arquivos além de texto e para além disso é um espaço onde os textos podem ser longos. No entanto, nestes espaços não se caracterizam como espaço onde ocorram apresentações, ou diálogos interativos. Sendo possível somente em atividades síncronas e presenciais. Dessa forma, acredita-se que a estudante deva estar se dirigindo às atividades ocorridas presencialmente de forma bimestral, já que não ocorriam atividades que utilizassem webconferência ou videoconferência na estrutura das disciplinas. Estas ficavam sob responsabilidade de cada docente caso, desejasse ou fosse possível. Diante dos documentos analisados não se identificou atividades síncronas por meio de webconferências ou videoconferências.

Pontos importantes no que tange as limitações e pontos para maiores reflexões, são eles:

- atividades em sua maioria por meio escrito;
- textos longos no fórum;
- maior ação da mediação nos fóruns por parte das pessoas responsáveis.

Sugerem caminhos para o espaço virtual ao trazerem os seguintes pontos:

- Atividades, a possibilidade da utilização de áudio.

No que se refere as ferramentas utilizadas, foram consideradas de fácil uso e que até certo ponto, sim, elas podem ser utilizadas pelos PCT's de forma a levarem em consideração suas características fundantes e suas demandas. O mesmo vale para a parte estética do espaço virtual quando falam "*Senti minha comunidade de terreiro presente o tempo inteiro*" (texto 04, do discurso do sujeito coletivo). No entanto, é possível perceber que os espaços/momentos do curso onde se sentiram mais representadas no que tange a sua totalidade enquanto PCT's foram nos seguintes momentos/espços:

Trechos do Texto 5, do discurso do sujeito coletivo

No que tange as atividades, as presenciais eram dinâmicas e proporcionavam momentos em que os PCT podiam trazer seus signos e abordar cada particularidade nas atividades. Destaco que os encontros presenciais eram momentos muito ricos de aprendizagens. E foi na elaboração do TCC e nos encontros presenciais que me senti mais contemplado em me expressar enquanto Povo Tradicional (Sujeito coletivo da pesquisa 05).

E segue sua fala se direcionando ao espaço virtual, apontando:

Os vídeos partilhados onde membros dos PCTs se pronunciavam foram importantes, e o material didático foi muito interessante...faltou a voz dos povos de direito ensinando como se faz direito ou conquista espaços de direito (Sujeito coletivo da pesquisa 05).

## 5.10 A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA

Inúmeras vezes em trechos diferentes da análise do sujeito coletivo vamos perceber referências ao encontro presencial e sua importância enquanto espaço de encontro e expressão de suas tradições, sua cultura. Vale ressaltar que neste curso não houve momentos síncronos *on-line*, com exceção da aula inaugural. Isso fez com que o espaço presencial fosse um dos poucos espaços que proporcionavam uma proximidade maior entre as pessoas, em tempo real e com realidade de uso dos cinco sentidos, construindo momentos de que apresentassem um sentido maior para as cursistas.

Há de se levar em consideração a relevância do encontro presencial para os cursos *on-line*, quando se direcionam para PCT's, isso se torna algo imprescindível.

Pois, eles vivem a “palavramundo”. A dialogicidade é vivência, existência, interação, intervenção, diálogo crítico, é dialogar com o mundo plural.

Deve-se levar em conta a partir disso, a importância de recursos que apresentem uma maior interatividade, que apresentem um “corpo” a essa interação. Segundo Levy (1999, p. 79) a interatividade de modo geral apresenta a participação ativa da beneficiária de uma transação de informação. Levy (1999, p.74 a p.82), atribui a interatividade alguns graus, que ele chama de:

- **personalização:** se configura como a apropriação e personalização da mensagem recebida;
- **reciprocidade:** é quando ocorre a interação, um a um ou todos-todos;
- **virtualidade:** é o cálculo da mensagem em tempo real em função de um modelo e de dados de entrada;
- **implicação:** imagens dos participantes na mensagem. Está relacionado ao 4º sentido virtual, onde um “explorador” pode controlar um representante de si mesmo. Como exemplo trago os jogos de videogame e seu uso de avatares;
- **telepresença:** permite que pessoas conversem em tempo de forma “corporificada”, seja somente me voz ou com voz e imagem em tempo real.

Quadro 10 - Os diferentes tipos de interatividade

Relação com a mensagem	Mensagem linear não-alterável em tempo real	Interrupção e reorientação do fluxo informacional em tempo real	Implicação do participante na mensagem
Dispositivo de comunicação			
<b>Difusão unilateral</b>	Imprensa Rádio Televisão Cinema	- Banco de dados multimodais; Hiperdocumentos fixos; Simulações sem imersão nem possibilidade de modificar o modelo.	- Videogames com um só participante; Simulações com imersão (simulador de vôo) sem modificação possível do modelo.
<b>Diálogo, reciprocidade</b>	Correspondência postal entre duas pessoas.	- Telefone; - Videogame.	Diálogos através de mundos virtuais, cibersexo.
<b>Diálogo entre vários participantes</b>	- Rede de correspondência; - Sistema de publicação em uma comunidade de pesquisa; - Correio eletrônico; Conferências eletrônicas.	- teleconferência ou videoconferência com vários participantes; - Hiperdocumentos abertos acessíveis <i>on-line</i> , frutos da escrita/leitura de uma comunidade; Simulações (com possibilidade de atuar	- RPG multiusuário no ciberespaço; - Videogame em “realidade virtual” com vários participantes - Comunicação em mundos virtuais, negociação contínua dos participantes sobre suas imagens e

		sobre o modelo) como de suporte de debates de uma comunidade.	as imagens de sua situação comum.
--	--	---	-----------------------------------

Fonte: Levy (1999, p. 83).

Levy (1999) apresenta variadas formas de ocorrência da interatividade a partir de diversas tecnologias e cada uma delas com sua característica e seus graus de alcance da interação. Há de se estar atenta que no caso do que foi trazido pelos PCT's, se vê como necessidade uma corporificação dessa interatividade, não tendo obrigatoriamente a necessidade da imagem desse corpo aparente visualmente falando, mas, a presença em tempo real por meio da voz, traz uma dimensão afetiva para a ação comunicativa. No entanto, não basta a tecnologia, se não há um sentido, um contexto, um espaço seguro de acolhimento, partilha, interação e cooperação nas ações.

#### 5.11 COMPONDO UM CURSO *ON-LINE* PARA PCT'S: PRIMEIROS PASSOS

Os alunos e alunas do curso de pós graduação Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais apresentaram em suas críticas e sugestões caminhos para um uso que esteja mais próximo de sua realidade e necessidades. E estes caminhos perpassam pelos seguintes passos:

a) **quanto a distribuição equilibrada de carga-horária:** é de grande importância ao se pensar a construção do curso na modalidade *on-line* para PCT's, que se considere na construção do plano de curso e de disciplina uma distribuição equilibrada da carga horária de oferta de conteúdo e atividades avaliativas ou não. Há de se levar em consideração que esta pessoa pode não ter acesso diário a rede de internet banda larga e em alguns casos pode dividir o computador com a comunidade a qual pertence. E encontram como estratégias fazer o *download* do material para estudo;

b) **quanto as peças gráficas:** de acordo com o que foi posto e de extrema relevância que o espaço virtual apresente traços da identidade do curso a ser proposto e do público que está sendo ofertado o curso. No que tange o PCT, trazem grande relevância verem no espaço virtual símbolos de sua cultura e tradição comunicando junto ao curso;

c) **design educacional**: o espaço virtual deve ser construído obedecendo as recomendações apresentadas de características de usabilidade, onde deve-se ter atenção primeiramente ao objetivo do curso e seu público, no que tange não somente a cognição, mas, a sua cultura, seja ela de forma macro ou micro.

Quanto a poluição visual e sonora, e deve ser um espaço “*clean*” e de fácil acesso. Importante estar atenta a capacidade de interação e recursos que atendam aos seus diferentes graus e níveis. Seu uso deve ser objetivo e eficiente e os possíveis erros que possam vir a ocorrer no seu uso, deve ser minimizado com a construção de documentos orientadores.

Construir um modelo de estrutura a ser seguido durante o curso é importante para que o espaço se torne um ambiente onde a cursista, com o passar do tempo, se sinta ambientada, adaptada, percorrendo o espaço sem muitas dificuldades. Para isso, deve-se trabalhar nas peças gráficas de forma conjunta com as decisões relacionadas ao objetivo do curso, seu público e sua estrutura organizacional, criando imagens e se utilizando de cores e uma estética que tenha como um dos seus caminhos também a memorização deste espaço. Quanto aos artefatos no espaço virtual, é fundamental que os recursos, ferramentas e atividades possam alcançar a realidade de seu público.

A utilização dos artefatos acima deve obedecer a alguns cuidados, como:

**a) Fórum:**

- deve ter um objetivo claro de uso;
- deve ter um enunciado objetivo;
- deve ser convidativo para o uso de variadas linguagens (poética, cordel, imagens, arquivos de áudio, de imagem e outros);
- necessita de acompanhamento contínuo por parte do tutor(a) e/ou da/do docente;
- suas participantes devem evitar textos longos.

O Fórum é um dos artefatos que ao ser definido para uso em um curso deve ter um acompanhamento que apresente proximidade e presença na atuação da tutoria e docência.

**b) entrega de arquivo**: esta pesquisa sinaliza como ponto relevante na construção de qualquer atividade, que em algumas situações o problema não é o artefato utilizado, mas, a construção do seu enunciado, o objetivo da atividade. Desta

forma, para que a atividade alcance o seu objetivo com o público PCT, além de estar atenta a este ponto, abra um leque de possibilidades para a entrega dessa atividade no que tange as linguagens e recursos a serem utilizados. Porque sua atividade não pode utilizar uma linguagem oral e coloquial em alguns momentos? Por que a necessidade de seguir um roteiro de entrega fixo em textos acadêmicos? Abra espaço para entrega em formato de vídeos, áudios, textos onde a aluna possa escolher qual o gênero linguístico poderá utilizar. É importante lembrar que para isso deve-se apresentar caminhos para essa construção;

**c) vídeos:** são recursos importantes em um espaço virtual, pois introduz cursos e disciplinas, direciona as discentes em seu caminhar no curso, desenvolve conceitos importantes e os contextualiza. Em síntese, ele pode ser utilizado para objetivos variados. De acordo com a ótica dos PCT's, a videoaula deve ser um caminho de trabalho em ambientes virtuais que atendam a suas necessidades. No entanto, sinalizam a importância de ver pessoas de comunidades tradicionais também presentes nestes espaços ou que, ao se construir, possam ser trazidas linguagens mais próximas as suas realidades.

**d) áudios:** podem ser excelentes ferramentas de diálogos efetivos, visto que a língua falada traz mais expressividade do que a escrita, como já foi trazido por elas e eles. Sendo assim, buscar o uso de *podcasts*, e de seu uso associado a alguma ferramenta na construção de uma atividade (fórum, entrega de arquivo ou tarefa) pode trazer uma maior participação, interatividade, cooperação, co-criação.

**e) webconferência:** este recurso foi identificado pelos PCT's como importante para utilização em espaços virtuais de aprendizagem. No entanto, pensado nas particularidades trazidas, deve ser utilizado tendo cuidados quanto ao agendamento com bastante antecedência, para que as cursistas possam se organizar quanto ao acesso às TIC's, e acesso a conexão de internet estável que possibilite um momento de reunião tranquilo. É importante também pensar na usabilidade do/da cursista ao espaço virtual que ocorrerá o encontro ou reunião. Sugere-se criar documentos orientadores para o uso.

**d) encontros presenciais:** os encontros presenciais se mostraram como sendo um espaço de potência afetiva, efetiva e de conhecimentos para os PCT's. Nestes espaços de identificação étnica, racial e cultural, se sentiram seguras e acolhidas. Se construiu um espaço de trocas, partilhas, cooperação e co-criação. Estes encontros não devem ocorrer em espaços de tempo muito longos de um para o

outro (os encontros presenciais no curso pesquisado tinham uma periodicidade bimestral).

## 6 CONCLUSÃO

O processo de aprendizagem de povos e comunidades tradicionais perpassam por processos de leitura e interpretação de mundo. E nos espaços virtuais de aprendizagem isso deve ser encarado com uma maior atenção. Quanto as particularidades identificadas além dos processos de leitura de mundo própria, é o respeito à memória e à cultura de seus povos e comunidades. Desta forma, o espaço virtual deve conter imagens, símbolos, materiais educacionais, recursos e ferramentas que propiciem um processo comunicativo que gere identificação, sentido e espaços interativos próximos proporcionando um ambiente acolhedor e equânime.

Uma abordagem dialógica de proximidade, despida de etnocentrismo, e eurocentrismo e de toda forma de preconceito são necessárias para a composição deste espaço. Deste modo, recursos que propiciam a construção de diálogos críticos e que possibilitem o uso de inúmeras formas de comunicação são bem-vindos.

Os momentos de construção e apresentação do trabalho de conclusão de curso e os encontros presenciais foram identificados como espaços onde verdadeiramente se expressaram enquanto PCT, pois, nestes momentos, eles e elas se sentiram em liberdade quanto ao formato de sua fala e produções. Neste espaço foi possível trabalhar uma interação mais próxima.

Assim, são sugeridos para uma composição de ambiente virtual para PCT's o uso de recursos e ferramentas que possibilitem atividades síncronas, sejam elas individuais ou em grupo. Aquelas que possibilitem o uso da oralidade por meio de áudios, vídeos e de uma linguagem que se aproxime do que é trazido como coloquial em alguns momentos, levando em consideração a realidade apresentada. Não se esquecendo da inclusão de povos tradicionais sendo representados também enquanto pensamento epistêmico e como protagonistas em vídeos, artigos, documentos, áudios e etc.

Os espaços virtuais de ensino e aprendizagem devem se apoiar nas leis que exigem que o conhecimento tradicional deve dialogar com o acadêmico e se basear em suas vivências, realidades e especificidades. Para isso, deve se entender o que é ser PCT sob a cosmovisão de PCT's, que é o da coletividade, não um coletivo do tempo presente. Mas, um coletivo que está para além do espaço tempo, onde o futuro é ancestral, se tornando presente em conjunto com um todo, sejam eles identitários,

de memória, da tradição, da espiritualidade, do território e da oralidade como vetor de memória. E não se esgota aqui.

Alinhar tudo isso à reflexão de tecnologia a partir de uma ótica da tradição, nessa grande colcha de fuxicos ancestrais, é dizer que o seu uso perpassa pela luta do território, denúncia, publicização de ações, atividades burocráticas/administrativas, acesso à saúde, educação, e manutenção da cultura<sup>27</sup>.

O texto está chegando ao seu final, no entanto, muitas questões seguirão para que se construam caminhos de respostas. E, outras deixaram pistas pelo caminho onde foi possível desenhar uma trilha de reflexão crítica para resposta. E uma destas questões se refere ao acesso dos povos tradicionais ao ensino superior na modalidade de educação a distância. Apesar da EaD em ambientes virtuais possibilitar o alcance em áreas geográficas longínquas, ainda se esbarra no acesso à internet banda larga, o acesso a computadores, condições equitativas de permanência no processo de aprendizagem nas instituições de ensino superior.

Identificou-se que mesmo com as leis de ações afirmativas o ingresso de negros ainda segue para um caminho de equidade e o de indígenas é mínimo. Assim, faz-se de grande importância políticas públicas de acesso que aumentem estes índices no ensino superior EaD, espaço que viabiliza uma maior democratização do ensino.

É de grande relevância que seja inserida a categoria identidade tradicional nas pesquisas para um melhor acompanhamento do acesso e permanência do povo tradicional ao ensino superior na EaD. É nítida a falta de leis que apoiem o acesso de povos e comunidades tradicionais, apesar de algumas pontuadas neste trabalho, é importante saber o que realmente está funcionando ativamente no que tange a EaD em ambientes *on-line*. Fica a sugestão para futuros estudos.

Os pontos acima são de profunda importância para que se possa pensar o ensino superior EaD mais equitativo, e conseqüentemente, espaços virtuais de aprendizagem mais inclusivos do ponto de vista cultural, social, econômico e pedagógico. E para isso é importante conhecer o perfil do público atendido. Foi

---

<sup>27</sup> Quanto ao uso das tecnologias de informação e comunicação para manutenção da cultura, aponta-se como um ponto de reflexão e caminho para futuras pesquisas sobre o uso das redes sociais e seus limites no que diz respeito a manutenção ou distorção do sagrado, sempre sob a ótica dos povos tradicionais.

possível identificar que no curso Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais, grande parte de suas cursistas PCT's, eram pertencentes aos povos e comunidades de terreiro, seguidas de indígenas e quilombolas. Possuíam uma renda de até três salários mínimos e utilizavam o transporte terrestre para locomoção.

Um aspecto crucial abordado, ao analisar os perfis e considerar as dimensões estabelecidas, foi a identificação do dispositivo mais prevalente entre as participantes, que se revelou ser o smartphone. Embora o uso de computadores não tenha uma taxa de utilização muito baixa, ele fica significativamente atrás quando comparado ao uso de smartphones. É importante destacar que essa discrepância provavelmente esteja relacionada à situação do Brasil no que tange ao acesso a computadores e à internet, mas, não se pode esquecer que os celulares smartphones vem se tornando uma ferramenta que pode ser bem utilizada no processo de ensino e aprendizagem.

Apesar do amplo acesso à banda larga, é importante notar que muitas pessoas ainda dependem de redes de dados para se conectar à internet, e há ainda aquelas que não têm acesso à internet em suas residências.

Os pontos trazidos acima vão se refletir nos níveis de conhecimento para o uso dos equipamentos, pois, se você não possui acesso a um determinado equipamento, isso interfere no seu uso. O acesso a computadores, internet e outros equipamentos para acesso a espaços virtuais de aprendizagem representam uma limitação para povos tradicionais, sendo necessário a existência de ações mais efetivas que auxiliem nesta mudança.

Um outro ponto a se ter atenção é o espaço do Polo para atividades presenciais e apoio a cursista. É importante que seja um espaço de fácil acesso e que possua uma estrutura que possa acomodar alunas em atividades presenciais, sejam individuais e em grupos, uma biblioteca diversa, acesso à internet, cotas para impressão de materiais de estudo, uma estrutura para webconferências e até mesmo uma forma de contactar por telefone a unidade onde está alocada seu curso. Um espaço para que as alunas possam se alimentar, também é de grande importância, principalmente para cursos que organizam suas atividades presenciais em período integral.

Apesar da realidade apresentada acima sobre o acesso a equipamentos e internet, o espaço virtual pela ótica dos PCT's não trouxe muitas dificuldades no seu uso. E de acordo com as alunas e alunos do curso, o ambiente virtual foi percebido como um espaço onde se reconheciam através de símbolos e a partir do protagonismo

de lideranças de seus povos, em espaços de fala em determinados vídeos. Porém, o maior espaço de reconhecimento entre pares e de proximidade, foi o ambiente presencial. Neste espaço podiam se ver e se reconhecer enquanto “corpos pretos” de variadas etnias e povos tradicionais. Neste significativo espaço de troca, se (re) significavam. Deve-se lembrar que o curso não possuía atividades síncronas com áudio e vídeo em seu espaço virtual. Assim, pensar em espaços que contem com essa corporificação do ser, são de extrema importância no que tange a construção de ambientes virtuais para PCT’s.

Quanto a relação do AVA e a uma composição de artefatos que levem em consideração as particularidades dos povos e comunidades tradicionais, pode-se dizer que o AVA (moodle UFBA), possui uma ampla quantidade de ferramentas e recursos que corroboram com uma aprendizagem que podem levar em consideração as características dos PCT’s, mas, há de se estar atenta (o) a uma construção cuidadosa da atividade no que tange ao objetivo que o conteúdo solicita daquela discente, qual a melhor ferramenta, recurso a ser utilizado que atenda a este objetivo, e que possa estar acolhendo o perfil do público atendido, levando em consideração os graus de interatividade e modelos e formatos de atividades que gerem proximidade.

De acordo com este estudo há de se estar atenta (o) à proximidade, interatividade, acolhimento, prazos para entrega de atividades que sejam condizentes com a realidade de PCT’s, e uma maior liberdade para entrega nos formatos das atividades. Quanto aos formatos de entrega, é importante se pensar em variados formatos (vídeos, áudios, textos) e gêneros textuais, dando liberdade para construção de conhecimento por meio de variados caminhos.

Uma dialogicidade para a liberdade, é o que desejo para a educação *on-line* para PCT’s. A liberdade aqui é cunhada a partir do pensamento político. É fundamental considerar as palavras de Jaime Cupertino, que destacou a complexidade desse conceito. Ao refletir sobre a política pública, Cupertino enfatizou a importância da territorialidade, da saúde e da educação, bem como a necessidade de serem compreendidos em suas particularidades. Seu Jaime, ressalta a seriedade que é a liberdade e o quanto ela é urgente, já que observou que, em muitos contextos, a realização plena da liberdade ainda é um desafio em nosso país, estados e comunidades. Neste sentido, suas palavras servem como um lembrete contundente de que as políticas públicas desempenham um papel central na busca pelo bem-estar, equidade e liberdade em nossa sociedade.

Identificou-se durante a construção deste trabalho e em seus resultados de campo, uma abordagem a qual deu-se o nome de educação *on-line* para dialogicidade. A educação online para dialogicidade se apresenta a partir dos resultados como uma abordagem educacional que busca reconhecer a importância do diálogo, da interação e da participação ativa das alunas e alunos no ambiente virtual de aprendizagem. Enfatizando a vivência de modo amplo, incluindo seus múltiplos modos de viver a palavravmundo, existência e intervenção destas e destes, buscando a promoção de um diálogo crítico com o mundo plural que os rodeia, incluindo o ciberespaço. Baseada nas ideias de Paulo Freire (1981; 1996; 2020), Bell Hooks (2017) e Jaime Cupertino (Terras [...], 2021), vem no sentido de valorizar a comunicação com o mundo a partir de uma perspectiva espiritual, flexível, expressiva, de liberdade, acolhimento, bem estar que vai além do texto escrito, levando em consideração a relação do individual e do coletivo.

Essa abordagem considera a educação online como parte da cibercultura, reconhecendo que as plataformas virtuais de ensino são formadas por relações sociais complexas e estão em constante evolução, oferecendo novas formas de aprendizagem a distância. No entanto, precisa se basear no processo da dialogicidade, envolvendo a integração de elementos como interatividade e seus variados graus, participação, intervenção, cooperação e com uma boa usabilidade para criar um ambiente de aprendizagem objetivo, rico e significativo, ou se cairá em um espaço meramente instrucional de entrega de material e busca de resultados e não um espaço em que se busque uma aprendizagem efetiva e crítica.

Em resumo, a educação online para dialogicidade coloca o diálogo crítico, a interação ativa, a proximidade e a participação dos alunos e alunas no centro do processo da aprendizagem online, seguindo os princípios de Paulo Freire (1981; 1996; 2020), Bell Hooks (2017) e lembrando sempre de Jaime Cupertino que representa em suas falas no longa “Terras que libertam” as falas do coletivo, de um povo, *alafiando* com as trazidas aqui, no que tange o uso das tecnologias e das TIC’s. Seu Jaime, em sua concepção sobre liberdade, que é aquela que perpassa pela exigência de que direitos como saúde e educação cheguem as comunidades tradicionais, pois, como ele bem disse “[...]em nossas comunidades a liberdade precisa chegar”.

Essa educação *on-line* para dialogicidade, deve estar presente na metodologia e didática, na construção e composição dos espaços virtuais para povos e

comunidades tradicionais. Pois, sem estar atenta aos elementos abordados, de nada adianta uma boa composição de artefatos.

Ainda de acordo com os resultados da pesquisa, verificou-se que a composição de artefatos identificadas pelas discentes pesquisadas, como sendo as que dão possibilidade das pessoas PCT's terem uma maior liberdade de apresentar suas particularidades e a característica da oralidade, são: o **Fórum**, onde há a possibilidade de um diálogo com outras pessoas, utilizando características da oralidade, e onde pode-se trabalhar com uma diversidade de arquivos no corpo do fórum; a **entrega de atividades em arquivos**, que pode possibilitar uma entrega de vídeos, áudios, textos, mas, que depende da construção do enunciado e objetivo da atividade direcionar o seu uso; **vídeos e áudios** pois, corporifica a voz mesmo que de modo assíncrono, onde a voz, a imagem e seus movimentos estão presentes; a **webconferência**, que está além das possibilidades que a anterior traz, pois, esta ocorre de modo síncrono e acolhe outros elementos como chats, emoticons, e a própria possibilidade de diálogo mais próximo e presente.

Levando em consideração o que este trabalho aponta e como as pessoas PCT's apresentaram e refletiram o caminho, o espaço virtual do curso Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais, ocorrido no ano de 2017-2018, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, atendeu parcialmente suas particularidades. Atendeu quanto ao se reconhecerem em símbolos e figuras, e nas atividades presenciais que ocorriam de forma bimestral, onde encontravam um ambiente seguro, confortável para se expressarem livremente enquanto PCT's. Atendeu parcialmente quanto aos vídeos, construindo um deles com PCT's enquanto protagonistas em suas falas.

No entanto, suas falas enquanto coletivo se direcionavam, pelo desejo da proximidade, interação, corporificação da voz, mediação mais presente no AVA e uso maior da oralidade. Além de um equilíbrio maior na carga horária e as ações de ensino e aprendizagem, de modo a levar em consideração suas realidades. Sendo assim, nestes pontos não atendeu.

No que tange a composição do espaço, apesar de utilizarem o Fórum e o espaço de entrega de arquivo, suas atividades em grande parte das disciplinas focavam em entrega de arquivos de textos, sem muita flexibilidade. E quanto ao Fórum, poderiam ser acompanhados com uma maior presença e constância de forma a mediar o seu processo de construção dialógica até o seu fechamento, para que não

se caísse em um espaço de entrega de atividades e textos longos que não contemplam objetivo da ferramenta.

Quanto a usabilidade, a composição do curso atendeu as características apresentadas por Jacob Nielsen (1994), que seriam: fácil acesso, memorizável, uso eficiente, minimizadora de erros e satisfação do cliente. Deixando a necessidade de uma maior atenção no que tange a poluição visual.

Quanto a interação o curso atendeu alguns níveis da interatividade, como: o de personalização, reciprocidade e virtualidade, no entanto, os PCT's apresentam como importante o grau de telepresença, onde se corporifica a oralidade em tempo real. No entanto, o curso não tinha acesso a este recurso durante o andamento.

Conclui-se diante do que foi trazido que o curso atendeu parcialmente a uma EaD para povos e comunidades, no que tange a composição dos seus artefatos, no entanto, é nítido que não basta uma boa composição de artefatos sem que haja uma abordagem pedagógica condizente com o curso e o público atendido, e um bom processo de acompanhamento pedagógico e mediação no espaço virtual. Um acompanhamento que apresente presença, proximidade e acolha a diversidade.

Este estudo não teve a pretensão de dar respostas prontas, mas, suscitar a necessidade de mais estudos sobre EaD *on-line* como fenômeno da cibercultura, povos tradicionais e tudo que se entrecruza nesta encruzilhada de saberes. E, por meio de seus resultados, oferece uma contribuição inicial para a continuação dos estudos.

## REFERÊNCIAS

AS GERAÇÕES da educação a distância (EaD). 13 fev. 2022. Disponível em: <https://estudandoapedagogia.blogspot.com/>. Acesso em: 4 set. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Censo EAD.BR 2019-2020: **relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil**. Curitiba: InterSaber, 2021. Disponível em: [https://abed.org.br/arquivos/CENSO\\_EAD\\_2019\\_PORTUGUES.pdf](https://abed.org.br/arquivos/CENSO_EAD_2019_PORTUGUES.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 9 out. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) Acesso em: 3 nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da educação superior 2020**: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP/MEC, 2022. 37p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório das diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar indígena**. Brasília, DF: Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação, 2012a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório das diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola**. Brasília, DF: Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação, 2012b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de orientações para a promoção do acesso de povos indígenas de recente contato a processos educacionais**. Brasília, DF: Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 11 de março de 2016**. Estabelece diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de

educação superior na modalidade a distância. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2016-pdf/35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf/file>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNB/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999**. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Brasília: CNE, 1999. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category\\_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 set. 2023.

BRESSAN, Flávio. O método estudo de caso e seu uso em administração. **Administração U**: Revista eletrônica da FECAP, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./mar. 2000.

BURNHAM, Teresinha Fróes; PINHEIRO, Marcus Túlio; SANCHES, Marise Oliveira. Ambientes virtuais de aprendizagem como uma entidade complexa. **Revista Poiesis**. Tubarão, v. 5, n. 9, p. 154- 172, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/969/848>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BUSARELLO, Raul Inácio; BIEGING, Patrícia; ULBRICHT, Vania Ribas (orgs.). **Sobre educação e tecnologia**: conceitos e aprendizagem. São Paulo: Pimenta Cultural, 2015.

CARBONARI, Paulo César. Sujeitos e Direitos Humanos: questões abertas e em construção. In: GODOY, Rosa Maria *et tal* (org.). **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2010. p. 169-186.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CONFORTO, E. C.; AMARAL, D. C.; SILVA, S. L. BRESSAN, Flavio. O método do estudo de caso e seu uso na administração. **Administração**: Ensino e Pesquisa (RAEP), Salvador, v. 5, n. 1, p. 24-40, jan./mar. 2004.

ESPINO RELUCÉ, Gonzalo. **Literatura oral, literatura de tradición oral**. 3. ed. Lima: Pakarina Ediciones, 2015.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 75. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREITAS, R. S.; JABBOUR, J. C. Utilizando o estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Revista Estudo e Debate**, Lajedo, v. 18, n. 2, p. 7-22, 2011.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Educação escolar indígena**. Brasília, DF: Fundação Nacional dos Povos Indígenas, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/cidadania/educacao-escolar-indigena>. Acesso em: 10 set. 2023.

GIL, José Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas; 2002.

GOELLNER, Silvano Vilodre *et.al.* Pesquisa qualitativa na educação física brasileira: marco teórico e modos de usos. **Revista Educação Física**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 381-410, 3. trim. 2010.

HAMPÂTÉ-BÂ, Amadou. A tradição viva. *In*: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História geral da África**. Tradução Beatriz Turquettju *et al.* São Paulo: Ática, 1982. cap. 8, p. 167-212.

HISTÓRIA do bairro Beirú/Tancredo Neves. 01 jun. 2021. Disponível em: <https://memoriasdeumacultura.blogspot.com/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

HISTÓRIA do Beirú. *Jornal do Beiru*. 27 out. 2007. Disponível em: <https://jornaldobeiru.wordpress.com/2007/10/27/historia-do-beiru/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. 283p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais na visão de seus membros**: relatório de pesquisa. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: [https://ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/relatoriosconselhos/120409\\_relatorio\\_co\\_munidades\\_tradicionais.pdf](https://ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/relatoriosconselhos/120409_relatorio_co_munidades_tradicionais.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

JACOBO, Zardel. Reflexiones sobre educación inclusiva en tiempos de pandemia: perspectivas académicas latinoamericanas. *In*: GARCÉS, Nelson Araneda; DÍAZ, Joel Parra (orgs.). **Educación e inclusión en pandemia**: repensando la educación en medio de la crisis. La Serena, Chile: Nueva Mirad, 2020. p. 135-153.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. 8. ed.

Campinas, SP: Papirus, 2012.141p.

LEFREVE, Fernando; LEFREVE, Ana Maria C. O sujeito que fala. **Revista Interface: Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 10, n. 20, p. 517-524, jul./dez. 2006.

LEFREVE, Fernando; LEFREVE, Ana Maria C.; MARQUES, Maria Cristina da Costa **Discurso do Sujeito Coletivo: complexidade e auto-organização**. Revista Ciências e saúde, 2009.

LENCASTRE, José Alberto; ARAUJO, Maria José. **Educação on-line: uma introdução**. 2008. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/15568/2/83534.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2017.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA JUNIOR, Arnaud Soares de. **As interpretações da tecnologia na contemporaneidade: por uma tecnogênese dos processos tecnológicos**. [2011]. Disponível em: <https://docplayer.com.br/49677954-As-interpretacoes-da-tecnologia-na-contemporaneidade-por-uma-tecnogenese-dos-processos-tecnologicos.html>. Acesso em: 17 nov. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MIRANDA, Luzineide Miranda. **#soudoaxe: redes educativas e o ciberativismo da juventude de terreiro da nação Ijexá**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MOURA, Ricardo D. Múltiplos saberes da diversidade em rede: conexões interculturais no debate da inclusão digital. **Revista Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 5 n. 2, p. 62-72, jan./jun. 2012.

NIELSEN, J. **Usability inspection methods**. New York: John Wiley & Sons, 1994.

PASSOS, Marize Lyra Silva. **Educação a distância no Brasil: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e Rede e-Tec Brasil**. Vitória, ES: Ed. do autor, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/324136558\\_EDUCACAO\\_A\\_DISTANCIA\\_NO\\_BRASIL\\_breve\\_historico\\_e\\_contribuicoes\\_da\\_Universidade\\_Aberta\\_do\\_Brasil\\_e\\_Rede\\_e-Tec\\_Brasil](https://www.researchgate.net/publication/324136558_EDUCACAO_A_DISTANCIA_NO_BRASIL_breve_historico_e_contribuicoes_da_Universidade_Aberta_do_Brasil_e_Rede_e-Tec_Brasil). Acesso em: 18 nov. 2023.

PINHEIRO, Marcus Túlio de Freitas; SALES, Kathia Marise Borges. A autonomia tecnológica nos processos de formação: oferta curricular semi-presencial em cursos presenciais de graduação. **Poiésis**, Tubarão, v. 5, n. 9, p. 34-50, jan./jun. 2012.

RICARDO, S. Jaison. **O impacto da nova regulamentação da EaD para as instituições de educação superior**. EaD UFBA em Revista, n. 2, 2017.

ROCHA, Júlio César de Sá; SERRA, Ordep José Trindade; SANTANA FILHO, Diosmar Marcelino de. **Relatório do I Congresso Internacional de Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Salvador: UFBA, 2012.

ROCHA, Maria do Carmo Suzart; RANGEL, Marcia Tereza Rebouças; SOUZA, Lanara Guimarães. **Introdução a educação a distância**. Salvador: UFBA, Superintendência de Educação à Distância, 2017.

SANTOS, Edmêa Oliveira dos. **Educação on-line: cibercultura e pesquisa-formação na prática docente**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SANTOS, Edmêa Oliveira dos. Educação on-line para além da EaD: um fenômeno da cibercultura. *In: ACTAS do X Congresso Galego-Português de Psicopedagogia*. Braga: Universidade do Minho, 2009. p. 5658-5671. Disponível em: <https://docplayer.com.br/37787-Educacao-online-para-alem-da-ead-um-fenomeno-da-cibercultura-edmea-santos-uerj.html>. Acesso em: 17 nov. 2023.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Revista ANDES-SN**, jan. 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/biblioteca/Desktop/8-saviani-falacia-ensino-remoto.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2023.

SEAD: histórico. [200-]. Disponível em: <https://sead.ufba.br/historico>. Acesso em: 19 maio 2022.

SILVA, Andreza Regina Lopes da; SPANHOL, Fernando José. **Gestão educacional para gestão de mídias do conhecimento**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2019.

SILVA, Daniela Barros Pontes e; FLORENCIO, Saulo Pequeno Nogueira; PEDERIVA, Patricia Lima Martins. **Educação na tradição oral de matriz africana: a constituição humana pela transmissão oral de saberes tradicionais: um estudo histórico-cultural**. Curitiba: Appris, 2019.

SILVA, Daniela Barros Pontes e; FLORENCIO, Saulo Pequeno Nogueira; PEDERIVA, Patricia Lima Martins. Educação pela tradição oral de matriz africana no Brasil: ancestralidade, resistência e constituição humana. **Revista Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 91, jul. 2018.

SILVA, Daniella Lima. **Fuxico: uma costura ancestral em diálogo com a Abayomi**. 2022. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1NPrAW1grVeKwF8xxnaHEmxS\\_8OWhzSkn/view](https://drive.google.com/file/d/1NPrAW1grVeKwF8xxnaHEmxS_8OWhzSkn/view). Acesso em: 2 set. 2023.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **O ensino remoto e o desmonte do trabalho docente**. Brasília: ANDES, 2020. 54p. (Projeto do capital para a educação, v. 4). Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/setembro/cartilha%20ensino%20remoto.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

SOUZA, Sofia Silva de. **Representações sociais entre docentes sobre a educação a distância em duas universidades públicas baianas**: Universidade Federal da Bahia e Universidade do Estado da Bahia. 2014. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

TERRAS que libertam: histórias dos Cupertinos. Direção: Harrison Araújo. Co-direção, pesquisa e roteiro: Diosmar Filho. Salvador: Ajayô Filmes, 2021. (52 min).

TONETTO, Leandro Miletto; COSTA, Filipe Campelo Xavier da. Design emocional: conceitos, abordagens e perspectivas de pesquisa. **Strategic Design Research Journal**, v. 4, n. 3, p. 132-140, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/sdrj/article/view/4492>. Acesso em: 06 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Direito. **Regimento interno do curso de especialização Estado e direito dos povos e comunidades tradicionais**. [Salvador: UFBA], 2017a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Extensão. Superintendência de Educação à Distância. **Edital nº 02/2017**. Seleção de Estudantes para os cursos de especialização modalidade a distância. Salvador: UFBA, 2017b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Plano de desenvolvimento institucional 2018 – 2022**. Salvador: UFBA, 2017c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Estatuto e regimento geral, de 2 de julho de 2010**. Salvador: UFBA, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Organograma**. Salvador: UFBA, [200-].

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Resolução nº 3/2014, de 23 de novembro de 2014**. Aprova as Normas Complementares para Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Federal da Bahia. Salvador: Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Direito. **Formulário de Proposta para Curso Lato Sensu**: Especialização em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais. [Salvador]: FDUFBA, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Educação. **Grade curricular e ementas**. [Salvador]: FDUFBA, 2015.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **ODS**: objetivos de desenvolvimento sustentável 2015 -2030. [200-]. Disponível em: [undp.org](http://undp.org). Acesso em: 22 out. 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 290 p.

ZAPPELLINI, Marcelo Beckert; FEUESCHUETTE, Simone Ghisi. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. **Revista Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 241-273, 2 trim. 2015.

## APÊNDICE A – Trechos do Diário de Campo

### **Alguns trechos dos diários de campo**

#### **Trecho 01**

Comecei o campo no dia 31 de março de 2023, às 18:00 da noite. Iniciei acessando o espaço virtual *moodle* cujo o endereço é <https://www.moodle.ufba.br/>. Após acessar com meu login e senha que estão ativos no espaço com o perfil de professora, acessei o curso Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais. Neste primeiro momento, busquei observar a estrutura do moodle, ou seja, quais as ferramentas e recursos foram utilizados e qual a estrutura foi utilizada no seu design educacional. Para isso, busquei fazer cópias da tela que estarei colocando logo abaixo de modo a apresentar aquilo que trarei por escrito logo mais.

Para além de observar a estrutura do *moodle* e suas disciplinas, busquei acessar a disciplina de Fundamentos de EaD, a única que trata das tecnologias de interação e comunicação, de modo a buscar na mesma falas de discentes que tragam um pouco da sua realidade no uso das TICs, seja pessoal ou coletiva. Acabei por encontrar uma atividade que traz como solicitação o seguinte:

“Esta é uma atividade que será realizada em grupo. Assim, vamos experimentar a construção de um texto coletivo/colaborativo, que pode ser um poema, uma paródia, uma poesia, um vídeo, uma música, etc, que aborde "Povos, comunidades tradicionais e o uso das tecnologias digitais" na perspectiva de aproximação da trilha, identidades, subjetividades e saberes.

Como sugestão, o grupo pode também contemplar questões como: se a comunidade dispõe de recursos tecnológicos, como são utilizados, se a escola faz uso da tecnologia digital, quais as formas de tecnologia de informação estão disponíveis entre os moradores locais,(tv, rádio, tablet, celular) qual a importância que a tecnologia digital representa para a comunidade, o que as pessoas dessas comunidades esperam com a inserção em nível de política pública, da inclusão digital e a utilização das tecnologias de informação.

Como se percebe acima a atividade buscou saber um pouco sobre a realidade de PCTs e o uso da tecnologia. Dessa forma, achei pertinente fazer o download das mesmas para posterior análise. Dentre as atividades foram identificadas entrevistas em vídeo e em áudio com babalarorixas e cacique, poemas, cordéis, textos, em documentos de texto, slides.

Diante do que foi trazido, me direcionei a disciplina e após analisar cada atividade buscando nelas falas de PCT's apresentando sua realidade de uso e de importância da tecnologia da informação e comunicação, selecionei 03 atividades para uso no processo de análise uma um texto um tanto poético e dois vídeos.

## **Trecho 2**

Dos dias 01 de abril a 17 de abril, estive debruçada na passagem da lista de perguntas do arquivo em word, para o formulário que será enviado aos estudantes que estiveram matriculados e ativos até a finalização do curso. O formulário inicialmente possuía 45 questões, divididas em 5 blocos. Durante a transferência das perguntas, percebi que algumas perguntas precisavam se desdobrar em duas, dessa forma o questionário finalizou com 47 perguntas. No entanto, diante de novas análises levando em consideração o documento de perfil das estudantes fornecido pelo curso, percebi o questionário muito longo e levando em consideração o tempo a ser utilizado para seu preenchimento, achei que seria necessário cortar algumas perguntas. Dessa forma, passei a verificar alguns documentos da espacialização que me traziam dados dos discentes e um deles onde traça o perfil dos mesmos, apresenta de cursistas estão sobre as características sociais e econômicas, onde 103 alunas responderam, o que me dá uma margem de confiança para o processo de retirada das perguntas.

Mesmo assim, o formulário continuava com 37 perguntas. Continuando a análise e buscando formas de resumi-lo sem perdas, passei a ler novamente cada pergunta e ao longo do processo fui percebendo quais perguntas eram repetitivas, ou poderiam ser editadas para contemplar todo o pensamento que poderia estar dividido em duas ou mais perguntas. Dessa forma, consegui finalizar o mesmo com 27 perguntas, divididas em 6 blocos, acrescentei um bloco para uma melhor organização do formulário, sobre o ambiente virtual (*moodle*).

De acordo com as orientadoras as perguntas não deveriam ser configuradas como obrigatórias, mas, sim como abertas. Dessa forma, quem contribuirá com respostas só será obrigada a colocar seu nome completo e rg por conta da assinatura do Termo de Livre Esclarecido. Abaixo segue link do documento com o perfil das 103 pessoas egressas do curso.

[Perfil dos estudantes da Especialização Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais \(Sead/UFBA\) - Google Forms](#)

Link de instrumento de avaliação final do curso que foi respondido por 33 cursistas (formato excel) [Instrumento de avaliação discente \(ufba.br\)](#)

Link do formulário construído e editado para coleta de dados desta pesquisa, enviado as pessoas egressas do curso EDPCT UFBA. O mesmo foi respondido por 35 pessoas <https://forms.gle/gKqkwBCYLZBeHXmZA>

Baixei neste dia de hoje um instrumento de avaliação do curso que foi respondido por 33 cursistas (formato excel) [Instrumento de avaliação discente \(ufba.br\)](#)





### **Trecho 3**

24 de abril de 2023, neste dia os formulários foram enviados no início da manhã para coleta dos dados. Em uma semana, 20 pessoas haviam respondido o questionário. Mas, eu precisava de um quantitativo maior. Desta forma, busquei antigas tutoras do curso, uma delas me respondeu e me colocou em contato em espaços da web para que eu tivesse como pedir autorização dos estudantes para o envio dos formulários. Em 18 de maio contabilizava 35 ex-discentes. Até a data de hoje, 29 de maio de 2023, nenhum discente inseriu informações no formulário. Assim, vejo que posso iniciar a coleta de dados do mesmo.

## APÊNDICE B - Moodle UFBA: apresentando o espaço virtual do curso

Abaixo seguem prints do espaço virtual em forma de imagens para que possam visualizar melhor o que foi trazido em formato de texto. Imagens a seguir foram acessadas em: 31/03/2023. Endereço do AVA: <https://www.moodle.ufba.br/>

The screenshot displays the Moodle UFBA interface. At the top, there is a navigation bar with the UFBA logo and the text 'Ambiente Virtual de Aprendizagem'. The course title 'Especialização em Estado e Direito dos Povos e Com ...' is visible. Below the navigation bar, there are several menu items: 'Início', 'Painel', 'Eventos', 'Meus Cursos', 'Este curso', and 'Ajuda'. The main content area shows the course breadcrumb: 'Meus cursos > Cursos EaD > DIR - Faculdade de Direito > Cursos de Especialização EAD - UFBA/UAB > Especialização em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais > Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais'. On the left side, there is an 'Acessibilidade' section with options for font size (A-, A, A+), background color (A, A, A), and contrast (sempre?). Below this, there is a 'Calendário' section for 'março 2023' with a list of events to be hidden. The main content area features a large banner for the 'Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais' course, announcing a 'Sessão de Certificação da primeira turma de especialistas do Curso de Especialização Lato Sensu em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais' on '22 DE OUTUBRO - 16:00h' at the 'Congregação da Faculdade de Direito, End. Rua da Paz, s/n, Graça, Salvador - Bahia.' Logos for CAPES and Universidade Aberta do Brasil are also present. Below the banner, there is a message: 'Seja bem-vindo@ ao curso de Especialização em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais.' and a 'Coordenação do Curso' section. At the bottom, there is a red warning box with a yellow triangle and the text 'COMUNICADO IMPORTANTE!'.

-  Bases de dados
-  Chats
-  Diários
-  Fóruns
-  Pesquisa
-  Pesquisas de avaliação
-  Recursos
-  Tarefas
-  Wikis

#### Usuários Online

1 usuário online (últimos 5 minutos)

 Debora Campelo Piriz

#### Próximos eventos

Não há nenhum evento

#### Próximos eventos

Não há nenhum evento próximo  
Ir para o calendário...

#### Administração

Administração do curso

 Editar configurações

 Ativar edição

 Conclusão de curso

> Usuários

▼ Filtros

> Relatórios

 Configuração do

Livro de Notas


> Emblemas

↑ Restaurar

↑ Importar

← Reconfigurar


> Banco de questões

 Arquivos de curso legados


#### Atividade recente


Atividade desde quarta, 29 mar 2023, 20:01  
Relatório completo da atividade recente..


Nenhuma atividade recente

 **Repercurso PRESENCIAL- 14/07/2018 - Formulário com ATIVIDADE**


Oculto para estudantes


 **CERTIFICAÇÃO ESPECIALISTAS 22.10.2019 (Modelo de Procuração)**


 **CERTIFICAÇÃO DE ESPECIALISTAS (Modelo de Requerimento)**


 **ATIVIDADE DE REPERCURSO PRESENCIAL - 17/02/2018**

Oculto para estudantes


 **Secretaria do Curso**


 **DOC'S Orientadores p/ Docentes**

 **Secretaria do Curso**


 **DOC'S Orientadores p/ Docentes**

Oculto para estudantes


 **Fórum de Gestão - GERAL**

 **Fórum de Gestão - Encaminhamentos**


Oculto para estudantes

 **Fórum - Professores e Tutoras**


Oculto para estudantes

 **Fórum para Acompanhamento de Tutoria**


Oculto para estudantes


 **Fórum - Arquivo**

Oculto para estudantes

 **Coordenação Geral e Acadêmica**

Avaliação do curso pelo discente

 **Instrumento de avaliação discente**

 **Informações sobre o Curso**

 **Fórum de boas-vindas**

 **Quadro de notícias**

 **Memória fotográfica**

 **Repositório**

Oculto para estudantes

 **Espaço de Interação**



Oculto para estudantes

**DIRB77 Fundamentos do Ensino a Distância**  
Professora: Núbia Pacheco

Oculto para estudantes

Car@s estudantes, sejam todos bem-vind@s!

É um prazer tê-los conosco nesta disciplina que tem como objetivo possibilitar a compreensão de alguns conceitos sobre a Educação a Distância e usabilidade dos recursos disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle / Ufba. Aqui, vamos trocar experiências, discutir, pesquisar, pois, independente do lugar, se numa sala de aula física ou virtual, somos seres movidos pelo desejo de aprender, sozinho, com o outro e tantos outros de diferentes regiões distantes, geograficamente/economicamente ou dos grandes centros em um país de dimensões continentais de grande diversidade regional e cultural, mas que aqui neste espaço entendemos que longe de distanciar, a Educação a Distância pode aproximar as pessoas. A ideia é nos desafiar aos novas descobertas e construção de conhecimento partindo para nossos estudos que estão organizados em três unidades temáticas com conteúdos, atividades pontuadas e por meio de uma rede de diálogos e registros de aprendizagens.

Então, sintam-se convidadíssimos a interagir explorando todos os recursos do AVA com reflexões, sugestões, comentários, críticas, dúvidas, aprendizagem individual e colaborativa, pois, embora fisicamente distantes estamos próximos na intencionalidade, e portanto, todos podem contar com a orientação da professora e acompanhamento direto da tutora e da equipe de coordenação do curso.

Abraços Calorosos e sucesso nessa nova jornada!

Profª Nubia Pacheco

Oculto para estudantes



Plano de aprendizagem e material didático

Oculto para estudantes

**Ementa- Fundamentos do Ensino à Distância**

Oculto para estudantes

**Plano de Disciplina - Fundamentos do Ensino à Distância (DIRB77)**

Oculto para estudantes

**Ebook: Introdução à Educação a Distância**

Oculto para estudantes

**Espaço de Interação**

Oculto para estudantes

**Fórum tira-dúvidas**

Oculto para estudantes

**Conversatório**

Oculto para estudantes

**Fórum do cafezinho**

Oculto para estudantes

**1 - Unidade temática**  
Educação a distância e as tecnologias de informação e comunicação

Oculto para estudantes

Nesta primeira unidade propomos a compreensão sobre Conceitos e contribuições da Educação a Distância (EaD) e Educação a Distância Online (EaDO) na Sociedade das tecnologias da informação e comunicação. Para tanto, contamos com a participação e comprometimento de todos assim como o cumprimento dos prazos estabelecidos.

Oculto para estudantes

**ATIVIDADE 1 - Fórum Temático - 27/05 a 11/06**

Oculto para estudantes

**Pasta Complementar**

**2 - Unidade temática**  
Aprendizagem e construção do conhecimento na educação a distância online

Oculto para estudantes

Após conhecer um pouco sobre da EAD e EADO na unidade I, prossigamos nesta unidade II estudando sobre a Construção do Conhecimento na Ead destacando alguns conceitos como o Hipertexto na Educação e Aprendizagem Colaborativa na EAD Online.

Oculto para estudantes

**ATIVIDADE 2 - Produção Colaborativa 05/06 a 11/06**

Oculto para estudantes

**Socialize aqui a ATIVIDADE 2**

3 - Unidade temática  
Ambiente virtual de aprendizagem no processo de ensinar e aprender

Oculto para estudantes

Estamos chegando ao final de nossa disciplina e nesta unidade III a discussão aborda as possibilidades educacionais do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle no processo de ensinar e aprender, bem como a atitude do educando frente ao desafio de estudar sem a presença física do professor.

Oculto para estudantes

**ATIVIDADE 3- Relato de experiência no AVA e Agenda de Estudo**  
-12/06 a 18/06

Oculto para estudantes

**FÓRUM OPCIONAL 2- O aluno virtual**

Oculto para estudantes

Avaliação da disciplina

Oculto para estudantes

**Auto-avaliação**

Oculto para estudantes

**Avalie o desenvolvimento desta disciplina**

Oculto para estudantes



## APÊNDICE C - Formulário semiestruturado

**Formulário semiestruturado**

Enviado as pessoas egressas do curso Estado e Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

**FOMULÁRIO GOOGLE FORMS**

Link de acesso ao formulário <https://forms.gle/gKqkwBCYLZBeHXmZA>

Olá!

Você é ex-aluna (o) da pós-graduação em Estado e Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais - UFBA?

Quer colaborar como voluntário (a) para o avanço das pesquisas em Educação à Distância?

Contribua respondendo a esta pesquisa intitulada: EDUCAÇÃO ON-LINE PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: DESAFIOS E LIMITES, sob responsabilidade da mestranda pelo programa Profissional em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (GESTEC), Débora Oliveira Campelo, sob orientação da Profa. Dra. Carla Liane Nascimento e da Profa. Pós-Dra. Sônia Pinto, ambas da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

A pesquisa problematiza a Educação a Distância em Ambientes Virtuais e seu uso por Povos e Comunidades Tradicionais. Tem como objetivo analisar a relação entre o ambiente virtual de aprendizagem (AVA), e a composição de artefatos, considerando as necessidades de povos e comunidades tradicionais. Utilizará como procedimentos a observação do ambiente virtual de aprendizagem, formulários e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa buscará trazer benefícios no que tange o ensino e aprendizagem na EaD em ambientes virtuais, a partir da ótica de povos e comunidades tradicionais, levando em consideração suas necessidades e importância da tecnologia.

Esta pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB.

Se alguma pergunta te causar desconforto e/ou constrangimento, você não é obrigado a responder. Sua participação é voluntária e sigilosa, sem custos ou remuneração. Você pode desautorizar a qualquer momento o uso de suas perguntas em nossa pesquisa, caso tenha dúvidas serão esclarecidas pela pesquisadora, a mestranda responsável: Débora Campelo, (71) 98762-5861 ou debora.ocampello@gmail. Caso precise entre em contato do Comitê de Ética da Universidade - UNEB - Tel.: (71) 3612-1330, (71) 3312-1300, e-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)

Após ter sido devidamente esclarecida (o) sobre os objetivos, benefícios da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa EDUCAÇÃO ON-LINE PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: DESAFIOS E LIMITES, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar como voluntária (o), e consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que desde que minha identidade não seja revelada. Assinarei o documento e solicito receber uma cópia do mesmo de igual teor.

### **Bloco 1 - Características Socioeconômicas**

1 - Para qual município (POLO) se matriculou no curso de Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais - UFBA? (questão objetiva)

2 - Com quem residia durante o curso de pós-graduação em EDPCT - UFBA? (questão objetiva de escolha múltipla –

3 - Durante o curso EDPCT sua renda familiar se aproximava mais de qual alternativa apresentada abaixo?(questão objetiva)

4 - Você é sujeita(o) de direito de Povos e Comunidades Tradicionais? Qual sua identidade tradicional? (questão objetiva)

5 - Caso você tenha respondido SIM, fale o que isso representa para você. (questão subjetiva – complemento da pergunta anterior)

**Bloco 2 - Polo UAB**

6 - Sobre a estrutura do polo que esteve matriculada (o). Ele possuía: (pergunta objetiva com caixas de seleção múltipla)

7 - Quantas conduções eram necessárias para chegar até o Polo ao qual foi matriculada? (Questão aberta)

8 - Elas se classificavam enquanto: (questão objetiva de múltipla escolha)

**Bloco 3 - Tecnologia de informação e comunicação**

9 - Durante o curso EDPCT, a partir de quais locais você acessava o ambiente virtual? (Questão objetiva com caixa de seleção)

10 - Seu acesso a internet particular se dava por meio de: (Questão objetiva com caixas de seleção)

11 - Quais equipamentos mais utilizava para acessar o curso? (Questão objetiva com caixas de seleção)

12 - Se seu acesso era por meio de Smartphone/iphone e/ou Tablet, você conseguia concluir atividades a partir deste equipamento? (Questão objetiva de múltipla escolha)

13 - Especificamente o uso do computador, ocorria de que forma? (Objetiva de múltipla escolha)

14 - Qual a Rede Social foi mais efetiva para comunicação na pós-graduação em EDPCT?(Questão objetiva com caixas de seleção)

15 - Como você classifica o seu uso dos aparelhos de tecnologia de informação e comunicação (smartphones, iphones, computadores tabletes)? (Questão objetiva de múltipla escolha)

16 - Quanto a Redes Sociais, quais as redes sociais mais utilizadas por você? (Questão objetiva com caixas de seleção)

17 - Quando se matriculou na pós-graduação em EDPCT você já havia feito algum outro curso no meio on-line? (Questão objetiva de múltipla escolha)

**Bloco 4 - Ambiente Virtual de ensino e aprendizagem**

18 - Gostaria de saber sua opinião. Quanto ao ambiente virtual, a sua estrutura organizacional facilitou seu caminhar para identificação de atividades, vídeos, materiais para leitura e outros? (Questão objetiva de múltipla escolha)

19 - Em caso afirmativo ou negativo, pode descrever? (Questão aberta, subjetiva, relativa a questão anterior)

20 - As ferramentas FÓRUM e de ENTREGA DE ARQUIVO te deram meios de trabalhar a expressão da tradição da oralidade? Explique rapidamente. (Questão aberta e subjetiva)

21 - Quais ferramentas ou recursos pôde proporcionar uma melhor forma de comunicar o que desejava levando em consideração sua realidade enquanto PCT? (Questão objetiva, com caixas de seleção)

22 - O curso, em suas atividades propostas, te deu meios para se manifestar como pertencente da sua cultura enquanto PCT? (Questão objetiva de múltipla escolha)

23 - Quanto aos símbolos e imagens utilizadas no AVA, você enquanto PCT se identificava com os mesmos? (Questão objetiva de múltipla escolha)

24 - As respostas anteriores (22 e 23) sendo afirmativas ou negativas, poderia descrever? (Questão subjetiva, referente as duas questões anteriores)

#### **Bloco 5 - Atividade presencial**

25 - A atividade presencial era importante para sua formação e expressão de seus conhecimentos no que tange a realidade de PCTs? (Questão objetiva de múltipla escolha)

26 - A resposta anterior sendo afirmativa, poderia descrever? (Questão aberta, referente a questão anterior)

27 - O que representa para você ter a tradição oral como sendo uma das características fundantes de PCTs? (Questão subjetiva, para fechamento de questionário)

## APÊNDICE D - Relatório do Estudo e Caso único

### Relatório do Estudo e Caso único

#### **1. Introdução:**

Contextualização do estudo e do caso único.

Declaração da importância do estudo e sua relevância para o campo.

Apresentação do objetivo geral do estudo.

#### **2. Questão de Pesquisa:**

Formulação da pergunta de pesquisa que orientará o estudo.

Definição de termos-chave e conceitos centrais abordados na pesquisa.

#### **3. Revisão da Literatura:**

Apresentação das principais teorias e conceitos relacionados ao objeto de estudo.

#### **4. Método:**

Apresentação da metodologia e explicação da mesma.

Descrição do caso único: contexto, participantes e cenário.

#### **5. Coleta de Dados:**

Descrição detalhada dos métodos de coleta de dados, alinhados à natureza qualitativa.

Fontes de dados: documentos, observações e entrevistas (se aplicável).

Explicação sobre como os dados foram organizados.

#### **6. Análise de Dados:**

Descrição dos procedimentos de análise dos dados coletados.

Uso de codificação e/ou categorização para identificar temas e padrões.

Citações e exemplos como suporte para os achados.

#### **7. Resultados:**

Apresentação dos resultados da análise, organizados em torno dos principais temas e padrões.

Utilização de trechos de dados para ilustrar as conclusões.

### **8. Discussão:**

Interpretação dos resultados à luz da teoria e da revisão da literatura.

Comparação com estudos anteriores para validação e diferenciação, se houver.

Implicações práticas e teóricas dos achados.

### **9. Conclusão:**

Recapitulação dos principais achados do estudo.

Reflexão sobre a relevância dos resultados para o campo.

Sugestões para pesquisas futuras, com base nas conclusões e lacunas identificadas.

### **10. Considerações Éticas:**

Descrição das medidas éticas tomadas durante a coleta e análise de dados.

Garantias de privacidade e consentimento informado dos participantes.

### **11. Referências:**

Lista de todas as fontes citadas ao longo do protocolo.

APÊNDICE E - Etapas 1 e 2 da Análise Discurso Coletivo do Sujeito Coletivo

**Etapas 1 e 2 da Análise Discurso Coletivo do Sujeito Coletivo**

**Texto 1 - Etapa 1**

<b>04) Você é sujeita(o) de direito de Povos e Comunidades Tradicionais? Qual sua identidade tradicional?</b>	
<b>05) Caso você tenha respondido SIM, fale o que isso representa para você</b>	
<b>13 pessoas responderam</b>	
<b>Itabuna</b>	
<b>01</b>	Oportunidade de crescimento.
<b>02</b>	Conhecimento a respeito do processo de luta na garantia de direitos e políticas públicas para quilombolas.
<b>03</b>	Fui incentivado a fazer a especialização a partir da realidade que vivo enquanto sujeito oriundos de Povos e Comunidades Tradicionais, por isso mesmo meu trabalho final buscou pesquisar e contribuir para trazer debates sobre o contexto das violações enfrentadas por minha comunidade.
<b>04</b>	A minha religião representa tudo que sou e o que serei. É como eu me leio no mundo. Como eu me sinto vivo.
<b>05</b>	Oportunidade de ampliar o conhecimento e desenvolvimento humano
<b>Paulo Afonso</b>	
<b>01</b>	Aprender a ler e ensinar meu povo.
<b>02</b>	É a minha essência.
<b>03</b>	Resistência.

04	Representa minha identidade, minha cosmologia e toda a memória do meu povo que merece ser respeitada em todos os campos do direito já que meu povo e outros povos indígenas vem sofrendo com o processo de colonização que nos tiram nossa terra e nos prejudica profundamente ao tentar nos desvincular das nossas essências com o uso de estereótipos e nos impondo a invisibilidade dentre outras manobras que acaba cedendo ao Brasil uma dívida histórica com a nação indígena e seus territórios sagrados.
05	Nunca pensei sobre o assunto
<b>São Francisco do Conde</b>	
01	Identidade, fé e tradição.
02	A raiz onde me sustento, a grande árvore onde sou folha miudinha. Sem ela não acesso água, energia, o sol e chuva que antes me machucavam hoje são meus princípios de vigor em viver. É onde descobrir régua e compasso pra viver.
03	Pertencer a uma comunidade de terreiro expressa a minha filosofia de vida.
04	Representa tudo que sou, minhas raízes, meu povo, minha identidade

### **Texto 01 – Sujeito coletivo da pesquisa 01 - Etapa 2**

Como eu me sinto vivo. Cosmologia, filosofia, essência, identidade, memória de um povo, fé, tradição, a raiz onde me sustento, minha identidade. A grande árvore onde sou folha miudinha. Sem ela não acesso água, energia, o sol e chuva que antes me machucavam hoje são meus princípios de vigor em viver. Pertencer a uma comunidade de terreiro, a povos indígenas e comunidades quilombolas expressa, representa tudo que sou e serei. É como me leio no mundo. É conhecimento, é resistência, é processo de luta na garantia de direitos e políticas públicas. Meu povo é a memória do meu povo que merece ser respeitada. É onde descobri régua e compasso para viver. É oportunidade de crescimento de ampliar conhecimentos e desenvolvimento humano em todos os campos do direito, já que meu povo vem sofrendo com processos de colonização que nos tiram da nossa terra e nos

prejudicam profundamente ao tentar nos desvincular de nossa essência se utilizando de estereótipos e nos impondo invisibilidade dentre outras manobras que acabam criando uma dívida histórica com os territórios sagrados.

## Texto 2 - Etapa 1

<b>18) Quanto ao ambiente virtual, a sua estrutura organizacional facilitou seu caminhar para identificação de atividades, vídeos, materiais para leitura e outros? 19) Em caso afirmativo ou negativo, pode descrever?</b>	
<b>13 pessoas responderam</b>	
<b>Itabuna</b>	
<b>01</b>	O ambiente virtual foi altamente facilitador no processo de formação. Linguagem simples e direta, contribuiu para a minha permanência e conclusão do curso..
<b>02</b>	O ambiente é bem intuitivo.
<b>03</b>	Acredito que o ambiente virtual precisa ser mais dinâmico, dar destaque a informações importantes para o curso e facilitar ainda mais a interlocução entre colegas, monitoria, professores e coordenação.
<b>04</b>	O acesso no <i>moodle</i> era bem intuitivo e sem grandes dificuldades. As notificações por e-mail também facilitavam o cuidado com os prazos para postar as atividades e o acompanhamento das respostas dos demais cursistas.
<b>05</b>	Fácil acesso e bem objetivo
<b>Paulo Afonso</b>	
<b>01</b>	A disposição das informações obedecia a uma organização que permitia navegar de forma intuitiva e fácil acesso
<b>02</b>	Não
<b>03</b>	Achei muito bem organizado e muito fácil para navegação

04	No início tivemos dificuldades em ajustar as atividades, depois as participações dos fóruns contribuíram para o desenrolar do curso; pois facilitava o acesso aos professores!
05	O ambiente era muito objetivo o que pesou foi o excesso de atividades em determinadas disciplinas.
06	O material era disponibilizado pela plataforma e eu tinha muita resistência a essa modalidade de ensino
<b>São Francisco do Conde</b>	
01	O portal do aluno poderia ter mais conteúdo, principalmente vídeo aula.
02	Não tive dificuldades, era como uma linha do tempo do Instagram ou <i>facebook</i> .
03	Nem sempre sabia os locais certos para postagem das atividades, precisava clicar em muitos links até conseguir.
04	Foi uma experiência bacana com o ambiente virtual, nunca tinha estudado online antes ou tido um encontro virtual. Participar da pós serviu de base para seguir no período pandêmico, com as novas demandas sociais.

### Texto 2 - Sujeito coletivo da pesquisa 02 - Etapa 2

Foi uma experiência bacana, o ambiente virtual foi altamente facilitador no processo de formação, objetivo, de fácil acesso, muito bem organizado, linguagem simples e direta. Bem intuitivo, contribuiu para a minha permanência e conclusão do curso. A disposição das informações obedecia a uma organização que permitia navegar de forma intuitiva, como uma linha do tempo do *Instagram* ou *Facebook*. As notificações por e-mail facilitavam o cuidado com os prazos para postar as atividades e o acompanhamento das respostas dos demais cursistas. Não tive muitas dificuldades.

No início, ocorreram algumas dificuldades, pois o material era disponibilizado pela plataforma e eu tinha uma resistência a essa modalidade de ensino, nem sempre sabia os locais certos para postagem das atividades, precisava clicar em muitos links para conseguir.

O acesso pelo *moodle* se mostrou sem grandes dificuldades, mas, o excesso de atividades em determinadas disciplinas pesou, um pouco o curso. Com alguns ajustes nas atividades e depois as participações nos fóruns contribuíram para o desenrolar do curso, pois facilitava acessar os professores

Acredito que o ambiente virtual precisa ser mais dinâmico, dar destaque as informações importantes para o curso e facilitar ainda mais a interlocução entre colegas, monitoria, professores e coordenação. E o portal poderia ter mais conteúdo, principalmente videoaula.

Participar da pós serviu de base para seguir no período pandêmico, com as novas demandas sociais.

### Texto 3 – Etapa 1

<b>20) As ferramentas FÓRUM e de ENTREGA DE ARQUIVO te deram meios de trabalhar a expressão da tradição da oralidade? Explique rapidamente.</b>	
<b>13 pessoas responderam</b>	
<b>Itabuna</b>	
<b>01</b>	Ferramentas maravilhosas, eu adorei interagir nos fóruns, tudo era muito fácil de acessar.
<b>02</b>	Não, pois havia um desconhecimento grande a respeito do processo referente ao cotidiano das comunidades Quilombolas.
<b>03</b>	Acho que elas não permitiram a flexibilidade necessária para transmitir as tradições orais.
<b>04</b>	Não me recordo.
<b>05</b>	Sim. Através de apresentações de trabalho e diálogos interativos.

<b>Paulo Afonso</b>	
<b>01</b>	Não
<b>02</b>	Não
<b>03</b>	Não, isso ficou muito informal
<b>04</b>	Todos os trabalhos eram subjetivos o de discorríamos sobre o assunto!
<b>05</b>	Deu sim pois havia a possibilidade de fazer registros usando a linguagem verbal e não verbal. Eram um espaço que permitia realizar ótimas produções pena que o excesso de atividade e minha carga horária não colaboraram para que eu pudesse concluir o curso.
<b>06</b>	Muito pouco.
<b>São Francisco do Conde</b>	
<b>01</b>	Não. Pois não poderia ser gravado e sim escrito.
<b>02</b>	Não. Mas acredito que era muito por conta dos colegas que faziam do fórum um espelho para criar textos longos, ao passo que isso não interditado e revisto pelos docentes ou responsáveis. Além do que apenas a modalidade escrita era possível, em áudio não me recordo de ter.
<b>03</b>	Não.
<b>04</b>	Não muito, a maioria dos fóruns eram online, geralmente, por meio de mensagens de texto. Utilizamos a oralidade nas atividades presenciais

### **Texto 3 – Sujeito coletivo da pesquisa 03 - Etapa 2**

Diria, que não ou que muito pouco, não me recordo... os fóruns eram online, geralmente, por meio de mensagens de texto, apenas a modalidade da escrita era possível, e no Fórum os colegas faziam um espelho para criar textos longos, ao passo que isso não era interditado e revisto pelos docentes ou responsáveis. As ferramentas

são maravilhosas, eu adorei interagir nos fóruns, tudo era muito fácil de acessar. No entanto, não me recordo de ter sido utilizado o uso de gravação de áudio, mas somente de material escrito, subjetivos onde discorríamos sobre o assunto. Até certo ponto eu diria que deu, sim, pois havia a possibilidade de fazer registros usando a linguagem verbal e não verbal. Era um espaço que permitia realizar ótimas produções, através de apresentações de trabalho e diálogos interativos pena que o excesso de atividade e minha carga horária não colaboraram. Utilizamos a oralidade nas atividades presenciais.

#### Texto 4 – Etapa 1

<b>22) O curso, em suas atividades propostas, te deu meios para se manifestar como pertencente da sua cultura enquanto PCT?</b>	
<b>23) Quanto aos símbolos e imagens utilizadas no AVA, você enquanto PCT se identificava com os mesmos?</b>	
<b>24) As respostas anteriores (22 e 23) sendo afirmativas ou negativas, poderia descrever?</b>	
<b>13 pessoas responderam</b>	
<b>Itabuna</b>	
<b>01</b>	Senti a minha comunidade de terreiro presente o tempo inteiro, todos os aspectos foram inclusivos e relevantes.
<b>02</b>	A questão toda a limitação em realizar uma formação focada em oferecer conhecimento mínimo a respeito de como quilombolas podem demandar direitos na estrutura estatal. Eu não vi isso no decorrer do curso.
<b>03</b>	Respostas 22 e 23 né? Em relação a 22 destaco que foram nos encontros presenciais e na elaboração do TCC que me senti mais contemplado em expressar enquanto Povo Tradicional. Em relação a questão 23 não recordo que esses símbolos foram marcantes. Os vídeos partilhados onde membros dos PCTs se pronunciavam foram importantes. O material didático foi muito interessante, talvez pudessem ser mais ricos em conteúdos, mas tê-los contribuiu para o aprendizado.
<b>04</b>	As atividades, principalmente as atividades presenciais, eram dinâmicas e proporcionavam momentos em que os PCT podiam trazer

	seus signos e abordar cada particularidade nas atividades. Eram momentos muito ricos de aprendizagens.
<b>05</b>	O respeito aos símbolos tradicionais se fizeram presentes ou respeitados durante todo o curso.
<b>Paulo Afonso</b>	
<b>01</b>	Houve situações conflituosas tratadas de maneira autoritária, assim vejo contradição no modo de operar a interculturalidade
<b>02</b>	Não sei
<b>03</b>	22 e 23- Sim pois as atividades e símbolos ou imagens eram muito voltadas para as nossas realidades.
<b>04</b>	22 e 23- Sim pois as atividades e símbolos ou imagens eram muito voltadas para as nossas realidades.
<b>05</b>	Creio que o ambiente em seu designe deveria trazer imagens da cultura global dos povos, inserindo as diferentes realidades dos povos em seus diferentes biomas ou territórios.
<b>06</b>	Não tenho lembrança de alguma incongruência entre os símbolos e a minha condição.
<b>São Francisco do Conde</b>	
<b>01</b>	A página era sempre ilustrada com imagens representando alguma comunidade tradicional
<b>02</b>	Acredito que sim, mas levanto a bandeira de que poderíamos abordar as temáticas de pontos de vista diferentes, ficou muito pautado nas questões jurídicas, faltou a voz dos povos de direito ensinando como se faz direito, ou conquista espaços de direito.

#### **Texto 4 – Sujeito coletivo da pesquisa 04 - Etapa 2**

Não sei... não tenho lembrança de alguma incongruência entre os símbolos e a minha condição. As atividades e símbolos ou imagens eram muito voltadas para as nossas

realidades enquanto PCT's. Senti a minha comunidade de terreiro presente o tempo inteiro, todos os aspectos foram inclusivos e relevantes. O respeito aos símbolos tradicionais se fizeram presentes e respeitados durante todo o curso. A página era sempre ilustrada com imagens representando alguma comunidade tradicional. No entanto, creio que o ambiente em seu designer deveria trazer imagens da cultura global dos povos, inserindo as diferentes realidades dos povos em seus diferentes biomas ou territórios.

No que tange as atividades, as presenciais eram dinâmicas e proporcionavam momentos em que os PCT podiam trazer seus signos e abordar cada particularidade nas atividades. Destaco que os encontros presenciais eram momentos muito ricos de aprendizagens. E foi na elaboração do TCC e nos encontros presenciais que me senti mais contemplado em me expressar enquanto Povo Tradicional.

Os vídeos partilhados onde membros dos PCTs se pronunciavam foram importantes, e o material didático foi muito interessante, talvez pudessem ser mais ricos em conteúdos, mas tê-los contribuiu para o aprendizado. No entanto, levanto a bandeira de que poderíamos abordar as temática de pontos de vista diferentes, ficou muito pautado nas questões jurídicas, faltou a voz dos povos de direito ensinando como se faz direito ou conquista espaços de direito.

### **Texto 5 – Etapa 1**

<b>25) A atividade presencial era importante para sua formação e expressão de seus conhecimentos no que tange a realidade de PCTs?</b>	
<b>26) A resposta anterior sendo afirmativa, poderia descrever?</b>	
<b>13 pessoas responderam</b>	
<b>Itabuna</b>	
<b>01</b>	As atividades presenciais permitiram uma maior interação e oportunidade de reconhecimento dos corpos negros presentes.
<b>02</b>	A interação com colegas e as apresentações em grupo ou individuais dos trabalhos acadêmicos ajudaram a me representar enquanto sujeito de Povo Tradicional.

03	Nas atividades presenciais nós tínhamos a oportunidade de nos aproximar melhor dos nossos semelhantes e de conhecer outras histórias. Na minha turma havia um público diverso de Ciganos, Povos de Terreiro, Indígenas, Marisqueiras e isso esses coletivos eram potencializados nas discussões e apresentações presenciais de modo que todos e todas tinham suas culturas respeitadas e valorizadas.
04	Facilitou a interação e fortalecimento das aprendizagens.
<b>Paulo Afonso</b>	
01	Era o melhor momento para estar com as pessoas das diversas matrizes
02	Sim, foi um momento de troca de experiências importantíssimo
03	Pois nos encontros conversávamos com os demais alunos, trocando experiências e tirando dúvidas o que enriquecia o debate!
04	Era um momento de grande relevância já que os diferentes PCTs traziam diferentes realidades que nos encantava e essa troca de saberes era muito gratificante e rica para nossa visão de mundo e nossos enfrentamentos enquanto povos tradicionais.
05	A atividade presencial permitia o contato com a turma, possibilitando trocas muito enriquecedoras e constituição de afetos entre os discentes
06	A troca de conhecimentos pela oralidade nos debates foram bastante produtivos.
<b>São Francisco do Conde</b>	
01	Os encontros presenciais eram fundamentais para as trocas entre as diferentes pessoas de diferentes PCT. Apesar de ter sido muito pouco, um encontro mensal, eram primordiais.
02	Os debates e diálogos eram mais calorosos e expressivos. A língua falada não é igual à língua escrita
03	Era o momento mais esperado do curso os debates propostos nos encontros presenciais, era tudo mais dinâmico.

### **Texto 5 – Sujeito coletivo da pesquisa 05 - Etapa 2**

Os encontros presenciais eram fundamentais para as trocas entre as diferentes pessoas de diferentes PCT's. Era o momento mais esperado do curso, o melhor momento para estar com as pessoas das diversas matrizes. Um momento dinâmico de troca de experiências importantíssimo, apesar de terem sido poucos... um encontro mensal, seria primordial.

Nas atividades presenciais nós tínhamos a oportunidade de nos aproximar melhor dos nossos semelhantes e de conhecer outras histórias. Na minha turma havia um público diverso de Ciganos, Povos de Terreiro, Indígenas, Marisqueiras e isso esses coletivos eram potencializados nas discussões e apresentações presenciais de modo que todos e todas tinham suas culturas respeitadas e valorizadas. A atividade presencial permitia o contato com a turma, possibilitando trocas muito enriquecedoras e constituição de afetos entre os discentes. Um momento de grande relevância nos debates propostos, já que os diferentes PCTs traziam diferentes realidades que encantavam, e essa troca de saberes era muito gratificante e rica para nossa visão de mundo e nossos enfrentamentos enquanto povos tradicionais.

As atividades presenciais permitiram uma maior interação com colegas e uma oportunidade de reconhecimento dos corpos negros presentes. As apresentações em grupo ou individuais dos trabalhos acadêmicos ajudaram a me representar enquanto sujeito de Povo Tradicional, pois nos encontros conversávamos com os demais alunos, trocando experiências e tirando dúvidas o que enriquecia o debate. A troca de conhecimentos pela oralidade foram bastante produtivas, os debates e diálogos eram mais calorosos e expressivos. A língua falada não é igual à língua escrita

### **Texto 6 – Etapa 1**

<b>27) O que representa para você ter a tradição oral como sendo uma das características fundantes de PCTs?</b>
<b>13 pessoas responderam</b>
<b>Itabuna</b>

<b>01</b>	Vida e resistência. Respeito ao tradicional!
<b>02</b>	A memória como pressuposto dos processos de fragmentação do território quilombola.
<b>03</b>	É muito relevante a tradição oral, o desafio é construir formas de que a oralidade seja reconhecida nos editais de políticas públicas e até mesmo nos serviços públicos judiciários. A escrita é muito importante para a memória dos povos diante da sociedade ocidental, mas certamente a produção escrita jamais traduzira a diversidade que a oralidade proporciona.
<b>04</b>	Enquanto pessoa de terreiro a tradição oral é tudo que nós temos. É o que nos garante, até os dias de hoje, a permanência das tradições.
<b>05</b>	Resistência, respeito e ancestralidade.
<b>Paulo Afonso</b>	
<b>01</b>	O respeito à memória e às epistemológicas não ocidentais
<b>02</b>	Não sei
<b>03</b>	É muito importante pois através dela eu posso me expressar melhor no mundo.
<b>04</b>	Representa a força maior da nossa existência enquanto povo que sobrevive e mantém nossas tradições mediados pelas tecnologias e os conhecimentos dos não indígenas que inserimos nas nossas escolas como forma de resistência e garantia de direitos constitucionais.
<b>05</b>	É a maneira, talvez, mais eficaz de se viabilizar a continuidade de repasse entre os membros do PCTs.
<b>06</b>	Da a oportunidade de compartilhar as diferentes culturas e tradições de cada povo.
<b>São Francisco do Conde</b>	
<b>01</b>	Manutenção das tradições e cultura, meio de socialização.

<b>02</b>	Um pilar de manutenção cultural, o vetor das memórias.
<b>03</b>	A oralidade é a base da nossa comunicação, e se tratando de PCT, é muito expressiva do que a linguagem escrita.
<b>04</b>	Os PCTs têm na oralidade sua principal fonte documental, de existência e fortalecimento cultural. As gerações são ensinadas, principalmente, por meio da oralidade.

### **Texto 6 – Sujeito coletivo da pesquisa 06 - Etapa 2**

A tradição oral é tudo que nós temos, é a base da nossa comunicação, é um vetor de memórias que nos garante até os dias de hoje, a permanência das tradições. É vida, resistência, respeito ao tradicional, ancestralidade, é um meio de socialização na comunidade é a forma mais eficaz de continuidade. As gerações são ensinadas de modo principal, por meio da oralidade. É o respeito a memória e as epistemologias não ocidentais. Através dela eu posso me expressar melhor no mundo. Oportunidade de compartilhar as diferentes culturas e tradições. Representa a força maior da nossa existência enquanto povo que sobrevive e mantém nossas tradições mediados pelas tecnologias. O desafio é construir formas de a oralidade ser reconhecida nós editais de políticas públicas e até mesmo nos serviços públicos judiciários. Lembrando que os PCTs têm na oralidade sua principal fonte documental, de existência e fortalecimento cultural. A escrita é muito importante para a memória dos povos diante da sociedade ocidental, mas certamente a produção escrita jamais traduzira a diversidade e a expressividade que a oralidade proporciona, visto que é um pilar de manutenção cultural, forma de resistência em busca de uma garantia de direitos constitucionais.

## APÊNDICE F - Transcrições da atividade final da disciplina Fundamentos em Educação a Distância

### **Transcrições da atividade final da disciplina Fundamentos em Educação a Distância**

#### **Transcrição 1**

Aluna: Helena

Entrevistado: Cacique Indígena

“Procuramos um meio mais rápido de nos comunicar, principalmente nas violências que tem nas aldeias, ter que informar rapidamente a polícia, rapidamente ao governo o que acontece. Também na saúde, ter que informar quando alguém adocece. O telefone, ele funciona, mas é um meio caro e nem sempre funciona. A internet, ela veio com várias ferramentas de uso, não só de voz, mas de áudio, de áudio-vídeo, audiovisual, tudo. Você consegue enviar vídeo muito mais rápido de qualquer tipo de coisa, com clareza. Então, aqui na aldeia, a gente já vem há um tempo que nós vinha cobrando e exercendo essa questão da comunicação.

Antes da internet existir, de fato, nós já tínhamos as filmadoras, nós tínhamos os gravadores, nós tínhamos outros meios de gravar mensagens e poder enviar, que a gente entende que é mais eficaz. Então, nós já vem, tecnologicamente, desenvolvendo nossa própria forma. Então, sem dizer que quem primeiro inventou a comunicação em longa distância foi nós indígenas da floresta para se comunicar. O pessoal fala que é um sinal de fumaça, mas esse daí não é tão eficaz como o som de ondas médias executado através de bater nas tabocas, de usar também as palmeiras para desenvolver o som de baixa frequência, que dentro da mata você pode ouvir a 3, 4 km de distância e se guiar na floresta. Então, nós inventamos a comunicação rápida muito antes. Então, tudo que é veloz na comunicação, os indígenas se ocupam.

Nós instalamos, quando o governo veio instalar, por exemplo, já vinculada a comunidade e a educação ao mesmo tempo, ele vai instalar o GESAC, com energia, internet, computador, tudo. E ele queria disponibilizar para a comunidade. Como tudo na vida tem lado positivo, para evitar o lado negativo, eu não deixei que fosse

algo disponibilizado na comunidade de qualquer jeito. Eu vinculei o centro digital à educação, à escola. Então, a escola administrar o centro digital, que eu tinha visto em outras aldeias, ia ter problema. Então, aqui não teve problema, primeiro porque nós vinculamos logo a educação. Então, foi para fim educativo.

[...] E outra coisa, é um preservador cultural. Por fazer as pessoas se animar, usar os trajes, e fazer rituais, e filmar, e querer divulgar o que tem de bom, acaba aumentando o tempo, ajudando a preservar. [...] Ou seja, eu vejo a internet como uma fonte de conhecimento, não como um lado negativo. Negativo todo mundo faz... mas não por ela ser negativa. E outra coisa, é um preservador cultural. Por fazer as pessoas se animar, usar os trajes, e fazer rituais, e filmar, e querer divulgar o que tem de bom, acaba aumentando o tempo, ajudando a preservar.”

## **Transcrição 2**

Aluna: Helena

Entrevistada: Professora na Aldeia Indígena e Presidenta da Associação na Aldeia Indígena

[...] venho desenvolvendo algumas atividades na comunidade, buscando de novas tecnologias, um avanço para melhor qualificação da demanda dentro da comunidade. Então aqui você pode perceber que aqui é o escritório da associação, onde está localizado. Falando da tecnologia, os avanços e benefícios que ela nos traz, isso é muito fundamental hoje para as nossas organizações. Como na demanda de editais, né? Para a gente atender as demandas que o escritório envia um sistema online, né? Então para atender essas demandas, projetos, acatar projetos, vamos agora atualmente as documentações da associação, ela tem uma certificação digital online do sistema, então a gente também tem essa garantia de que os documentos da organização, ela também é autenticada no sistema, no mundo virtual. Então quando a gente não tem uma tecnologia dessa, a gente não fica difícil para a gente poder difundir ou mostrar os nossos trabalhos, ou conquistar alguma coisa para a comunidade. No caso da internet mesmo, por exemplo, ela é de extremo fundamental importância hoje dentro da comunidade indígena, desde demonstrar a violação dos direitos que vem sofrendo a comunidade, como para o avanço da comunidade, né? Em todos os aspectos, desde para as mulheres, desde para os jovens, desde para a

própria educação, a saúde também. Então hoje temos as aves, temos celulares, que pode ter um meio de comunicação, a tecnologia fundamental de comunicação é rápida, e que pode sonar vários problemas imediatamente, do que um deslocamento de carro até determinada cidade para ter uma reunião. Sendo que hoje simplesmente uma fotografia, um documento digitalizado já serve alguma coisa. Xerox, então máquinas para Xerox, é uma tecnologia fundamental e importante para poder a demanda de documentação de banco, abertura de conta, que as organizações necessitam muito dessa transição.

### **Transcrição 3**

Aluna: Helena

Entrevistada: Jovem indígena

“A gente, tendo a nossa tecnologia, pode usar como instrumento de luta, porque a gente vai falar o nosso lado, a gente pode mostrar o nosso lado. Ela também foi positiva para coisas que eram mais difíceis, como articular uma reunião fora da aldeia com outro povo indígena. Antes, sem tecnologia, era uma coisa de outro mundo, tinha que topar com alguém lá fora para organizar. Hoje não, a gente quiser organizar uma reunião com alguém fora, com os parentes de lá de baixo, só, forma um grupinho, conversa todo mundo, se organiza, pá, foi. A tecnologia pode se dizer, num resumo, que foi um tipo de facilitador aqui dentro, para certos pontos. Inclusive na educação, é um facilitador. A gente, quando precisa de alguma pesquisa, que não tenha fontes aqui dentro, apesar de ter muitas fontes, tem muita biblioteca aqui dentro, biblioteca que eu digo, né, anciões, mas alguma coisa da escola mesmo, que não tem aqui, tem internet, tem essa facilitadora aqui, ajudando a gente. No mais, o positivo é ser facilitadora para pontos em educação, até porque quando a gente quer procurar um curso fora, a faculdade a distância mesmo, que já é um bom exemplo de o que a internet facilitou, o que a tecnologia facilitou.”

### **Transcrição 4**

Aluno: Danilo

Entrevistada: Babalorixá

A única maneira aqui, eu acho, de preservar as nossas tradições é não participar (em espaços de redes sociais), não aderir a essa interação midiática. Essa tecnologia não está destruindo, mas, está distorcendo... formando uma nova religião, onde está se perdendo o sagrado. Onde as pessoas tem espaço para inventar coisas e difundir, suas invenções, suas mentiras, suas vigarices, não é verdade? E isso me assusta muito. Você que tem uma tradição para preservar e zelar, se vê desprestigiado. Eu escutei já mães de Santo tradicionais, disse pra mim “Eu vou ter que aprender candomblé, porque o que os novos vêm nos apresentando como fundamento, eu fico espantando... porque eu nunca ouvi falar daquilo” e se você diz isso não existe, aquela velha é maluca, não sabe de nada! E o que eu vejo nas redes sociais é a difusão disso. Ali não participo, não faço nenhum comentário, eu não combato, não vou me expor. Porque aí não estarei lidando com a vaidade...alí não estão querendo saber, estão querendo impor o seu saber e qualquer discordância não é motivo de reflexão, é motivo de reação... muitas vezes até violenta. Nosso terreiro não tem nada nas redes sociais. Usamos sim a tecnologia para ter um site, para ter um blog, para funcionar internamente, entre nós, é de grande valia. Então, eu acho que essa tecnologia é uma faca de dois gumes. Ela tem um lado que é comum, benéfico, mas tem um lado que é extremamente destruidor.

Eu sou analfabeto. Aliás, eu acho que a minha geração inteira é analfabeta. Nós temos muita dificuldade da facilidade. E tudo para nós era difícil. Me espanta ver, por exemplo, uma caixa de banco somar 20 mais 20 na máquina. Máquina de calcular. Eu nunca sei entender isso. Porque o meu cérebro foi aprimorado e exercitado para fazer esses cálculos rapidamente. E eles não conseguem fazer. Então, eu sei perfeitamente que o computador é tão fácil. Ele dá tudo tão pronto que eu não consigo perceber como fazer isso. Porque para mim eu tenho que seguir um caminho para chegar lá. E o computador me permite que eu pule isso. Ele já me dá tudo pronto. Então, eu só uso e-mail. Sabe? Difícil de mandar uma fotografia. Sabe? Me considero um analfabeto tecnológico.

Já fizemos feiras de saúde aqui. Já fizemos reforço escolar. O que faltava? O que a prefeitura não dava para a comunidade rural, nós procurávamos prover. Você não vê no site, no blog, a minha foto. E nem tão pouco meu nome. Eu acho que só no início

que tinha que dizer quem era o responsável por aquilo. Mas o que se fala é... O espaço físico do terreiro. Sua distribuição. Sabe? Fotos. Não tratamos da religião, porque nós achamos que a nossa religião é a religião dos escolhidos. Então não fazemos proselitismo. Não temos interesse nenhum em sair divulgando candomblé e dizendo a eles que nós não adoramos o diabo. As pessoas são escolhidas, elas veem. E aqui elas percebem que o diabo para nós não existe. Então, realmente, a rede social não é um meio de propaganda, de difusão. Não divulgamos o nosso calendário de festas. Não publicamos nossas festas. As fotografias que são tiradas, porque isso foi uma coisa que eu percebi que a tecnologia, não como evitar que fotografem. Então eu permito que fotografem. Eu aviso que aquilo é para uso pessoal. Não seja divulgado nas redes sociais as fotos que tiraram por aí para guardarem como lembrança dos próprios filhos da casa. E as visitas quando vêm, os antropólogos, pesquisadores que vêm aqui, eu posso fotografar. Tudo que você está vendo você pode fotografar, porque o que você não pode fotografar está trancado.

Tínhamos um CDC do governo do estado na época em que computadores eram novidade.

Eu vejo (a internet e o computador) apenas como facilitador de comunicação. Só para isso.”